

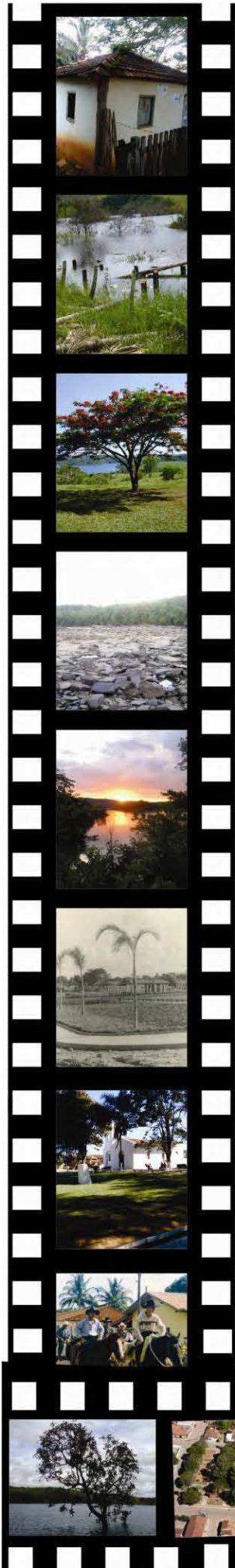


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

HELEN CÁSSIA REINALDO

**HIDRELÉTRICA SERRA DO FACÃO NO RIO SÃO MARCOS:
tramas e dramas sobre Davinópolis (GO)**

**CATALÃO (GO)
2012**



HELEN CÁSSIA REINALDO

HIDRELÉTRICA SERRA DO FACÃO NO RIO SÃO MARCOS:

tramas e dramas sobre Davinópolis (GO)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientadora: Prof^ª. Dra. Helena Angélica de Mesquita

CATALÃO (GO)
2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BSCAC/UFG**

R364h Reinaldo, Helen Cássia.
Hidrelétrica serra do facão no Rio São Marcos
[manuscrito]: tramas e dramas sobre Davinópolis (GO) /
Helen Cássia Reinaldo. - 2012.
142 f. il., figs, gráficos, mapas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Helena Angélica de Mesquita.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Campus Catalão, Departamento de Geografia, 2012.
Bibliografia.
Inclui lista de figuras, abreviaturas, gráficos, mapas e
siglas.
Anexos.

1. Aproveitamentos – hidrelétricos. 2. Cerrado. 3.
Efeitos. 4. Davinópolis (GO). I. Título

CDU: 911.3: 621.311.21(817.3)

DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	HELEN CÁSSIA REINALDO		
E-mail:	helen.ufg@hotmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Vínculo empregatício do autor	NÃO HÁ		
Agência de fomento:		Sigla:	
País:	BRASIL	UF:	GO CNPJ:
Título:	HIDRELÉTRICA SERRA DO FACÃO NO RIO SÃO MARCOS: tramas e dramas sobre Davinópolis (GO)		
Palavras-chave:	APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS; CERRADO; EFEITOS; DAVINÓPOLIS (GO)		
Título em outra língua:	HYDROELECTRIC SERRA DO FACÃO IN THE SÃO MARCOS RIVER: conspirts and dramas on Davinópolis (GO)		
Palavras-chave em outra língua:	HYDROELECTRIC; CERRADO; EFFECTS; DAVINÓPOLIS (GO)		
Área de concentração:	GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	28/03/2012		
Programa de Pós-Graduação:	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, CAMPUS CATALÃO		
Orientador (a):	HELENA ANGÉLICA DE MESQUITA		
E-mail:	helen@wgo.com.br		
Co-orientador (a):			
E-mail:			

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?¹ total parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique: _____

Outras restrições: _____

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação. O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do (a) autor (a)

¹ Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

Aos meus avós

Carlindo Cardoso Filho e Améria da Aparecida Cardoso, trabalhadores rurais, que apesar de terem sido expropriados na velhice, juntaram forças e começaram tudo de novo em outra terra, comprovando que o campesinato brasileiro continua (re) existindo.

À minha querida mamãe

Maria Nilva, com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa tem sido construída a muitas mãos, por isso aqui demonstro a minha gratidão.

Ao Programa de Demanda Social, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

À Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão (UFG/CAC) pela oportunidade de cursar uma Pós-Graduação *Stricto sensu* em uma instituição pública e de boa qualidade.

À professora Helena Angélica de Mesquita, obrigada pela orientação, dedicação, paciência, persistência, aprendizado, amizade, carinho e incentivo constante. Para mim, sempre serás um exemplo...

Ao professor Marcelo Rodrigues Mendonça, líder do grupo de pesquisa GETeM - Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais, agradeço pelas inúmeras contribuições dadas durante toda minha trajetória acadêmica. É um prazer aprender com quem tem prazer em ensinar.

Ao professor Márcio Henrique Pereira Pozilacqua pelas importantes contribuições durante o processo de qualificação.

Ao professor Vicente de Paulo da Silva, adjunto ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, pelo subsídio teórico-metodológico e compromisso profissional.

Aos companheiros(as) do grupo de pesquisa GETeM - Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais, especialmente a Gisele Rodrigues.

Aos moradores do município de Davinópolis (GO), meus conterrâneos, que abriram a porta de suas casas, e não hesitaram em responder as entrevistas. Ao prefeito municipal, Darci Rosa de Jesus, pela contribuição e atenção a mim dispensada.

Ao meu irmão e também geógrafo, Marcos André, por ter me acompanhado em parte dos trabalhos de campo.

Aos colegas da terceira turma de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão.

À minha amiga, Kálita Tavares da Silva, pela sua fé contagiante e inspiradora e pela disposição de lutar em condições tão adversas.

Ao meu ex-professor e amigo Bonifácio Machado da Silva pelo incentivo “nos tempos do colégio”.

À Ana Gleice Rodrigues, sempre contribuindo com os aparatos técnicos durante os trabalhos de campo.

Aos meus pais, João Batista e Maria Nilva, aos quais devo boa parte do que sou.

Ao Rogério do Nascimento Lemes, pelo exemplo de generosidade e pela ajuda com a formatação desse trabalho

A todos os utópicos “espalhados por esse chão brasileiro” que, apesar das circunstâncias, ousam sonhar por uma sociedade mais justa.

Àqueles que não nomeio, mas cujas contribuições se fizeram essenciais na elaboração desse trabalho, **MUITO OBRIGADA.**

RIO SÃO MARCOS

Rio São Marcos, peço licença
Pra falar aqui o teu nome,
Desculpas também eu te peço,
pela imprudência do homem

Rio São Marcos, incomparável
De sonhos e brincadeiras,
No adormecer ou acordar,
Com o barulho das cachoeiras.

Rio São Marcos sabes tudo
E também me viste crescer
Se pudesse falaria,
Sofro junto por assim te ver.

Rio São Marcos, a natureza,
Fez belo o teu viver,
Ambições que te castigam,
Me castigam até morrer.

Rio São Marcos, os teus gemidos,
Misturam-se junto às bombas,
Que te estão destruindo,
Em teu leito que hoje tomam.

Rio São Marcos, a mão do homem
Te deixa emudecido,
Pra salvar o que não é teu...
Que país desconhecido!

Rio São Marcos, acredita,
Tu acabas de perder ,
Quantos vizinhos bonitos,
Te vendo desaparecer.

Rio São Marcos estás calado,
E, totalmente emudecido,
Perguntando para Deus:
- Por que fazem assim comigo?

Rio São Marcos, mãe natureza,
Sofre mãe para ser luz!
Pra salvar a humanidade,
Sacrificam também Jesus.

RESUMO

A construção de Aproveitamentos Hidrelétricos nas áreas de Cerrado tem potencializado a exclusão e desapropriação do campesinato, além de gerar uma série de outros efeitos sob a organização social e espacial dos municípios atingidos. A temática aqui proposta parte de vários projetos e publicações que foram desenvolvidos por pesquisadores vinculados ao GETeM - Núcleo de Pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais, os quais desde 2002 têm se preocupado com os efeitos sociais e ambientais da implantação de hidrelétricas, especialmente o Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão, construída no Rio São Marcos na bacia do Alto Paraná. Nos seus 214 Km², o lago da usina atingiu seis municípios. Em razão da amplitude de área atingida pelo barramento, a pesquisa propõe uma discussão sobre a priorização do modelo energético brasileiro à hidroeletricidade, e a privatização do mesmo, buscando compreender a implantação da barragem Serra do Facão, no Sudeste Goiano, e os seus efeitos na dinâmica socioespacial de Davinópolis (GO). Para a execução desse trabalho, foi realizada uma revisão teórico-conceitual da literatura pertinente à temática e, ainda, levantamento, sistematização, e análise de informações de fontes primárias e secundárias. A pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 2010 e 2011, sendo efetuadas 51 entrevistas com autoridades, funcionários públicos e com a população diretamente ou indiretamente atingida. A opção por delimitar empiricamente Davinópolis (GO) se deve ao fato da proximidade da sede municipal (cerca de 28 quilômetros) ao canteiro de obras da hidrelétrica Serra do Facão, conferindo à área efeito singulares. Enquanto o Setor elétrico encontra espaços na mídia para propagar seus discursos desenvolvimentistas, as consequências da construção de hidrelétricas são camufladas, ou consideradas malefícios toleráveis perante a necessidade de produção de energia para o desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Aproveitamentos Hidrelétricos; Cerrado; Efeitos; Davinópolis (GO)

ABSTRACT

The construction of Hydroelectric areas of Cerrado has leveraged the exclusion and dispossession of the peasantry, and generate a host of other effects in the social and spatial organization of the municipalities affected. The theme proposed here part of several projects and publications, which were developed by researchers linked to GETeM - Nucleus Research: Geography, Labor and Social Movements, which since 2002 has been concerned with social and environmental effects of implementing hydropower, especially Hydroelectric Serra do Facão, built in the São Marcos River in Alto Paraná basin. In its 214 km² lake plant reached six municipalities. Because of the breadth of the area hit by the bus research proposes a discussion on the prioritization of Brazilian energy model will hydroelectricity, and the privatization of the same, trying to understand the implementation of the dam Serra do Facão in southeast Goiás and its effects on the dynamic socio-Space Davinópolis (GO). To implement this, we performed a theoretical-conceptual review of the literature relevant to the topic and also research, systematization, analysis of information from primary and secondary sources. The field was built between the years 2010 and 2011, being held 51 interviews with officials, civil servants, directly or indirectly affected population. The option to define empirically Davinópolis, is due to the proximity of the municipal headquarters (approximately 28 km) to the construction site of the dam Serra do Facão, giving the effect of natural area. While the electricity sector is space on the media to propagate their developmental discourse, the consequences of dam construction are camouflaged, or harm considered tolerable given the need to produce energy for economic development.

Word-key: Hydroelectric; Cerrado; Effects; Davinópolis (GO).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Fotos

Foto 1-	Entrevista na Comunidade São João da Cruz, Davinópolis (GO)	32
Foto 2	Entrevista na Comunidade São João da Cruz, Davinópolis (GO)	32
Foto 3-	Grupo escolar chamado de “Escola Isolada Fazenda da Barra”.....	37
Foto 4-	Primeira casa de Alvenaria construída no Povoado da Barra, Davinópolis (GO).....	38
Foto 5-	Templo Católico construído no Povoado da Barra, Davinópolis (GO).....	40
Foto 6-	Construção da Praça Municipal Alto Paraíba.....	41
Foto 7-	Vista aérea da cidade de Davinópolis (GO).....	44
Foto 8-	Fachada da Prefeitura Municipal, Davinópolis (GO).....	45
Foto 9-	Templo Evangélico da Igreja de Deus no Brasil, Davinópolis (GO).....	48
Foto 10-	Templo Evangélico da Igreja Assembleia de Deus, Davinópolis (GO).....	48
Foto 11-	Templo Evangélico da Igreja Preparatória, Davinópolis (GO).....	48
Foto 12-	Templo Evangélico da Igreja Congregação Cristã no Brasil, Davinópolis (GO).....	48
Foto 13-	Estabelecimento comercial, Davinópolis (GO).....	49
Foto 14-	Estabelecimento comercial, Davinópolis (GO).....	49
Foto 15-	Estabelecimento comercial, Davinópolis (GO).....	50
Foto 16-	Estabelecimento comercial, Davinópolis (GO).....	50
Foto 17-	Lojas de produtos agropecuários, Davinópolis (GO).....	51
Foto 18-	Lojas de produtos agropecuários, Davinópolis (GO).....	51
Foto 19-	Casa de Alpendre no município de Davinópolis (GO).....	52
Foto 20-	Casa Antiga no município de Davinópolis (GO).....	53
Foto 21-	Lavoura de soja na Comunidade Barreirinho, município de Davinópolis (GO).....	62
Foto 22-	Criação de gado Nelore na Comunidade São João da Cruz, município de Davinópolis (GO).....	64
Foto 23-	Canteiro de obras da hidrelétrica Serra do Facão.....	77
Foto 24-	Canteiro de obras da hidrelétrica Serra do Facão.....	77
Foto 25-	Reforma e Ampliação da Delegacia de Polícia Civil de Davinópolis.....	85
Foto 26-	Placa indicando doação de mobiliário e equipamento para a escola municipal	

	“Balbino Antônio Ferreira”.....	86
Foto 27-	Aproveitamento de infraestrutura da região alagada.....	101
Foto 28-	Prostíbulo instalado próximo ao canteiro de obras do AHE Serra do Facão, na comunidade São João da Cruz.....	101
Foto 29-	Extração de pedras, próximo ao canteiro de obras do AHE Serra do Facão, na comunidade São João da Cruz.....	102
Foto 30-	Área do lago da hidrelétrica Serra do Facão, na comunidade São João da Cruz.....	103
Foto 31-	Enchimento do lago do AHE Serra do Facão, na comunidade São João da Cruz.....	104
Foto 32-	Ponte sobre o ribeirão São João da Cruz.....	107
Foto 33-	Propriedade parcialmente atingida pelo AHE Serra do Facão, que segundo a Lei n.º 8111 de 14 de maio de 1976, pertence ao município de Catalão (GO).....	108
Foto 34-	Leito do Rio São Marcos, após o barramento das águas pelo AHE Serra do Facão.....	110
Foto 35-	Placa indicando risco de elevação rápida da água do Rio São Marcos.....	111
Foto 36-	Morte de peixes no rio São Marcos a jusante do AHE Serra do Facão.....	112
Foto 37 -	Morte de peixes no lago da AHE Serra do Facão.....	112
Foto 38-	Charge: É importante construir hidrelétricas?.....	115

Lista de Mapas

Mapa 1-	Localização Geográfica do município de Davinópolis - Goiás.....	26
Mapa 2-	Inventário Hidroenergético - Sudeste Goiano 2011.....	70
Mapa 3-	Delimitação do reservatório da UHE Serra do Facão e municípios limítrofes.....	72
Mapa 4-	Localização da Comunidade São João da Cruz, na microrregião de Catalão (GO) - 2009.....	105

Lista de Gráficos

Gráfico 1-	Boletins de ocorrência registrados em Davinópolis (GO).....	85
Gráfico 2-	Alunos da rede municipal de Davinópolis (GO).....	87
Gráfico 3-	Alunos da rede estadual de Davinópolis (GO).....	87
Gráfico 4-	Área da propriedade atingida pelo AHE Serra do Facão na Comunidade São João da Cruz - Davinópolis (GO).....	98
Gráfico 5-	Atingidos da Comunidade São João da Cruz que foram indenizados pela AHE Serra do Facão.....	99
Gráfico 6-	Como foi aplicada a indenização recebida pelos atingidos da comunidade São João da Cruz.....	100
Gráfico 7-	Consumo de energia por categoria no Brasil.....	116

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADA - Área Diretamente Afetada

AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros

AHE - Aproveitamento Hidrelétrico

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

BO - Boletim de Ocorrência

CAC - Campus Catalão

CCR - Câmara de Coordenação e Revisão

CELG - Companhia Energética de Goiás

CMB - Comissão Mundial de Barragens

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais.

CESUC - Centro de Ensino Superior de Catalão

CGH's - Centrais de Geração Hídrica

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DNAEE - Departamento Nacional de Energia Elétrica

EIA-RIMA - Estudo Impacto Ambiental-Relatório Impacto Ambiental

ELETROBRÁS - Centrais Elétricas do Brasil

EUA - Estados Unidos da América

GEFAC - Grupo de Empresas Associadas da Serra do Facão

GETeM - Grupo de Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LI - Licença de Instalação

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MCP - Movimento Camponês Popular

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MME - Ministério das Minas e Energia

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEPSA - Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Plano de Aceleração do Crescimento

PBA - Plano Básico de Ação

PCH's - Pequenas Centrais Elétricas

PIBIC - Programa Institucional de Iniciação Científica

PIVIC - Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica

PND - Programa Nacional de Desestatização

SEFAC - Serra do Facão Energia

SEPIN - Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação

SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFG - Universidade Federal de Goiás

UHE - Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	A CONSTRUÇÃO GEO-HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS (GO).....	23
2.1	Os procedimentos metodológicos da pesquisa	24
2.2	Da Fazenda da Barra ao município de Davinópolis (GO).....	34
3	A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO NO BIOMA CERRADO: (des)envolvimento em Davinópolis (GO).....	55
3.1	A modernização da agricultura: nova roupagem ao velho latifúndio.....	56
3.2	A Privatização e produção de energia: uma interface para o não envolvimento.....	65
3.3	A implantação do Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão.....	71
3.4	Os efeitos da hidrelétrica Serra do Facão na área urbana do município de Davinópolis	80
4	PERÍODO PÓS-OBRA DA HIDRELÉTRICA SERRA DO FACÃO: a banda passou! E agora Davinópolis?	90
4.1	A construção do conceito de atingido.....	91
4.2	Os atingidos diretamente pela barragem Serra do Facão, moradores do município de Davinópolis (GO).....	97
4.3	O processo de litígio desencadeado por limites municipais pela hidrelétrica Serra do Facão.....	106
4.4	Os efeitos pós-construção da hidrelétrica Serra do Facão além da perspectiva hídrica.....	109
4.5	A cidade de Davinópolis após a construção da hidrelétrica: o progresso não chegou	113
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
	REFERÊNCIAS.....	125
	ANEXO A - Roteiro de entrevista com as famílias expropriadas pela Hidrelétrica Serra do Facão no município de Davinópolis (GO).....	135

ANEXO B - Roteiro de entrevista com os moradores da Área Urbana de Davinópolis (GO).....	136
ANEXO C - Roteiro de Entrevista com o atual prefeito municipal, vereadores e outras autoridades do município de Davinópolis (GO).....	137
ANEXO D - Roteiro de Entrevista com o ex-prefeito (eleito sucessivamente 2000-2004/2005-2008) e ex-vereadores do município de Davinópolis (GO).....	138
ANEXO E - Roteiro de Entrevista com funcionários da Secretaria de Saúde (Secretário Municipal de Saúde, agentes de saúde, técnicas de enfermagem) do município de Davinópolis (GO).....	139
ANEXO F - Roteiro de Entrevista com professores do município de Davinópolis (GO).....	140
ANEXO G - Roteiro de Entrevista com alunos participantes do projeto “Oficinas de educação ambientais: protetores ambientais”, desenvolvido pela SEFAC/SA no município de Davinópolis (GO).....	141
ANEXO H - Termo de aprovação de projeto no Comitê de Ética.....	142

1 INTRODUÇÃO

*Outra vez te revejo,
 Cidade da minha infância pavorosamente perdida...
 Cidade triste e alegre, outra vez sonho aqui...
 Eu? Mas sou eu o mesmo que aqui vivi, e aqui voltei,
 E aqui tornei a voltar, e a voltar.
 E aqui de novo tornei a voltar?
 Ou somos todos os Eu que estive aqui ou estiveram,
 Uma série de contas-entes ligadas por um fio-memória,
 Uma série de sonhos de mim de alguém de fora de mim?
 [...]
 Outra vez te revejo,
 Mas, aí, a mim não me revejo!
 Partiu-se o espelho mágico em que me revia idêntico,
 E em cada fragmento fatídico vejo só um bocado de mim
 Um bocado de ti e de mim!...*

(Fernando Pessoa)

Essa pesquisa tem ligação direta com a minha trajetória de vida. Nasci em Davinópolis (GO) e lá morei e estudei por 17 anos, o pequeno número de habitantes (2.056 pessoas), segundo último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possibilita que todos se conheçam e geralmente possuam laços de parentescos entre si. Ruas quietas. Casas sem muros. Toda essa tranquilidade parecia se reproduzir em um círculo infrangível.

Entretanto, o início da construção da hidrelétrica Serra do Facão em 2002, no rio São Marcos, propunha trazer os esperados ares do progresso ao município davinopolino. Segundo os empreendedores responsáveis pela implantação do empreendimento, a obra acarretaria desenvolvimento local, criação de empregos etc., tal discurso foi rapidamente absorvido pelas lideranças políticas, moradores locais e formadores de opinião em geral.

Naquele período meus avós juntamente com dois tios eram moradores da Comunidade Anta Gorda, no município de Catalão (GO), e tiveram a propriedade totalmente atingida pelo lago da hidrelétrica. Os anos de construção do barramento foram incertos, permeados de luta e muito sofrimento, por fim a situação culminou em uma expropriação da terra onde construímos boa parte da história da família, e hoje o que nos resta são as boas lembranças de um lugar que jamais veremos novamente.

Em meio a tantos impasses, nos primórdios do ano de 2006, me inseri no Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão. Até então eu morava na

Comunidade Varão², localizada no município de Davinópolis (GO). Entretanto, as dificuldades com o deslocamento fez com que eu migrasse para a cidade de Catalão(GO). Relativamente longe de casa, passei por um processo de desterritorialização embrenhado de peripécias e estranhamentos. Durante o primeiro ano na academia, através de conversas informais com colegas e professores, descobri a existência do GETeM - Núcleo de Pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais. Interessada pelas temáticas abordadas, entrei em contato com a professora Helena Angélica de Mesquita (até então coordenadora do grupo) e fui convidada a envolver-me em pesquisas lá desenvolvidas como participante do PIVIC (Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica). Contudo, com a desvinculação da aluna bolsista Jaqueline Vaz da Silva, fui transferida para a modalidade PIBIC (Programa Institucional de Iniciação Científica), com bolsa.

Naquela oportunidade demos continuidade ao subprojeto intitulado: “As estratégias de resistência camponesa contra a expropriação: o caso dos atingidos pela barragem Serra do Facão - rio São Marcos, sudeste goiano”, o mesmo era um desdobramento do projeto de pesquisa “Expropriados da Barragem Serra do Facão - Rio São Marcos: uma trajetória de incertezas” que vinha sendo desenvolvido desde 2002 e tinha como proposta acompanhar o processo de expropriação dos camponeses atingidos pela implantação da Barragem Serra do Facão, a qual inundou uma área de 214 Km², atingindo seis municípios: Catalão, Davinópolis, Cristalina, Campo Alegre de Goiás e Ipameri, no estado de Goiás, e Paracatu, no estado de Minas Gerais.

Ao desenvolver o projeto tive meu primeiro contato com uma literatura voltada para análise do modelo energético brasileiro, assim, aos poucos pude compreender que a construção da usina hidrelétrica que desapropriava meus avós, e atingia diretamente o município onde morei, não era somente “coisas da vida” ou um fato isolado, como muito ouvi dizer no decorrer dos anos anteriores. Dei-me conta que todo aquele processo fazia parte de uma conjuntura perversa de expropriação voltada para a manutenção do modo capitalista de produção. A hidroeleticidade produzida possui um alto custo para os consumidores, sobretudo residenciais, pois tem origem na água, um bem natural, portanto público, contraditoriamente transformada em uma mercadoria a partir do processo de privatização.

A bolsa do PIBIC foi fundamental para minha manutenção no curso, uma vez que custeou minhas despesas básicas e possibilitou minha participação em eventos científicos, viagens, etc. Experiências estas tão significantes quanto à revisão bibliográfica. Destaco aqui

² Comunidade rural localizada no município de Davinópolis a cerca de 14 Km da sede municipal.

a participação no XV Encontro Nacional de Geógrafos, na cidade de São Paulo (SP) em 2008, relembro que no grupo de apresentações de trabalhos, do qual fiz parte, havia pesquisadores que discutiam os efeitos de aproveitamentos hidrelétricos construídos de norte a sul do Brasil. Realidades distintas, impactos semelhantes, centenas de expropriados. Através de outros eventos, outras viagens e novos aprendizados, percebi a magnitude da problemática na qual me aventurei investigar. Foram dois anos com o Projeto de Iniciação Científica, período importante para meu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Em meados do ano de 2009 era chegado o momento de construir o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e a professora Helena Angélica de Mesquita, mais uma vez, esteve comigo na empreitada. Na ocasião conversamos e expus minha vontade de continuar investigando os efeitos da implantação da hidrelétrica Serra do Facão nos municípios atingidos. Era um momento singular, marcado pelo fim das obras da barragem e a concretização das expropriações. Então decidimos delimitar o município de Davinópolis (GO) como o objeto empírico daquela investigação.

Proposta acatada, escrevi um texto cujo objetivo firmava-se em compreender a implantação da barragem Serra do Facão, no Sudeste Goiano, e quais foram os seus efeitos sobre a comunidade São João da Cruz, área parcialmente atingida pelo reservatório e concomitantemente sob processo de litígio entre os municípios de Catalão e Davinópolis, ambos localizados no estado de Goiás. Na época dos trabalhos de campo (setembro e outubro de 2009) uma nova configuração sócio-espacial se revelava, aquela cidade (Davinópolis) pacata parecia ter sido desmantelada durante os quatro anos que me ausentei.

Percebi que os efeitos da usina transcendiam as porteiras da Comunidade São João da Cruz, ou seja, todo município davinopolino sofreu alterações socioespaciais, econômicas e culturais com a implantação da Serra do Facão, inclusive a malha urbana que, por ser a mais próxima do canteiro de obras, abrigou um grande número de pessoas que foram para a região para trabalharem na barragem. É importante ressaltar que a mão de obra chegada a Davinópolis possuía pouca qualificação profissional, haja vista que os profissionais qualificados como engenheiros, técnicos, administradores, etc., se instalaram em Catalão (GO) devido as melhores condições de infraestrutura daquela cidade. Com a pouca qualificação, os trabalhadores migrantes, residentes em Davinópolis, tinham salários mais baixos, ficando dependentes dos serviços públicos municipais que já eram precários para atender a população local. Novos desafios se puseram como possibilidade de pesquisa.

Então, senti a necessidade de aprofundar essa investigação, foi quando escrevi o projeto e o submeti ao programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de

Goiás, Campus Catalão. Logo fui selecionada com uma vaga no curso de mestrado. Eis aqui, um trabalho no qual proponho uma discussão sobre a priorização do modelo energético brasileiro à hidroeletricidade, e a privatização do mesmo, buscando compreender a implantação da barragem Serra do Facão, no Sudeste Goiano, e os seus efeitos na dinâmica socioespacial em Davinópolis (GO).

O autor, Silva (2004), ao utilizar o termo efeito, em vez de impacto, entende que o primeiro caracteriza melhor as mudanças advindas da execução de projetos hidrelétricos, pois sugere uma abrangência e uma durabilidade maior no tempo.

A opção metodológica para a realização do trabalho é a análise qualitativa das mudanças ocorridas no município davinopolino. São várias as possibilidades de estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos em suas complexas relações sociais e econômicas nos mais diversos ambientes. Segundo Pádua (2000, p. 23), “na perspectiva da análise qualitativa, um fenômeno deverá ser investigado e compreendido dentro do contexto em que ele ocorre, pois somente assim poderá, o pesquisador, ter uma perspectiva integrada”. Dentro deste enfoque, o pesquisador vai para os locais de interesse da pesquisa buscar as informações necessárias para as análises e entendimento da dinâmica socioespacial. Enfim, a investigação que privilegia o trabalho de campo, daí construir a teoria, na medida em que se apresentam as evidências empíricas.

Para responder aos objetivos propostos, o texto foi estruturado em três seções além da introdução e das considerações finais. A seção *A construção geo-histórica do município de Davinópolis (GO)* tem como objetivo apresentar a dinâmica espacial do município davinopolino antes da construção da hidrelétrica Serra do Facão, esta reflexão é respaldada por Barreira (1997, p.137): “O território municipal é uma construção que contém história”.

Na seção *A territorialização do Agrohidronegócio no Bioma Cerrado³: (des)envolvimento em Davinópolis (GO)* busca-se entender o processo de modernização da agricultura e, posteriormente, a implantação de barragens nas áreas cerradadeiras, bem como os efeitos da Hidrelétrica Serra do Facão sobre o município de Davinópolis durante o processo de implantação do empreendimento.

Na seção *Período pós-obra da hidrelétrica Serra do Facão: a banda passou! e agora Davinópolis?* Tenciona-se responder aos principais questionamentos e entender o que a

³ Adota-se aqui o termo “bioma” ao invés de “fitofisionomia”, como preferem alguns autores; para Coutinho (2006), o Cerrado é, na verdade, “um complexo de biomas, distribuídos em mosaico”.

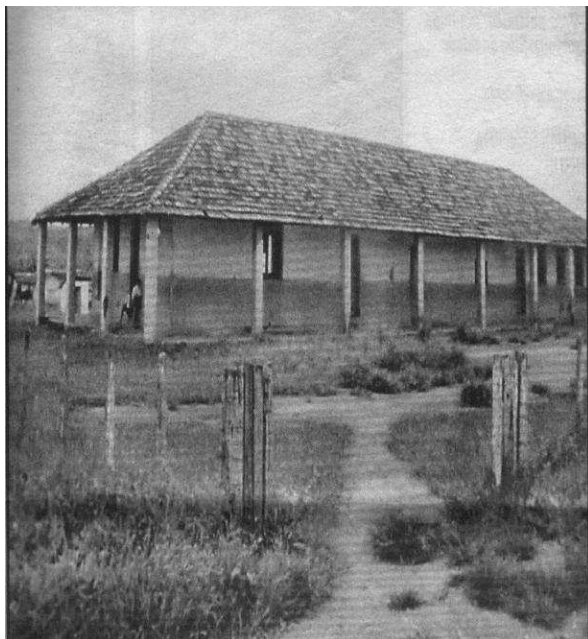
implantação da Hidrelétrica Serra do Facão significou e/ou significa para a população de Davinópolis (GO), depois do término da obra. Apesar de ter relativamente pouca área inundada, o município foi consideravelmente afetado.

O fato de discutir o antes, o durante e o pós-implantação da hidrelétrica, nos três capítulos respectivamente, não significa obedecer uma noção positivista e/ou cartesiana do tempo, esclareço que tal metodologia é somente uma opção didática para facilitar o entendimento dos efeitos do AHE Serra do Facão em Davinópolis. Por vezes há informações referentes a um ou a outro período independentemente do capítulo, pois compreendemos que o movimento espacial é dinâmico.

A importância de se realizar esta pesquisa se deve ao fato da mesma promover uma oportunidade aos atingidos pela barragem Serra do Facão exporem seus anseios e insatisfações, que costumeiramente são sufocados pela dinâmica do capital, com apoio estatal e pelos recursos midiáticos, a fim de fazerem valer os interesses econômicos que representam um desenvolvimento desigual e excludente. Além disso, o trabalho possibilita discutir fontes alternativas para a produção de energia, partindo da hipótese que um país de dimensões continentais como o Brasil possui condições suficientes para a diversificação do Setor energético. Por fim, os resultados da pesquisa podem colaborar para que a Prefeitura Municipal de Davinópolis, e outros órgãos competentes, visualizem as áreas e os indivíduos que demandam maiores cuidados, quer seja na segurança, na saúde pública ou na manutenção do espaço físico e da infraestrutura em geral.

Considero, também, que analisar os efeitos de grandes empreendimentos hidrelétricos em áreas de Cerrado, contribui para que a ciência geográfica possa compreender as relações produção e reprodução do espaço.

A CONSTRUÇÃO GEO-HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS (GO)



Estava à toa na vida o meu amor me chamou pra ver a banda passar cantando coisas de amor...

*A minha gente sofrida
despediu-se da dor pra ver a
banda passar cantando coisas
de amor[...]*

*(Trecho de "A Banda" - Chico
Buarque de Holanda)*



2 A CONSTRUÇÃO GEO-HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS (GO)

Este capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia utilizada para a realização do trabalho, bem como falar da formação socioespacial de Davinópolis, remetendo aos tempos precedentes à sua emancipação, ocorrida em 1963, até a chegada da hidrelétrica Serra do Facão em 2002. Para Melo (2008, p. 486) “a consideração da categoria formação sócio-espacial possibilita a identificação dos principais processos que interagiram na constituição e transformação de qualquer objeto de investigação geográfica”.

2.1 Os procedimentos metodológicos da pesquisa

A conjuntura política responsável pela formação do setor elétrico no Brasil deveria ser de caráter participativo⁴, contudo ao longo da história, ele passou por períodos sob o domínio da iniciativa privada e outros sob comando Estatal.

Com o processo de privatização do setor elétrico, ocorrido no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2001), retornou a iniciativa privada. Isso demonstra como o setor energético reflete o momento do capitalismo, nos períodos do liberalismo econômico. De acordo com Foshieira (2009) nos dois episódios sempre prevaleceram o interesse de determinados grupos econômicos, pois em algumas circunstâncias eles controlaram as empresas responsáveis pela geração, transmissão e distribuição de energia, e depois se apossaram do Estado, quando este passou a se responsabilizar por estas atividades.

Nesse sentido, empresas estrangeiras (com o aval do Estado) monopolizam a produção e a venda de energia elétrica no Brasil, principalmente pela usurpação dos mananciais hídricos. A construção da hidrelétrica Serra Facão, no rio São Marcos, está entremeada a essa dinâmica.

O estudo de caso consiste na proposta metodológica desse trabalho, para Gil (1991, p.78) “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo produzido de um ou de poucos

⁴ Segundo Landi (2006) a energia representa tanto um insumo básico, no processo produtivo, quanto um determinante do padrão de qualidade de vida da sociedade, por ser um bem público. Dessa forma é tarefa do Estado, seja através da definição de suas políticas setoriais e/ou mecanismos de regulação, auxiliar na busca do acesso a esse serviço, minimizando o processo de exclusão social, bem como na identificação de tarifas diferenciadas para garantir competitividade de setores produtivos relacionados (LANDI, 2006, p.19).

objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo; tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados”.

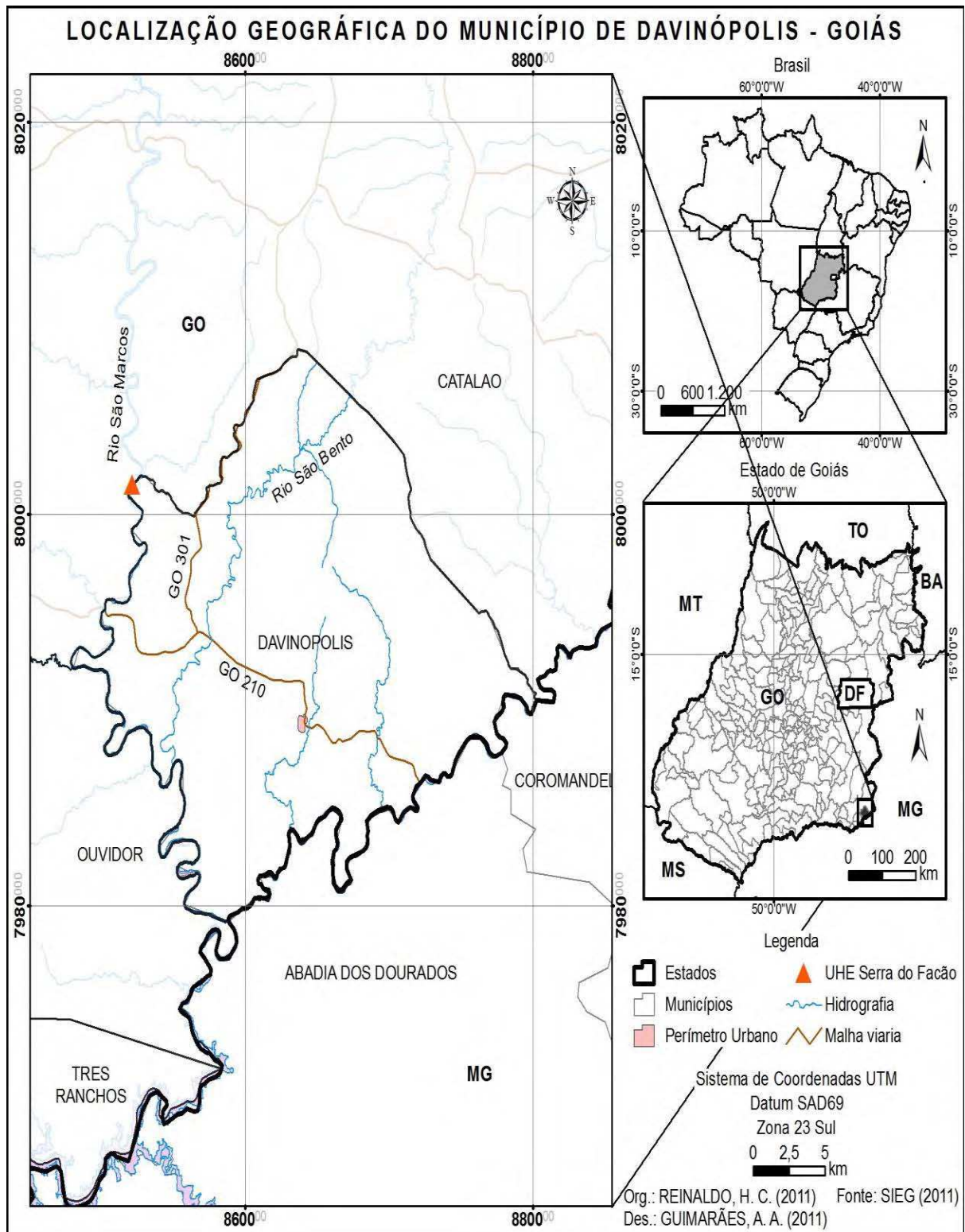
Por sua vez, Laville (1999, p.156) diz que “a vantagem mais marcante dessa estratégia de pesquisa repousa, é claro, na possibilidade de aprofundamento que oferece, pois os recursos se vêem concentrados no caso visado”.

Elias e Scotson (2000), ao desenvolverem um estudo de caso sobre uma comunidade da Inglaterra chamada Winston Parva, disseram:

O uso de uma pequena unidade social como foco de investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais, maiores e mais diferenciados, possibilita a exploração desses com uma minúcia considerável - microscopicamente, por assim dizer. Pode-se construir um modelo explicativo, em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal - um modelo pronto para ser testado, ampliado e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala. (ELIAS e SCOTSON, 2000 p.20)

A partir dessa análise compreendemos que o caso da hidrelétrica Serra do Facão não se restringe a ele mesmo, considera-se que a questão é muito mais ampla, o que está em análise é o próprio modelo energético brasileiro. A hidrelétrica Serra do Facão é a explicitação desse modelo. Dessa forma, concordamos com Lefebvre (1995) quando diz "nada é isolado. Isolar um fato, um fenômeno, e depois conservá-lo pelo entendimento nesse isolamento, é privá-lo de sentido, de explicação, de conteúdo. É imobilizá-lo artificialmente, matá-lo" (LEFEBVRE, 1995, p. 238). O município de Davinópolis (GO) se caracteriza como o lócus dessa investigação, por ser um dos municípios atingidos pela barragem. Este localiza-se na região sudeste do estado de Goiás, na microrregião de Catalão (GO), abrangendo uma área de 521,8 km² (IBGE). (Mapa 01)

Mapa 01 - Localização Geográfica do município de Davinópolis (GO) - 2011



Fonte: Sistema Estadual de Estatística e de Informações Geográficas de Goiás (2011)

Observando o Mapa 01, identificamos as rodovias GO 210 e GO 301, responsáveis por ligar o município de Davinópolis ao município de Catalão. As demais rodovias de ligação a outros municípios limítrofes não são pavimentadas, as estradas vicinais

são regulares no período de estiagem e de péssimas condições de tráfego no período de chuvas. Vê-se também os rios São Bento e São Marcos. A cidade de Davinópolis na sua gênese era conhecida como "Povoado da Barra".

Ao lado Oeste do mapa está a localização da Hidrelétrica Serra do Facão, distando cerca de 28 quilômetros da sede municipal. Tal proximidade foi determinante para o direcionamento de imigrantes ao município para trabalharem na construção do barramento ou com a expectativa de serem admitidos pela empresa. Conseqüentemente, desde a implantação do canteiro de obras, houve um processo de refuncionalização dos serviços públicos municipais, voltados a atender os novos moradores que foram deslocados para a cidade de Davinópolis, a maior parte pela empresa construtora Serra do Facão Energia/SA. A respeito do deslocamento de mão-de-obra em torno da construção de barragens, Santos e Nacke (2001) comentam:

O relativo isolamento dos empreendimentos hidrelétricos em relação aos meios de produção (força de trabalho, ferramentas, materiais necessários a sua implantação) requer a mobilização e o deslocamento para os locais da obra de significativos contingentes de trabalhadores externos as sociedades regionais, sobretudo nos anos que coincidem com o “pico dos trabalhos. Passados os anos de maior demanda de mão-de-obra, uma parte significativa destes efetivos, frequentemente subcontratada, por um lado acaba tornando-se um “peso morto” na obra, carecendo de oportunidades de trabalho para manter-se no local ou de possibilidade de retornar a sua área de origem, pesando, assim, sobre as economias municipais e estaduais, e aumentando a demanda regional por serviços públicos, tais como atendimento na área da saúde e educação. (SANTOS, S. C.; NACKE, A. 2001, p.74-75. Grifos do autor).

A análise de Santos e Nacke (2001) explica os acontecimentos em Davinópolis, pois, durante o período de implantação do empreendimento, o município passou por fases de especulação imobiliária, tanto urbana como rural. Houve, ainda, aumento significativo da violência em geral, prostituição (construção de vários prostíbulos), congestionamento da rede escolar e de saúde, ambas já precárias no atendimento à população local.

Com o término da obra, percebeu-se uma redução das atividades econômicas no município. A desmobilização da mão-de-obra levou à ociosidade algumas instalações implantadas na região para atender o contingente populacional adicional. Paralelamente à perda de rendimento e emprego das pessoas envolvidas nas atividades de comercialização e prestação de serviços, houve a necessidade da sua adaptação a uma nova situação, caracterizada pelo eventual número de desempregados na região. Também houve alienação compulsória das áreas a serem utilizadas para a instalação do empreendimento e formação do reservatório.

A partir desses fatos surgem às seguintes indagações:

- a) Quais são os desdobramentos da privatização da hidroeletricidade no contexto atual?
- b) Quais são os efeitos causados pela hidrelétrica Serra do Facão ao município atingido de Davinópolis (GO)?
- c) Como as mudanças na dinâmica socioespacial do município, acarretadas pela hidrelétrica Serra do Facão, são percebidas pelos davinopolinos?

Ao procurar as respostas para estas questões, foi indispensável a escolha dos materiais necessários e metodologias a serem seguidos. Segundo Chelotti (2009) “a questão teórico-metodológica é de suma importância no desenrolar da pesquisa científica, pois é ela que apresenta para o leitor as escolhas e caminhos percorridos pelo pesquisador na elucidação e busca da produção do conhecimento” (CHELOTTI, 2009, p.35).

Em primeiro lugar, fez-se uma revisão teórica, contemplando autores que discutem o modelo energético brasileiro, migrações e os movimentos sociais no campo. O aprofundamento da discussão deu-se através de leituras sobre geopolítica, território e cultura. Novamente, ressalto que a oportunidade de ter sido bolsista do Programa de Iniciação Científica (UFG/CNPq) possibilitou a leitura de bibliografia considerável acerca do tema.

De acordo com Luna (2005), a revisão teórica tem por objetivo circunscrever o dado problema da pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo, assim o levantamento dessa análise teórico-conceitual permitiu representar o universo da problemática. Previamente foram contemplados: Germani (2003), Oliveira (1997), Branco (2002), Rebouças (2000), Gohn (2001) Santos (1998), Grzybowski (1990), Haesbaert (2004), Harvey (2008), Martins (1993), Rothman (2008) Mészáros (2002) Zhouri; Laschefski; Pereira (2010). Corroborando com Sposito (2004), as leituras e interpretações foram feitas mediante uma reflexão radical (buscar a origem do problema), crítica (colocar o objeto do conhecimento em um ponto de crise) e total (inserir o objeto da reflexão no contexto mais amplo)

Em um segundo momento, fez-se pesquisa em fontes secundárias, conhecida também como pesquisa documental. Segundo Santos (2004, p.30)

Documento é o nome genérico dado às fontes de informação bibliográficas que ainda não receberam organização, tratamento analítico para publicação. São fontes documentais tabelas estatísticas, relatórios de empresas, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos; fotografias; epitáfios; obras originais de qualquer natureza; correspondência pessoal ou comercial etc. A utilização de qualquer dessas fontes de informação caracteriza a pesquisa como pesquisa documental. (SANTOS 2004, p.30).

Os documentos pesquisados continham informações que colaboraram para a caracterização do município de Davinópolis, suas origens e sua reestruturação para atender ao empreendimento hidrelétrico Serra do Facão. Nessa etapa, foram feitas consultas em fontes oficiais de informações; como no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual foram analisados os Censos demográficos, populacionais e agropecuários do município de Davinópolis; na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), onde buscou-se estatísticas de Goiás e do município de Davinópolis, encontradas no seu site, particularmente no ícone da Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação (SEPIN). Além de suas publicações, como: Anuário Estatístico, Goiás em Dados, Estatísticos Básico-trimestral e Goiás no contexto nacional.

Para complementar essas informações, foram feitas pesquisas na Secretaria Municipal de Saúde, na Secretaria de Educação e Cultura e no Cartório de Registros Oficiais de Davinópolis. No entanto, por diversas vezes, senti dificuldades em resgatar dados relacionados aos órgãos públicos do município davinopolino, raramente tive acesso à planilhas ou números contabilizados. Percebi certo grau de desconfiança e, por mais que explicasse o objetivo da pesquisa, sempre me perguntavam por que eu queria tais informações, algumas vezes fui questionada se estava participando de uma possível investigação do partido da oposição ao atual governo municipal, ou se iria me candidatar nas próximas eleições. Mesmo com ofícios e com o projeto de pesquisa em mãos, alguns funcionários me disseram que iriam facilitar o meu trabalho, pois me conheciam, entretanto pediram-me muita cautela na divulgação e análise dos documentos.

Foi um trabalho lento, por dias debrucei-me sobre dezenas de atas, livros e pastas, com o objetivo de ter subsídios para elaborar minha dissertação. Possivelmente, a digitalização dessas informações seria uma solução eficaz para esse problema.

Nessa etapa da pesquisa também procurei ter acesso aos documentos da Hidrelétrica Serra do Facão, entretanto as dificuldades logo se apresentaram, pois a empresa responsável pela obra, Serra do Facão Energia S/A (SEFAC), alegava que informações públicas já estavam disponibilizadas no site do empreendimento. Acredito que este impasse foi compartilhado por outros pesquisadores que se propuseram investigar a temática. Nesse sentido, os documentos consultados foram conseguidos pelos coordenadores do projeto “Expropriados da Barragem Serra do Facão - Rio São Marcos: uma trajetória de incertezas”, sendo: Informação Técnica N°185/2004 de 28 de outubro de 2004, 4º Câmara de Coordenação e Revisão: meio ambiente e patrimônio cultural e Cadastro Socioeconômico dos Atingidos por UHE - Serra do Facão Ano 2003; EIA - RIMA: Estudo de Impacto Ambiental da Usina

Hidrelétrica de Serra do Facão e Relatório de Impacto Ambiental da UHE - Serra do Facão, Catalão (GO) e o cadastro dos imóveis atingidos, realizado em 2002. Este cadastro foi feito pela empresa mediante exigência do Ministério Público Federal e apresenta consideráveis diferenças nos números.

Foram usados, ainda, dados de pesquisas que exploram a realidade regional, como dissertações e teses, entre elas: Mesquita (1993), Mendonça (1998) (2004), Ferreira (2003), Chaves (2003), Lima (2003), Naves (2010), etc., além de artigos publicados em eventos e revistas: Mesquita (2005) (2007), Mendonça (2007), Silva e Mesquita (2007), etc.

Após a revisão bibliográfica, realizei os trabalhos de campo, essa etapa é de grande importância ao se desenvolver um estudo geográfico sobre determinado assunto. Nessa perspectiva, Lacoste (1985) diz:

O trabalho de pesquisa, propriamente dito, a observação no campo corresponde à grande escala, e neste nível é somente uma parte dos fenômenos que pode ser convenientemente apreendidos; outros devem ser antevistos em escala menor e é preciso para isto, utilizar representações que a pesquisa no terreno não pode fornecer. O trabalho de campo para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar os problemas somente no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolveram sobre extensões muito mais amplas (LACOSTE, 1985, p. 20).

Neste trecho, Lacoste (1985) evidencia a necessidade da revisão teórica antes que o pesquisador se direcione ao campo, pois assim o mesmo estará apto a fazer um paralelo entre teoria e prática, e vice-versa. Colaborando para essa discussão, Oliveira (1997) diz que a pesquisa a campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente para posteriores análises.

Como ocorreu com Silva (2004) ao pesquisar os efeitos da construção de um aproveitamento hidrelétrico no município de Nova Ponte (MG) e manter proximidade com seu objeto de estudo, também é inegável minha relação com Davinópolis, local onde passei boa parte da vida, lá ainda é o meu domicílio eleitoral, além disso, muitas pessoas com quem tenho grau de parentesco, inclusive meus pais, vivem no município.

Desde o início da pesquisa, estive ciente dos problemas a serem enfrentados em razão dessa proximidade, todavia tal fato facilitou o emprego de uma técnica conhecida como pesquisa participante. Para Neto (1994),

a técnica da pesquisa participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a

face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real. (NETO, 1994, p.59-60).

Corroborando com essa análise, Moreira (2002, p.52) diz que “esta pesquisa pode ser conceituada como uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação ativa com os sujeitos, a observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas abertas informais e análise documental”.

Após minha inserção no Programa de Pós-Graduação em Geografia, em março de 2010, me desloquei para Davinópolis semanalmente a fim de visitar familiares e ocupar parte desse tempo no preparo do “campo” da pesquisa. Isso ampliou minha dedicação ao trabalho de campo e também revelou aspectos característicos do objeto, que certamente não seriam percebidos se as visitas fossem feitas esporadicamente. Da mesma forma, sempre que precisei de uma informação ou documento, me dirigi à cidade a fim de consegui-lo.

Particpei de diversas festas religiosas e comemorativas (aniversários da cidade, inaugurações, etc.), com uso da câmera fotográfica procurei registrar esses eventos. Percebi rostos e sotaques desconhecidos e algumas reações preconceituosas dos moradores locais, que costumeiramente chamavam os novos moradores de *barrajeirada*. Aos chegantes eram atribuídos todos os fatos ruins ocorridos na cidade. Esse mal-estar, gerado entre os moradores, pode ser considerado como um efeito socioespacial da implantação do AHE Serra do Facão, conforme mostro no capítulo II desse trabalho.

Para a coleta de dados, além das fontes documentais, também foram usadas entrevistas de acordo com Pádua (2000), essa é uma técnica alternativa para se coletar dados não documentados, sobre um determinado tema. Deve-se levar em consideração que a entrevista tem suas limitações; dependendo da técnica a ser adotada, os entrevistados podem não dar as informações de modo preciso ou o entrevistador pode avaliar/ julgar/ interpretar de forma distorcida as informações obtidas. Nesse momento o papel da orientadora, Helena Angélica de Mesquita, se realçou, haja vista que a mesma tem uma vasta experiência nesse campo.

A entrevista é um dos procedimentos mais utilizados em pesquisa de campo, visto que tem suas vantagens como meio de coleta de dados: possibilita que os dados sejam analisados quantitativa e qualitativamente; pode ser utilizada com qualquer segmento da população; serve para afirmar, negar ou possibilitar novas hipóteses que às vezes contradizem

as teorias já consolidadas; bem como permite a criação de novos conhecimentos. Para Queiroz (1991) a entrevista é a forma mais antiga e difundida da coleta de dados orais [...] nas ciências sociais, ela, ora fornece dados originais, ora complementa dados já obtidos em outras fontes.

Na verdade a entrevista está presente em todas as formas de coleta dos relatos orais, pois estes implicam sempre um colóquio entre pesquisador e narrador. Nesse sentido, elaborei roteiros de entrevistas semiestruturados, algumas perguntas foram feitas em uma ordem predeterminada, mas dentro de cada questão foi relativamente grande a liberdade do entrevistado. Além disso, outros assuntos foram levantados a partir das respostas dadas. Quando não foi o objetivo entrevistar pessoas específicas, como autoridades políticas (vereadores e prefeito municipal), pequenos comerciantes, ex-barrageiros e atingidos diretamente pelo AHE Serra do Facão, as questões foram respondidas pelas pessoas disponíveis nas casas, com preferência ao responsável pela família.

No último trabalho de campo realizado na Comunidade rural davinopolina diretamente atingida, chamada de São João da Cruz (fotos 1 e 2), contei com a ajuda da Agente Comunitária de Saúde, Regina Pereira dos Santos, para o deslocamento. Tal experiência facilitou meu contato com os moradores, por isso confirmo sua eficácia.

Foto 01: Entrevista na Comunidade São João da Cruz, Davinópolis (GO) - nov/2011



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Machado, P.P. (2011).

Foto 02: Entrevista na Comunidade São João da Cruz, Davinópolis (GO) -



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Machado, P.P. (2011).

Dos atingidos moradores as comunidade São João da Cruz, 83% (pesquisa de campo) declararam que suas terras foram parcialmente alagadas. Desse modo, as novas residências foram feitas à margem do lago do AHE Serra do Facão, observei entre eles certo

encantamento com a nova paisagem formada, todavia logo se referiam a problemas como ilhamento das propriedades, infestação de insetos, animais peçonhentos etc. Tais assuntos serão comentados ao longo do texto. Por outro lado, durante a pesquisa encontrei poucos documentos e estudos referentes à criação do município de Davinópolis, por isso entrevistei os moradores mais antigos e recentes da região a fim de compreender as relações e a história de vida da população em épocas distintas. Queiroz (1991) afirma que o uso da história de vida

como um relato de um narrador sobre sua experiência através do tempo tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu (...) ela é portanto, técnica que capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social (...) a história da vida pode tentar desvendar o ponto em que características dessas coletividades se juntem as sensações sinestésicas, buscando a interação entre ambas e esclarecendo quais os instrumentos sociais utilizados para a tradução. (QUEIROZ, 1991, p. 06).

Ao conversar com as pessoas mais idosas pude ouvir suspiros saudosos, e sempre começavam com a expressão “*no meu tempo tinha fartura*”, Rodrigues da Silva (2008), ao pesquisar as vilas de Cibele e Caiçara (vilas localizadas no Centro e Noroeste goiano), também percebeu nas falas dos entrevistados as referências a um tempo de fartura, “é possível constatar uma representação distinta entre a fartura expressa pelo tempo da roça e momento da transição para uma fartura mais comedida definida às vezes como miséria”. (RODRIGUES da SILVA, 2008, p.172).

Ao todo, entrevistei: quinze pessoas atingidas diretamente pelo AHE Serra do Facão, sendo doze proprietários e três empregados, todos pertencentes à Comunidade São João da Cruz⁵ no município de Davinópolis (GO); a agente de saúde da comunidade atingida; vinte e oito pessoas residentes na área Urbana de Davinópolis (GO), sendo nove jovens entre dezoito e vinte e dois anos, quatorze pessoas entre 30 e 50 anos e cinco pessoas com mais de 60 anos; o ex - prefeito (eleito sucessivamente 2000-2004/2005-2008); o atual prefeito; o Secretário Municipal de Saúde; a Secretária Municipal de Educação; e três ex-funcionários da SEFAC nascidos em Davinópolis.

Em consonância com a análise de Carvalho (1989, p.159), as respostas dadas foram analisadas a partir dos pontos de divergência e dos eventuais pontos de convergência encontrados, assim procurei elaborar quadros explicativos no intuito de facilitar a leitura do trabalho, tornando claras estas diferenças, igualdades, tendências ou regularidades.

⁵ Única Comunidade no município de Davinópolis diretamente atingida pelo AHE Serra do Facão, portanto os proprietários diretamente atingidos pertencem a essa comunidade.

As observações na pesquisa de campo me mostraram questões novas e nunca antes pensadas. Os dados coletados foram organizados em cadernos de anotações, ou mesmo nas folhas das entrevistas. A partir da segunda visita a campo, utilizei o gravador, e as falas só eram gravadas com a permissão do entrevistado. Quando faço uso de pequenos fragmentos das entrevistas ou de conversas informais, transcrevo-os em itálico. Nas entrevistas longas, adoto as normas de citação direta e não identifico o nome dos entrevistados, uma vez que a maioria deles exigiu-me essa conduta, nesse processo optei por manter as expressões e pronúncias presentes nas falas. No decorrer do trabalho há fotos de minha autoria e outras cedidas pelos moradores e pela prefeitura municipal de Davinópolis (GO), faço uso, também, do acervo icnográfico do GETeM (Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais).

2.2 ...Da fazenda da Barra ao município de Davinópolis (GO)

Para os geógrafos, os municípios não são simplesmente instâncias federativas no arranjo institucional da nação, cada um deles é um território caracterizado pela sua posição, suas paisagens, suas práticas culturais e políticas desenvolvidas por agentes sociais locais e de outras esferas territoriais. (BITOUN, 1999, p. 194).

Concordando com Bitoun (1999), a constituição de um território municipal é também uma construção histórica, ou seja, ocorre concomitantemente no tempo e no espaço. Partindo desse pressuposto, para compreender os efeitos da implantação da barragem Serra do Facão sobre Davinópolis (GO) é necessário fazer uma análise voltada para a origem, organização socioespacial e cotidiano do município davinopolino. O que ainda é possível saber da história mais distante no tempo foi construído com base em alguns documentos obtidos no memorial histórico da prefeitura municipal e por informações colhidas nas entrevistas com as pessoas com mais de 60 anos. São relatos ouvidos de idosos, um arquivo vivo que ainda temos. Os depoimentos e falas obtidos são consideravelmente sugestivos quanto ao fato de indicarem uma recriação do passado e do modo de vida camponês. Segundo um senhor de 85 anos, a Fazenda da Barra (atual Davinópolis) era uma área conhecida como produtora de alimentos (principalmente arroz). Nos rios São Bento e São Marcos não havia pontes, somente balsas em lugares específicos. Ele narra:

eu carregava muito naquela época, carregava mantimento pra essas região vizinha, aí a gente passava no porto do Jacinto, num tinha ponte.[...] era muito mantimento, teve época que a gente colocava lá dois até três mil sacos de arroz, puxava tudo no pescoço do boi. Eu já carreguei boi na avenida Vinte de Agosto na poeira, eu lembro deles fazendo o alicerce da prefeitura velha ...ali onde é o Hospital São Nicolau era o armazém das Carlita, aí a

gente descia a Vinte de Agosto, quatro, cinco carro de boi duma vez, trazendo os mantimento da *Fazenda da Barra* pra Catalão...nois gastava de três a quatro dia na estrada. (trabalho de campo, junho de 2011, grifo meu).

O senhor continua o depoimento falando das relações de produção e lida com a terra:

naquele tempo era mato o povo roçava o mato e plantava, a terra era sempre nova quase ninguém plantava em terra veia, eu vi arame a primeira vez foi lá em Catalão num dia que a gente tava carreano, nois paró foi oiá aquilo, as roça antigamente era fechada de madeira, depois apareceu um véio falando de adubo, muita gente caçoava dele, ele era das banda do Rio de Janeiro e lá tinha, mas pra nós era coisa do ôto mundo (trabalho de campo, junho de 2011).

Holanda (1969), ao escrever sobre a formação socioeconômica do Brasil, diz que “era no campo que as coisas funcionavam, toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve suas bases fora dos meios urbanos”. Para Borges (1990), a vida rural goiana se passava num ritmo lento permitido pelos mecanismos políticos e econômicos da época. Em meados da década de 1940, a população da Fazenda da Barra ainda vivia isolada dos centros urbanos. Em depoimento, uma senhora de 73 anos fala das condições enfrentadas diante um caso que necessitasse atendimento médico:

Quando a gente ficava doente, era uma dificuldade, eu fui de banguê duas vezes até no São Marcos, o banguê era quase do tipo de um andor de santo, eles punha duas varas atravessada e aí punha o colchão em cima e deitava a pessoa, gastava quatro homens pra carregá, era quais igual a maca de hoje [...] aqui de vez em quando aparecia algum farmacêutico, vinha um, vinha outro ficava por aqui uns tempo ia embora e depois aparecia outro, médico mesmo não aparecia, o farmacêutico mió que teve foi um tal de Rubens e depois veio outro lá de Patos de Minas, aí depois morô um aqui perto, mas do outro lado de Paranaíba, se o rio tivesse cheio num tinha jeito da gente ir lá, o farmacêutico morava nos Palmito (MG). (trabalho de campo, junho de 2011).

Em diversas falas os entrevistados relembram a precariedade dos meios de transporte e a dificuldade de conseguir alguns produtos (principalmente o sal) para o consumo próprio:

Ônibus, carro só tinha algum, mas muito pôco mesmo, o negócio era no pescoço do boi. Teve um povo que mudô daqui pra Goiabera, que hoje é Inhumas (GO), de carro de boi, onde é Goiânia hoje era só uma currutela, numa época o povo da Barra foi muito pra lá, vendia o chão e ia embora, numa vez foi umas cinco famía, tudo de carro de boi, punha os móveis em cima do carro e dinheiro no bolso mas o dinheiro era pouco. Ôta dificuldade era comprá sal, nós buscava sal em Uberaba, e sabe como nós ía pra lá? _ de carro de boi, passô uns tempo começô a vendê sal lá em Paracatu, ficô mais perto, o povo falava: — o sal tá quase chegando dentro de casa, a gente fazia farinha de milho, e outra coisa e levava pra trocá por sal... ia dois, três carro de boi cheio de carne, de farinha, arroz, essas mercadoria ficava lá e

os carro de boi voltava cheio de sal pra trás. A gente ficava era mês na estrada, depois chegô o trem de ferro que trazia sal aqui em Ipameri, vixe! Na época foi um progresso e tanto. (trabalho de campo).

Borges (1990, p. 41) explica que a implantação de infraestrutura de transporte foi fundamental para o desenvolvimento da atividade industrial no país e conseqüentemente promoveu importantes reorganizações no território nacional:

o trem-de-ferro [...] despertava Goiás de séculos de isolamento e transformava a paisagem regional através de um processo dialético marcado pela destruição/reconstrução do espaço. Muitos terminais ferroviários tornaram-se movimentados núcleos urbanos e centros dinâmicos da vida econômica e cultural da sociedade local. As estações ferroviárias tornaram-se área de lazer, de encontros amorosos e de debates culturais e políticos, bem como praças de negócios que movimentam o comércio de boa parte do Estado. Assim, os terminais ferroviários, e os núcleos urbanos que deles se desenvolveram, pareciam, aos olhos da população sertaneja, ilhas de prosperidade em meio a um mundo rural e arcaico. (BORGES 1990, p. 41).

Esta análise de Borges (1990), sobre os “trilhos de ferro”, destaca a importância das ferrovias na dinamização regional e na expansão do processo de urbanização nas áreas onde se instalou tal meio de transporte. Este elemento técnico, ao ser implantado em Goiás, inscreveu novos conteúdos na economia, na sociedade e no espaço deste Estado, sobretudo na porção sudeste. Mendonça (2004) complementa :

A ferrovia acelera o processo da alteração das relações de poder com a chegada maciça de migrantes (comerciantes) e do capital industrial que passa a investir em atividades agroindustriais (charqueadas, curtumes, laticínios, cerealistas, sapatarias, etc.). O incremento da atividade agrícola, principalmente com o cultivo de arroz no sudeste goiano foi algo extraordinário. Esse processo fez com que surgissem "novos ricos", principalmente comerciantes, atravessadores, imigrantes, que passaram a controlar, em aliança com os proprietários de terras tradicionais, o poder. É a emergência de uma elite urbana que se apropria do excedente na circulação, mas que quase sempre possuía investimentos em propriedades fundiárias. (MENDONÇA, 2004, p.157)

Nesse contexto era comum a formação de pequenos povoados, pela ação de proprietários rurais, com a constituição de patrimônios religiosos ou leigos. Conforme Deffontaines (2004, p. 133), “patrimônio se caracterizava pela iniciativa de um fazendeiro ou um grupo de fazendeiros vizinhos que faziam a doação de um território ao poder público, visando a construção de igrejas, centro comunitário, escolas, etc”. Muitos desses patrimônios evoluíram e ganharam o *status* de cidade e foram oficializados como tal.

A análise de Deffontaines (2004) é pertinente com a origem do município de Davinópolis, o qual origina-se da doação de um patrimônio á Prefeitura de Catalão, de

aproximadamente 10.000 m² de terras⁶, para a construção de uma escola rural (ver foto 03), obra executada pelo então prefeito João Netto de Campos. Relembrando-se dessa época, outro entrevistado, diz:

Aqui era um cerradão de marmelada, o grupo foi inaugurado aí em 51. Em 1950 eles começô ele, aí eles procurô furá uma cisterna pra fazê lá, onde hoje é a rodoviária , mas aí a cisterna deu muito funda, aí eles fez ele aqui onde é a prefeitura hoje, de um lado as terra era do Zequinha marido da Dorcilha e de outro era do João Bernardes de Assunção, a primeira professora que apareceu aqui foi a filha do Rubens, ele era farmacêutico formado, era dos Três Ranchos . (trabalho de campo, junho de 2011).

Os professores do grupo escolar tinham como principal ofício ensinar os alunos a escreverem o próprio nome, e, as quatro operações básicas da matemática, algumas desses educadores praticavam trabalho voluntário, ou seja, não recebiam salário pela atuação.

Foto 3: Grupo escolar chamado de “Escola Isolada Fazenda da Barra”.



Fonte: Arquivo histórico da prefeitura municipal. Autoria: Desconhecida.

Ao perguntar sobre a localização da escola, um entrevistado responde:

Eles escolheram essa região pra fazê o grupo porque repartiram mais ou menos, aqui é a fazenda da Barra, morava muita gente, o Boqueirão de baixo e Porto dos Pereira tá aqui perto também tinha muita gente, o Boqueirão de Cima e Jacuba era logo aqui e também tinha muita gente. Tinha uma

⁶ Segundo depoimentos recolhidos durante o trabalho de Campo, as terras doadas pertenciam ao senhor José David de Souza e sua esposa Dorcília Cândida de Jesus, a localidade era tradicionalmente conhecida como Fazenda da Barra.

meninada danada, as família era grande, nós teve nove filho cinco homens e quatro mulher. (trabalho de campo, junho de 2011).

Pela facilitação do acesso á educação, algumas famílias mudaram para os arredores da escola, o que deu origem a um pequeno povoado.

Quando fez o grupo não tinha nada, aí eles fizeram um rancho de folha e colocô uma venda, era do João Francisco, daí o Ramiro Pereira colocô outra venda do lado de baixo, aí o Quinca Bernardo construiu a casa que hoje é do Izaldir e o João Chico construiu aquela casa que hoje é do Dileno, e depois daquela foi o Zé Rita, mais a primeira casa que foi feita aqui é a do Joãozinho Fonseca. (trabalho de campo, junho de 2011).

Em 1955 foi construída a primeira casa de alvenaria aos arredores da escola, atualmente, a mesma ainda cumpre a função de moradia (foto 04).

Foto 04: Primeira casa de Alvenaria construída no Povoado da Barra, Davinópolis (GO) - nov/2011



Fonte: Pesquisa de campo Autora: Reinaldo, H.C. (2011).

Pela foto percebemos o estilo da casa composto pela arquitetura conhecida como “colonial pobre” e, ainda, com a presença dos esteios de aroeira em sua estrutura de sustentação. O povoado foi crescendo e passou a se denominar Povoado da Barra, mantendo o nome da fazenda sobre a qual se formou. Para Deffontaines (2004, p. 135) “a concessão de patrimônios justificada como atos piedosos ou sociais, tornaram-se muitas vezes também atos lucrativos”. No caso de Davinópolis, o desenvolvimento do povoado concedeu aos fazendeiros doadores, conhecidos como família David, notória ascensão política e condições para extrair renda fundiária com a promoção de loteamentos em torno da escola construída.

O doador das terras, José David de Souza, era filho de Davi de Souza e Maria Francisca, nascido e criado na região. Contraiu matrimônio no dia 30 de dezembro de 1923, com Dorcília Cândida de Jesus, filha do Moisés Martins Ribeiro e da senhora Ana Cândida de Jesus, desse enlace resultaram quinze filhos: Iracema David, Jerônimo David (ex-prefeito municipal), Aparecida David, Manoel David, Ana David, Rosane David, Maria de Lourdes David, Terezinha David, Laurentina David, Dirce David, Laurice David, Sebastiana David, Antonio David e Adalcino David (ex-prefeito municipal) e Ozelina David. Segundo entrevista concedida por uma senhora *“os David tinha terra grande, pegava esse meio aqui onde tá a cidade hoje e subia pelo rio Paranaíba afora, hoje os filho dele já vendeu muito e mesmo assim ainda tem muita terra”*. No dia 02 de dezembro de 1952 José David faleceu. A partir daí sua esposa, Dorcília Cândida, acompanhou e liderou os principais eventos que ocorriam na época. Melo (2007), ao pesquisar as pequenas cidades da microrregião de Catalão (GO), diz

Os fazendeiros, apesar de, inicialmente, não representarem, em geral, um considerável potencial econômico, constituíam-se em importantes líderes políticos locais. Atuaram como agentes espaciais, movendo esforços para consolidação dos núcleos de povoamentos, espaços onde poderiam ter seus poderes legitimados, vivenciar as festividades, receber os sacramentos da Igreja Católica, ampliar seus negócios (MELO, 2007 p.58).

Logo após a construção da escola e de algumas casas, novas instalações foram erguidas no Povoado da Barra, entre elas o templo católico (foto 05). De acordo com um depoimento recolhido: *“a igreja católica quem fez ela foi o Eleazar e dona Dorcília Cândida, fez de acordo os dois, ela era de um partido e ela era dotro né, mas aí eles entrô em acordo e fez a igreja”*. Outro morador explica a relação entre o partido político e a construção da igreja:

As terras onde fez a igreja de uma lado era da família David e de outro era da família Gomes, aí como um era de um partido e outro de outro eles num combinô o santo que ia homenageá. Aí puseram dois santo dentro da igreja: Senhora da Aparecida é pra protegê a família David e Senhora do Rosário pra protegê a família Gomes. E até hoje tem duas festas e pode observá que sempre é feita pelos Gomes ou pelos David. (trabalho de campo, novembro de 2011).

O templo atualmente (foto 5) está ligada à Diocese de Ipameri, as missas acontecem todos os domingos .

Foto 05: Templo Católico construída no Povoado da Barra, Davinópolis (GO) - maio/2011



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H.C.(2011)

Primeiramente, foi construída a igreja localizada a direita da foto, algum tempo depois, devido ao crescimento da população, ergueu-se um novo templo, chamado de Quase Paróquia Nossa Senhora Aparecida.

O pequeno povoado é impulsionado com a construção da ponte sobre o rio São Marcos em 1950, na gestão do então prefeito Ciro Netto (governo municipal de Catalão). A importância dessa obra deve ser entendida principalmente se analisarmos as dificuldades de acesso do povoado à Catalão, antes a travessia era realizada em uma balsa de madeira no porto do Jacinto no rio São Marcos, próximo ao Paranaíba,

eu lembro demais quando eles foi fazê a ponte do São Marcos eles saiu pedindo ajuda dos moradô da região...foi o João Netto, irmão do prefeito que puxô pra fazê a ponte, o Ciro Netto ganhô pra prefeito de Catalão, aí fez a ponte, nessa época tinha um tal Antônio Salviano que tinha muita terra deu uma ajuda boa, a base da ponte foi toda feita com madeira , num tinha essas ferrage que tem de hoje em dia. (trabalho de campo, junho de 2011).

Em 1952 outro feito torna-se um marco para o povoado, a construção da ponte no rio São Bento. Na mesma época deu-se início à construção da praça central conhecida como Alto Paranaíba (foto 06).

Foto 06: Construção da Praça Municipal Alto Paranaíba



Fonte: Arquivo histórico da prefeitura municipal de Davinópolis.

Percebemos na foto 06 a presença de poucas moradias e as ruas ainda sem pavimentação. No início da década de 1960, o povoado passou a ser distrito⁷ de Catalão com o nome de Davinópolis (homenagem aos primeiros doadores das terras), pela lei nº 20 de agosto de 1963, que dizia:

"Fica com a presente lei criado o distrito de Davinópolis, com as seguintes divisas: Tem início na barra do Córrego Buriti Grande com o Rio Paranaíba; por este acima até sua nascente; daí em rumo certo até a estrada boiadeira que alimenta ao distrito de Santo Antônio do Rio Verde por esta acima até a vertente do Córrego Pouso Alegre; daí pela Serra do Córrego grande até o Rio São Bento; atravessando este, em rumo certo ao morro com a denominação de Escôncio; daí pelo espigão em águas vertentes, até o Rio São Marcos, por este abaixo até a Barra do Córrego Buriti Grande onde teve início" (Lei nº 20 de 19 de agosto de 1963).

Quatro meses depois, aos 14 de novembro de 1963, o distrito de Davinópolis é emancipado através da Lei 4928 publicada no diário, no dia 10 de dezembro de 1963:

Art.1º - é criado o município de Davinópolis, que constitui da área territorial distrito de mesmo nome, do município de Catalão. Art. 2º - A sede do município será a do atual distrito, a que se atribui foro de cidade. Art.3º - O termo Judiciário de Davinópolis se subordinará à Comarca de Catalão. Art.4º - A câmara Municipal de Davinópolis, até disposição em contrário, terá sete vereadores. Art.5º - O Poder Executivo e Judiciário tomarão as providências

⁷Distritos são unidades administrativas dos municípios. Sua criação, desmembramento ou fusão fazem-se por lei municipal, observados a continuidade territorial e os requisitos previstos em lei complementar estadual. Podem, a depender da legislação estadual, ser subdivididos, conforme o caso, em sub distritos, regiões administrativas, zonas e similares (MELO, 2007 p. 58).

necessárias à instalação do município criado pela presente Lei, no dia 1º de janeiro de 1964. Art.6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Art.7º - Revogam-se as disposições em contrário. (DIÁRIO OFICIAL DE 10 DE DEZEMBRO, 1963).

Segundo depoimentos recolhidos durante o trabalho de campo, foi uma professora (de nome desconhecido) que sugeriu o nome Davinópolis para o município, de modo que homenageasse a família David, doadora do terreno para construção da escola, dessa maneira ficou determinado o nome Davinópolis. Outras pessoas que contribuíram para a história da cidade foram homenageadas com nome de escolas, ruas, entre outras edificações.

O primeiro prefeito do município de Davinópolis foi o senhor Manoel Martins da Silva, nomeado pelo então governador do Estado, Mauro Borges Teixeira. O prefeito nomeado ocupou o cargo até setembro de 1964, quando pediu demissão. Depois disso foram nomeados os seguintes prefeitos: Luiz Gomes Caldas (1964/65); Marciano Costa (1965/1967).

A partir daí deu-se início aos processos eleitorais, nos quais foram eleitos: Laudelino Geraldo Freires (1967/1970); Jerônimo David de Souza (1970/1973); Francisco Gonçalves Rios (1973/1977); Osmar Rodovalho (1977/1983); Adalcino David de Souza (1983/1988); Gomides Ferreira Gomes (1989/1992); Darci Rosa de Jesus (1993/ 1996); Agnaldo Antônio Bento (1997/2000); Gomides Ferreira Gomes (2001/2004; 2005/2008); e Darci Rosa de Jesus (2009/2012).

Na época da emancipação, Davinópolis carecia de infraestrutura básica (água, esgoto, eletricidade, etc.) uma pequena evolução foi a construção da hidrelétrica municipal no rio São Bento no início da década de 1970, chamada pisca-pisca, nome dado pelas constantes quedas de energia.

De acordo com Pinheiro (2006, p. 44) naquela ocasião o setor elétrico apresentou um grande período de crescimento que “permitiu a constituição de um departamento sofisticado, centralizado no que concerne ao planejamento da operação e do aporte de recursos para investimentos, eficiente, segundo a política vigente”.

A usina hidrelétrica São Bento, conhecida como Pisca- pisca, foi substituída no final da década de 1970, quando a eletricidade passou a ser distribuída pela Estatal Elétrica CELG (Companhia Energética de Goiás). Em 1981 foi inaugurada a Central de distribuição elétrica de Davinópolis. Já nos anos da década de 1990 o município de Davinópolis era atendido, quase na totalidade, por energia elétrica.

O calçamento das ruas teve início no princípio da década de 1980, e atualmente a cidade está toda pavimentada. Em depoimento, um entrevistado lembrou: *foi no mandato do*

Adalcino que começaram asfaltá as ruas daqui, o povo achô bão, a currutela tava virando cidade. De acordo com os dados do Censo Populacional de 2010, o município conta com 2.056 habitantes, destes, 1.294 habitantes (61%) moram na sede municipal (foto 07) e 815 habitantes (39%) foram contabilizados na área rural.

Convém mencionar que esta estatística não abrange os trabalhadores residentes às margens dos rios, como os pescadores e garimpeiros. A distribuição da população de acordo com o sexo é feita da seguinte forma: 53,3% dos moradores do município são do sexo masculino e 46,7 % são do sexo feminino, conforme o mesmo senso.

Foto 07: Vista aérea da cidade de Davinópolis (GO) - set/2010.



Fonte: Prefeitura Municipal: Data setembro de 2010

Pela foto 07 observa-se que Davinópolis é pequena possuindo sete ruas principais e oito ruas paralelas, em torno do perímetro urbano vê-se algumas estradas de terra, responsáveis por ligarem as comunidades rurais à sede municipal, geralmente há pouca presença de pedestres ou veículos nas ruas. Nos finais de semana parte da população se desloca para os sítios, chácaras ou municípios vizinhos em busca de lazer, já que a cidade não possui infraestrutura para tal atividade.

O perfil socioeconômico do município é baseado na agricultura e na pecuária. As propriedades rurais são consideradas de médio e pequeno porte, onde são produzidos gêneros alimentícios para autoconsumo e abastecimento interno.

As fontes de emprego são limitadas, os cargos públicos oferecidos pela prefeitura municipal empregam cerca de 35 % da população (pesquisa de campo), os demais cargos formais são ocupados nas duas indústrias de laticínio, cerâmica e no fraco comércio, a renda familiar gira em torno de dois salários mínimos. A sede da prefeitura municipal e Câmara de Vereadores (foto 08) foram construídas no local da antiga unidade escolar (foto 3), a qual deu origem ao município.

Foto 08: Fachada da Prefeitura Municipal, Davinópolis (GO) - set/2011



Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Reinaldo, M. A.(2011).

Davinópolis, atualmente, encontra-se com uma Unidade de Saúde, onde são realizadas campanhas de vacinação, curativos, pequenas cirurgias, atendimento médico ambulatorial e odontológico. Os médicos e dentistas não residem na cidade, haja vista que a mesma não oferece infraestrutura condizente com o padrão de vida desses profissionais

Segundo o secretário municipal de saúde, os principais problemas enfrentados são: falta de profissionais qualificados e poucas especialidades médicas disponíveis, o que justifica a necessidade do encaminhamento de pacientes para outros centros, então normalmente as pessoas procuram atendimento de saúde em Catalão (GO).

De acordo com Plano Municipal de Saúde de Davinópolis (GO), a estimativa de atendimentos gira em torno de 2.400 procedimentos ao ano, grande parte dos serviços oferecidos se referem às consultas médicas e aos procedimentos de enfermagens. Destaca-se, também, as visitas domiciliares de Agentes Comunitários de Saúde. Em períodos de campanhas de vacinação, técnicas de enfermagem e/ou agentes comunitários de saúde se deslocam para área rural do município com o objetivo de imunizar as pessoas residentes no campo. Segundo o secretário municipal de saúde a vacinação *in loco* é de extrema importância, já que nem todos os moradores possuem disponibilidade para se dirigirem até a Unidade de Saúde localizada na sede municipal. Contrariamente, há grande dificuldade dos agentes para chegarem às propriedades rurais, dada a precariedade das estradas, principalmente na estação chuvosa.

Esporadicamente a prefeitura municipal promove mutirões de saúde nas comunidades rurais, onde há atendimento médico e odontológico, realização de exames preventivos, verificação da pressão arterial, cortes de cabelo, etc.

No quesito educação, Davinópolis conta com a Escola Municipal “Balbino Antônio Ferreira” para a primeira fase do ensino fundamental, e com o Colégio Estadual “João Bernardes de Assunção” para os alunos que cursam a segunda fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio, as duas juntas atendem cerca de 330 alunos.

Nos últimos anos houve um aumento do número de professores com nível superior, reflexo da assistência, através da Prefeitura Municipal, com bolsas de estudo e transporte de universitários que frequentam os cursos em Catalão, oferecidos no Campus da Universidade Federal de Goiás (UFG) e no Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC). Já a evasão escolar é de cerca de 3% e a repetência atinge 5% dos estudantes. (pesquisa de campo).

Na cidade anualmente acontece uma grande festa religiosa. Em anos pares (2000, 2002, 2004, etc.) a festa é em louvor à Nossa Senhora do Rosário e em anos ímpares (2001, 2003, 2005, etc) se louva Nossa Senhora Aparecida. Como já foi dito antes, os santos Católicos homenageados estão diretamente ligados às opções das famílias Gomes e David, construtoras do templo. O rancho da festa é sempre erguido na Rua Joana Gomes, ao lado da praça Alto Paranaíba, independentemente do santo homenageado. Há uma colaboração mútua

de toda comunidade na organização do evento, que é composto por duas partes, a religiosa (missas, novenas, procissões) e a profana (bailes dançantes, leilões, bingos, etc). A festa geralmente é realizada no mês de Julho e dura dez dias, diversas pessoas que nasceram no município de Davinópolis, e atualmente moram em outras regiões, retornam à cidade para confraternizarem com as famílias e conterrâneos.

Eu mudei daqui já faz mais de dez anos, mas todo ano eu venho nessa festa, aqui pra mim é muito bom, eu acho até engraçado, pode observar que durante o resto do ano a cidade é só sossego, mas na época da festa enche de gente, é o povo que já mudô, mas vem pra cá. Acho importante ter a festa, além da diversão é momento de rever o povo da Barra (risos) (trabalho de campo, julho de 2011).

O entrevistado chama a atenção para a população adicional que a cidade recebe durante a festa, em alguns anos o número de visitantes ultrapassa o número de residentes no município, portanto esse é o período de maior procura no comércio e serviços em geral, algumas pessoas se hospedam na casa de parentes, outras em pensões⁸.

Naves (2010) em análise sobre a organização da festa na Comunidade Anta Gorda, município de Catalão (GO) identificou a divisão do trabalho por gênero, em Davinópolis acontece algo semelhante, ou seja, homens e mulheres possuem diferentes funções. Geralmente os homens são responsáveis pela infra-estrutura do barracão, da fogueira e a reza do terço. Às mulheres são incumbidas de prestarem serviço na preparação de alimentos e na manutenção da limpeza. Entretanto o trabalho de enfeite do espaço de dança e o controle monetário da festa é feito por casais

Apesar da população de Davinópolis ser tradicionalmente conhecida por sua devoção católica, nos últimos anos, os templos evangélicos se proliferaram na cidade.

⁸ A pensão é uma hospedaria menor que um hotel. Em Davinópolis os moradores disponibilizam suas residências para serem transformadas em pensões na ocasião da festa.

Foto 9: Templo Evangélico da Igreja de Deus no Brasil, Davinópolis (GO) - jul/2010



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H.C.(2011)

Foto 10: Templo Evangélico da Igreja Assembleia de Deus, Davinópolis (GO) - jul/2010



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H.C.(2011)

Foto 11: Templo Evangélico da Igreja Preparatória, Davinópolis (GO) - jul/2010



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H.C.(2011)

Foto 12: Templo Evangélico da Igreja Congregação Cristã no Brasil, Davinópolis (GO) - jul/2010



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H.C.(2011)

As fotos de 9 a 12 mostram as filiais de templos evangélicos localizados na cidade de Davinópolis, que geralmente possuem sedes, conhecidas também como igrejas matrizes, na cidade de Catalão (GO).

As atividades comerciais em Davinópolis são voltadas, principalmente, para a clientela local. Os itens de alimentação e artigos de primeira necessidade da maioria dos moradores são supridos pelos pequenos comércios existentes. O abastecimento de alimentos é provido por estabelecimentos destinados a esses serviços e estes são denominados como vendas ou armazéns, comumente conhecidos pelos nomes de seus donos (exemplos: armazém da Alda, supermercado do Rui). Os moradores em melhores condições financeiras deslocam-se para outros centros urbanos, sobretudo Catalão, para aquisição de produtos diferentes, especialmente no ramo de vestuário.

Foto 13: Estabelecimento comercial, Davinópolis (GO) - nov/2010



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H. C. (2010)

Foto 14: Estabelecimento comercial, Davinópolis (GO) - nov/2010



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H. C. (2010)

Foto 15: Estabelecimento comercial, Davinópolis (GO) - nov/2010



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H. C. (2010)

Foto 16: Estabelecimento comercial, Davinópolis (GO) - nov/2010



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H. C. (2010)

Esses estabelecimentos são de pequeno porte e raramente empregam mais que mais do que uma ou duas pessoas, com salário mínimo, geralmente os trabalhadores não possuem carteira assinada e são familiares do proprietário. Daí pode-se notar a importância da prefeitura municipal na economia local, já que a mesma emprega 35% da população local.

A cidade de Davinópolis não dispõe de estabelecimentos comerciais que atendam às necessidades dos moradores em relação a itens eletrônicos, automobilísticos ou serviços de informática, também não há hospitais, lavanderias ou escolas particulares.

Os estabelecimentos para o atendimento das demandas de produção agrícola moderna são de pequeno porte, e comercializam produtos de primeira necessidade para os moradores da área rural, a situação pode ser explicada pela baixa inserção do entorno rural no processo de modernização da agricultura. (MELO, 2008). Existem apenas duas lojas de produtos agropecuários (fotos 17 e 18), onde se vendem ração animal e utensílios para o campo.

Foto 17: Loja de produtos agropecuários, Davinópolis (GO) - nov/2011.



Fonte: Pesquisa de campo. Autoria: Reinaldo, H.C (2011).

Foto 18: Loja de produtos agropecuários, Davinópolis (GO) - nov/2011.



Fonte: Pesquisa de campo. Autoria: Reinaldo, H.C (2011).

Essas considerações e as observações empíricas permitem afirmar que, em geral, predominam, em Davinópolis, estabelecimentos de pequeno porte e pouco especializados. Isto evidencia, portanto, que o comércio, ainda é uma atividade pouco desenvolvida na cidade. Provavelmente, uma das causas é a proximidade geográfica com a cidade de Catalão e a existência de acessibilidade facilitada para esta cidade, por meio de linhas de transporte intermunicipal.

Durante os trabalhos de campo percebi que ainda prevalecem diversas práticas referentes ao estilo de vida camponês, embora a dinâmica socioespacial do município davinopolino esteja em constantes transformações, adaptando-se às modificações impostas pelo modo capitalista de produção.

Na área rural é muito comum a prática do mutirão, conhecido como *demão*, em que uma pessoa, geralmente, com dificuldades financeiras ou problemas de saúde, etc., solicita os vizinhos para a prestação de serviços voluntários em sua propriedade, na ocasião o beneficiado fica responsável pela alimentação de todos os trabalhadores. Em raros casos acontece a *traição*, conhecida também como *treição*, na qual, ao contrário da demão, o beneficiado é pego de surpresa pelos voluntários. Participar dos mutirões é uma forma de aproximação dos moradores (MESQUITA, 2009).

Outra característica relacionada ao campesinato presente em Davinópolis é a produção de alimentos derivados do milho verde. Mesmo na área urbana do município, o

milho é plantado em pequenos espaços como lotes baldios ou nos quintais das casas. Depois do prolongado período de seca, a colheita das espigas representa um primeiro momento de aproveitamento dos produtos da terra. (RODRIGUES da SILVA, 2008)

Ainda nesse contexto dos atributos do campesinato, apesar da incorporação de equipamentos técnicos ao trabalho rural e a chegada da energia elétrica, além das trocas culturais estabelecidas com migrantes de outras regiões do país, o fogão a lenha é muito usado na área rural e urbana de Davinópolis. Quando os moradores são questionados sobre o motivo do seu uso, o mesmos dizem que a *comida do fogão a lenha é mais saborosa*.

Por fim, a quantidade de casas construídas com características rústicas também chama a atenção, seja na área urbana ou rural, é comum a presença de construções antigas. Quando o morador constrói outra moradia, *a casa velha* geralmente não é demolida, embora não cumpra mais a função de moradia, e sim de depósito de sementes, ferramentas, milho das galinhas, abrigo dos pintinhos, etc.

Foto 19: Casa com Alpendre no município de Davinópolis (GO) - jan/2011



Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Reinaldo, H.C (2011).

As casas de Alpendre⁹ são muito comuns em Davinópolis e, na maioria das vezes, são ambientes de recepção de visitas e de reuniões familiares ao final da tarde.

Antes da chegada da televisão as pessoas se reuniam nos alpendres na “boca da noite” para longas conversas, costumeiramente acompanhadas de café e biscoitos.

Foto 20: Casa Antiga no município de Davinópolis (GO) - jan/2011



Fonte: Pesquisa de campo. Autor: REINALDO, H.C (2011).

Para Rodrigues da Silva, (2008) a presença dos aparatos e formas modernas não excluem características tradicionais. Consequentemente o estado urbanizado só pode ser entendido, no presente, pela leitura do agrário e sua herança cultural.

A presença de características tradicionais também é comum nas relações sociais, conquanto tenham se passado aproximadamente cinquenta anos da emancipação de Davinópolis, a família David ainda exerce uma forte influência política sobre os moradores. O anúncio da construção do AHE Serra do Facão representava, para alguns, a quebra da relação coronelística, e, para os outros, a reafirmação do poder.

Entre esse emaranhado de contradições, o início da construção da hidrelétrica Serra do Facão e o “consequente desenvolvimento” a ser trazido pela obra, eram ansiosamente esperados pela maioria da população davinopolina. Para Montenegro Gómez

⁹ O Alpendre é semelhante a uma varanda ou uma área de lazer, na maioria das vezes possui assentos feitos de alvenaria que são chamados de muretas. São sempre construídos na parte frontal das residências.

(2006, p.35) “O natural é acreditar na esperança que o desenvolvimento traz, encantar-se com sua promessa tipicamente capitalista de oferecer o melhor dos mundos possíveis e desejar todas as benesses que parece proporcionar”.

Até aqui tratamos da organização socioespacial de Davinópolis antes da chegada do AHE Serra do Facão. A seguir, a análise centrar-se-á no período de construção da hidrelétrica, em virtude das transformações provocadas no município por sua execução

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO NO BIOMA CERRADO:
o (des)envolvimento em Davinópolis (GO).**



*[...] O homem sério que contava
dinheiro parou
O faroleiro que contava
vantagem parou
A namorada que contava as
estrelas parou
Para ver, ouvir e dar passagem

A moça triste que vivia calada
sorriu
A rosa triste que vivia fechada se
abriu
E a menina toda se assanhou
Pra ver a banda passar
Cantando coisas de amor [...]*

*[...] O velho fraco se
esqueceu do cansaço e
pensou
Que ainda era moço pra sair
no terraço e dançou
A moça feia debruçou na
janela
Pensando que a banda
tocava pra ela

A marcha alegre se
espalhou na avenida e
insistiu
A lua cheia que vivia
escondida surgiu
Minha cidade toda se
enfeitou
Pra ver a banda passar
cantando coisas de amor
[...]*



3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO NO BIOMA CERRADO: o (des)envolvimento em Davinópolis (GO).

A sede do capital, não é só por terra. É por terra e por água e cada vez mais...
(Antônio Thomas Junior - ENAPEGE, 2011).

O Cerrado sempre foi visto, desde os tempos coloniais, como um espaço pouco produtivo. Essa noção se fortaleceu a partir de meados da década de 1960 para justificar os grandes investimentos na agropecuária e na infraestrutura, ou seja, nas condições para “integrar” essas áreas ao circuito produtivo nacional e mundial. Esse processo, denominado de modernização do território, promoveu profundas transformações socioespaciais no território goiano. A atitude de modernizar a agricultura pressupôs que os sujeitos sociais que habitavam essas áreas eram tradicionais e, deveriam ser removidos e/ou extirpados para dar lugar ao progresso. (MENDONÇA, 2004).

Como se não bastasse o atual processo de degradação social e ambiental, novas ameaças se instalam nas áreas cerradeiras: a construção de empreendimentos hidrelétricos que expropria milhares de famílias, em sua maioria camponesas, que, expulsas de suas áreas originais pelo agronegócio, se refugiaram nos fundos de vale. Mas, agora, estão ameaçadas pelo hidronegócio, realidade pertinente ao caso dos atingidos pela Hidrelétrica Serra do Facão, construída no Rio São Marcos, na alto Paraná. Para Thomas Júnior (2009) a monopolização da terra e da água são, definitivamente, elementos indissociáveis para o capital. Dessa conjuntura surge o termo *Agrohidronegócio*¹⁰, que é a junção das palavras *agronegócio* (modernização da agricultura) e *hidronegócio* (processo de apropriação da água, para fins de acumulação capitalista).

Este capítulo centra-se na teoria de que “as concepções de desenvolvimento, aliadas ao progresso e crescimento econômico, indicam uma mobilização de caráter profilático muito mais favorável ao não envolvimento das pessoas”. (PEREIRA e PENIDO, 2010. p 251).

3.1 A modernização da agricultura: nova roupagem ao velho latifúndio

¹⁰ Ver artigo de Mendonça e Mesquita (2007) intitulado como “O AGRO-HIDRO-NEGÓCIO NO CERRADO GOIANO: a construção das (re)existências

A partir da década de 1950, os Estados Unidos e a ONU (Organização das Nações Unidas) incentivaram mudanças na estrutura fundiária e nas técnicas agrícolas em vários países considerados subdesenvolvidos. Um conjunto das mudanças na produção agropecuária, proposto para resolver o problema da fome mundial, ficou conhecido como Revolução Verde, que consistia na modernização das práticas agrícolas (utilização de adubos químicos, inseticidas, herbicidas, sementes melhoradas) e na mecanização do preparo do solo visando aumento da produção e de produtividade da terra e do trabalho até limites extremos. (MESQUITA, 1993). Com esse objetivo, os EUA ofereceram financiamentos para a importação de insumos como maquinaria e capacitação profissional. Em contrapartida, os governantes dos países “favorecidos” passaram a promover pesquisa e propaganda e a fornecer créditos subsidiados. A esse respeito Ehlers (1999) diz:

Tinha início uma nova fase da história da agricultura, a *Segunda Revolução Agrícola*, que consolidou o padrão produtivo *químico, motomecânico e genético*, praticado nos últimos sessenta anos. Esse padrão, posteriormente denominado “agricultura convencional”, intensificou-se após a Segunda Guerra Mundial culminando, na década de 1970, com a chamada *Revolução Verde*. Nos anos 70, a *Revolução Verde* espalhou-se por vários países difundindo os princípios da agricultura que já se tornaram convencional, no Primeiro Mundo, e a euforia das grandes safras. No entanto, logo surgiram preocupações relacionadas tanto aos problemas socioeconômicos quanto ambientais provocados por esse padrão. Dentre os problemas ambientais, a destruição das florestas, a erosão e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos tornaram-se conseqüências quase inerentes à produção agrícola. Esse processo repetiu-se também no Brasil, onde foi implantado um amplo parque industrial de insumos agrícolas, apoiado pelo governo por intermédio da ampliação do crédito. Se, por um lado, a “modernização” da agricultura brasileira aumentou a produtividade das culturas direcionadas ao mercado externo, por outro, além de provocar danos ambientais, ampliou a concentração de terras e de riquezas e aumentou o desemprego e o assalariamento sazonal, provocando intensos processos migratórios para os centros urbanos mais industrializados. (EHLERS, 1999. p. 45-46).

A Revolução Verde favorecia a produção para exportação e alterava as relações sociais de trabalho, agenciando a modernização da agricultura, trazendo a noção de desenvolvimento, sem, contudo, alterar a histórica concentração fundiária e minimizar a exclusão social. Segundo Mendonça (2004, p. 190) “em meados dos anos 60 *constructos* ideológico-culturais, socioeconômicos e jurídicos-políticos se mesclaram para assegurar um receituário que deveria ser aplicado nas áreas a serem desenvolvidas, incluindo o Cerrado”.

Dentre estes *constructos* o autor destaca a Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963, que de certa forma estendia os benefícios sociotrabalhistas dos operários urbanos aos trabalhadores rurais sem considerar as diversidades, tal legislação culminou na

expulsão dos camponeses que viviam na condição de moradores e agregados das propriedades. Os proprietários trataram logo de “acertar” as contas com os trabalhadores nessas condições. Para Mesquita (2008, p. 135) a justificativa dada é “que os agregados poderiam adquirir direitos e viriam a ser uma ameaça, com possibilidade de disputar na justiça a posse por uso, daquele lugar onde estava a casa, o quintal, a horta, enfim, aquela terra onde moravam há muitos anos”.

Durante os trabalhos de campo, um antigo morador de Davinópolis conta como eram as relações entre agregados e fazendeiros naquela região, segundo ele,

tinha muita gente na roça, o povo que tinha terra, dava um pedaço pro outro morá, o João Bernardo, aqui na Fazenda da Barra mesmo deu... na bera do ribeirão, eles tinha uns trinta agregado ou mais morando a maioria em rancho de foia. Se um homem tinha muita fazenda então o povo chegava e pedia ele lugá pra levantá um rancho, e ele dizia pode fazê. O povo trabaiava a vida toda, se resolvesse a saí das terras num levava nada, aí depois veio as nova lei, num ponto foi bão, o trabalhador tinha mais direito, mas pelo outro lado, acabô foi atrapaiano porque ninguém mais quis sabe de ter agregado... mas antigamente tinha agregado, acho que a maioria do povo era agregado. E quando o patrão discobinava com o agregado, tocava eles do rancho, e ainda tocava fogo, muito patrão era bão pro agregado quando ele tava trabaiando muito, mas quarqué coisinha mandava ir embora, depois da leis então num sobrô nem um pra contá história. (trabalho de campo, setembro de 2011).

Ao falar sobre *as novas leis* o depoente se refere ao Estatuto do Trabalhador Rural e também ao Estatuto da Terra, aprovado em 1964, cuja redação sugeria a Reforma Agrária, no entanto sua utilidade se revelou no fortalecimento e legitimação do poder dos empresários rurais. Nesse sentido o Estatuto foi muito eficiente, pois possibilitou a implantação das empresas rurais, criando os instrumentos eficazes para garantir maior articulação do processo produtivo e expansão do latifúndio:

A aprovação do Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64), após o golpe militar, hegemonizado pelas forças conservadoras, embora apresentasse avanços do ponto de vista jurídico em relação à reforma agrária, não expressava, do ponto de vista político a opção pela reforma agrária. A ambigüidade na legislação, que variava do *Rito Sumaríssimo* - a desapropriação das terras para a reforma agrária - até a implementação dos Projetos de Colonização em áreas devolutas e, ainda, o estabelecimento de políticas de desenvolvimento rural, atendia aos interesses do latifúndio e do capital transnacional. Assim, sob hegemonia das forças conservadoras, as políticas adotadas possibilitaram a modernização do latifúndio, mediante a implementação de empresas rurais, prioritariamente, nas áreas de Cerrado (MENDONÇA, 2004, p. 191).

O Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra foram mecanismos institucionais que colaboraram no sentido de viabilizar a opção modernizadora altamente excludente. A ditadura militar, seguida da criação de políticas de financiamento para atender o capital transnacional e repressão aos movimentos sociais, veio para reforçar ainda mais a agricultura moderna, cujo objetivo básico era o aumento da produção e da produtividade da terra. Segundo Mesquita (2001) a expansão agrícola se fez a partir do Centro-Sul, afetando diversos segmentos sociais, desencadeando um movimento migratório de dois tipos distintos. O primeiro movimento foi constituído por indivíduos que ficaram de fora do contexto modernizante, entre eles os posseiros, pequenos proprietários, etc. Ao falar sobre eles, Martins (1993) diz:

os alcançados pela expansão capitalista são freqüentemente lançados nas escalas inferiores da produção mercantil simples, como ocorre claramente com grande parte do nosso campesinato. Quando não são banidos para a miséria daquilo que entre nós se tornou uma condição permanente de muitos, e não transitória como em outras partes, que é a do exército industrial de reserva, lugar em que a situação de excluído (e de estranho) é alimentada por condições anômicas de vida. (MARTINS, 1993. p. 12).

A análise de Martins (1993) é condizente com os efeitos da modernização agrícola no Cerrado, especificamente no Sudeste goiano, onde boa parte dos camponeses expropriados da terra de trabalho tenta reconstruir suas vidas nas periferias dos centros urbanos e acabam por engrossar as estatísticas de desempregados. O segundo movimento migratório é marcado pelos empresários rurais,

estes após verem esgotar suas possibilidades de expansão no lugar de origem, estão aptos a “ocupar” outras áreas onde as terras são mais baratas e onde podem expandir seus empreendimentos. Normalmente tais empresários dispõem de vultoso capital financeiro e *know how* aliados a uma legislação agrária e agrícola que incentiva e privilegia a grande produção, principalmente a destinada a exportação (MESQUITA, 2001, p. 58, grifo da autora).

Para os empresários rurais não faltaram subsídios vindos do Estado ou das agências de fomento, para a lógica posta há a necessidade de evitar prejuízos para os novos investidores “detentores do progresso”. A adoção das inovações técnicas e tecnológicas, dentre elas a mecanização e a biotecnologia, significaram a expansão das culturas de grãos, com destaque para a soja, nas áreas de Cerrado, que apresentam terras planas, disponibilidade de recursos hídricos, infraestrutura e logística adequadas para facilitar o escoamento da produção, dentre outras vantagens. Esses fatores, associados às políticas creditícias e fiscais do Estado fizeram dessa região o “celeiro” agrícola do país (MENDONÇA, 2004).

Diante ao “progresso” ocorrido com o agronegócio, as populações camponesas que ocupavam estas áreas de Cerrado agora são um empecilho para o capital. O discurso oficial considera o campesinato uma classe miserável, improdutivo, justificando o “progresso e a modernidade” em contraposição às suas técnicas tradicionais. O conteúdo ideológico da modernização da agricultura, segundo Almeida (1997), incorpora quatro elementos ou noções,

[...] (a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional. (ALMEIDA, 1997, p. 39).

Mendonça (2004), acerca da ideologia do atraso construída sobre o homem camponês, afirma:

A construção imagética do camponês e do homem trabalhador da terra, inclusive no cinema, tais como as figuras do Jeca Tatu e Mazzaropi, baseado no livro Jecatuzinho de Monteiro Lobato, ainda se processa como algo exótico e diferente, mas estereotipado. Evidentemente, no conteúdo destas imagens persiste a idéia, ainda generalizada que os trabalhadores da terra, camponeses e proprietários rurais pouco tecnicizados, não lidam adequadamente com a higiene corporal, estão arraigados à tradições e à crenças sem relevância nas áreas urbanas, além de serem avessos ao progresso técnico como reprodução da ideologia do atraso (MENDONÇA, 2004, p.146.)

Isto é, o paradigma da modernidade, expressado na modernização da agricultura, ignora o modo de vida do homem camponês, desconsiderando suas relações de proximidade com a natureza, o conhecimento da terra, o trabalho, a contagem cíclica do tempo, a linguagem, as vestimentas, a camaradagem e a confiança de uns com os outros, “ser moderno significa a adoção de valores e comportamentos urbanos, mesmo para aqueles que ainda permanecem no campo. Ser moderno é ser um consumidor” (MESQUISTA e MENDONÇA, 2007, p. 05). Furtado (1998), diz que há uma forte associação entre o discurso do desenvolvimento econômico e mito. Para ele,

(...) o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana (...) o *desenvolvimento econômico* - a idéia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* - é simplesmente irrealizável. Sabemos

agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como desconhecer que esta idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender* a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito (FURTADO, 1998, p. 88-89. Grifos do autor).

As observações feitas por Furtado (1998) podem ser relacionadas com a modernização da agricultura nas áreas cerradeiras, pois poucos dos alcançados pelo processo modernizante têm se inserido na lógica de desenvolvimento capitalista, na verdade a grande maioria das pessoas tem se empobrecido.

Como tentativa de minimizar a pobreza resultante de todo esse processo excludente, o Estado e a sociedade civil, pressionados pelos problemas urbanos, fazem uso de medidas paliativas, geralmente materializadas nas políticas assistencialistas ¹¹ inoperantes e sem conteúdo de cidadania. Enquanto isso as áreas de Cerrado são invadidas pelas extensas monocultoras com todas as mazelas que incluem homogeneização da paisagem com prejuízo à tão rica biodiversidade do Cerrado.

O município de Davinópolis, especificamente, não é considerado uma área com a presença de agricultura modernizada, entretanto nos últimos cinco anos, as poucas chapadas existentes estão sendo utilizadas para o plantio da soja. A foto 20 mostra uma monocultura localizada na Comunidade Barreirinho, município de Davinópolis (GO).

¹¹ A partir da década de 1980, Goiás se tornou um grande laboratório de políticas de “compensação social”, atendendo as demandas de milhares de famílias - trabalhadores/camponeses, que, expulsas do campo, ocupavam de forma desordenada as áreas urbanas, principalmente as metrópoles (Goiânia e Brasília), mas também nas médias cidades goianas. A política clientelista conservava o estilo populista, como forma de amainar as possíveis convulsões sociais e consolidava o novo pacto social entre as velhas elites oligárquicas e os empresários rurais. O Estado acenava com estímulos fiscais e infra-estrutura assegurando a modernização conservadora da agricultura e, concomitantemente, acalentava os trabalhadores/produtores desterritorializados com políticas assistencialistas (indigência assistida), perpetuando no poder as elites conservadoras. (MENDONÇA e MESQUITA 2007 p.06).

Foto 21: Lavoura de soja na Comunidade Barreirinho, município de Davinópolis (GO) -set/2010



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H.C. (2010)

A foto 21 evidencia o processo de homogeneização da paisagem devido às monoculturas de soja, as quais substituem a heterogeneidade natural dos Cerrados e extinguem, a cada ano, milhares de espécies com alto potencial nutritivo, sustentador do ecossistema (MESQUITA, 1993). Isso sem citar o potencial medicinal de uma flora rica e, ainda, praticamente desconhecida. Além disso, a monocultura favorece o desenvolvimento de espécies invasoras, ameaça a biodiversidade, ocasionando uma fragilidade ambiental, econômica e social ao meio. Para Gliessman (2000),

A monocultura é uma excrescência natural de uma abordagem industrial da agricultura, em que os insumos de mão-de-obra são minimizados e os insumos baseados em tecnologia são maximizados com vistas a aumentar a eficiência produtiva. As técnicas de monocultivo casam-se bem com outras práticas da agricultura moderna: a monocultura tende a favorecer o cultivo intensivo do solo, a aplicação de fertilizantes inorgânicos, a irrigação, o controle químico de pragas e as variedades especializadas de plantas. A relação com os agrotóxicos é particularmente forte; vastos cultivos da mesma planta são mais suscetíveis a ataques devastadores de pragas específicas e requerem proteção química. (GLIESSMAN 2000, p.35)

A preocupação centraliza-se nas altas de lucros, ignorando os efeitos negativos de todo esse processo. Mesquita (1993), ao realizar pesquisa sobre a modernização da agricultura em Catalão (GO), evidenciou que ao invés de possibilitar avanços e melhoria na qualidade vida

da maioria da população local e regional, o modelo imposto pela agricultura que produz em grande escala intensificou as desigualdades sociais, promovendo desemprego no campo e na cidade, além da desterritorialização de milhares de famílias que viviam da terra; diz ainda que esse modelo não considerou “[...] o comprometimento dos ecossistemas e a violência contra o trabalhador”. (MESQUITA, 1993, p. 01). Martins (1993), corrobora com essa análise dizendo,

essas populações têm vivido e sofrido o impacto do estranho, que não só invade territórios tribais e terras camponesas, confinando ou expulsando, mas também quebra linhagem de família, destrói relações sociais, clandestiniza concepções culturais, valores e regras - vitais para a sobrevivência de tribos indígenas e comunidades rurais. No mínimo respiratórios de concepções alternativas do humano, que nossa sociedade, em seu conjunto, belicosa e violenta, vem perdendo ou já perdeu. Assim como a devastação da floresta destrói definitivamente espécies vegetais úteis, a devastação ou a mutilação de grupos sociais diferentes do nosso, suprime modos de viver e pensar, bem como destrói saberes que representam um germe de alternativa para a desumanização acelerada que estamos vivendo. (MARTINS, 1993. p. 12).

O agronegócio, enfim, corresponde a uma nova roupagem ao velho latifúndio, que além de se apropriar de grandes extensões de terras, conta com novas técnicas e com o apoio de políticas estatais de desenvolvimento, enquanto isso as populações camponesas ficam à margem desse processo modernizante.

Se em Davinópolis as monoculturas de soja são pouco expressivas, a territorialização da agricultura moderna está promovendo novas formas de exploração da terra, através do cultivo de eucaliptos, prática conhecida como silvicultura. Na foto 06, que mostra a vista aérea da sede municipal, pode-se ver uma plantação de eucaliptos ao redor da cidade, praticamente invadindo a malha urbana.

A plantação de eucaliptos é mais uma evidência da lógica modernizante marcada pelo uso intensivo da ciência e da tecnologia. Tais práticas vêm metamorfoseando o espaço agrário do município davinopolino, que parece estar sendo tomado dia a dia por noções capitalistas de produção, baseadas no monopólio dos recursos naturais e expropriação do campesinato.

Por outro lado, alguns grandes proprietários davinopolinos estão usando as áreas de declives mais acentuados para a prática da pecuária intensiva, principalmente para a criação do gado da raça Nelore, conhecido também como gado branco, criado para corte.

Foto 22: Criação de gado Nelore na Comunidade São João da Cruz, município de Davinópolis (GO) - set/2010.



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H.C. (2010).

A criação vista na foto 22 é feita no sistema semi-intensivo, em que uma expressiva quantidade de bovinos é mantida em pequenas áreas de pastagens chamadas de piquetes. Em parte do dia o gado recebe um tipo de suplemento alimentar, conhecido como ração à base de soja e farelo de sementes de algodão. Observa-se, também, a presença do capim *Brachiaria*¹², uma espécie exótica plantada no Cerrado. Geralmente, após alguns meses de engorda, os animais são transportados em caminhões e abatidos nos frigoríficos do município de Catalão (GO).

A expropriação embutida no processo de “desenvolvimento” de Davinópolis, através da expansão da pecuária e do cultivo de soja e eucalipto, está representando muitas vezes a exclusão do acesso à terra. Se o agronegócio se apropriou das terras planas e bem irrigadas das Chapadas, empurrando os camponeses para os vales dos rios e áreas mais “enrugadas”, estes camponeses estão sujeitos à novas investidas do capital, na forma do hidronégocio ou negócio da água.

Uma das principais ferramentas utilizadas pelo grande capital para controlar o acesso, o uso e a gestão da água é a pressão para realização, nos países menos desenvolvidos,

¹² O capim *Brachiaria* é conhecido cientificamente como *Brachiaria Ruziziensis*. Quando seco tal espécie lança as sementes no solo, o que torna sua erradicação muito difícil.

de megaprojetos como barragens para geração de energia elétrica, dutos de irrigação, hidrovias e obras de transposição da água de grandes rios e lagos. Esses projetos, quando não beneficiam diretamente as grandes empresas do setor hídrico, acabam por fortalecer atividades monocultoras (agricultura para a exportação), tornando-se mais um fator de expulsão dos trabalhadores/camponeses de suas terras.

No processo de implantação dos pivôs centrais ocorre uma ampla transformação do complexo hídrico local, especialmente em função da construção de barramentos e desvio de riachos, além do alto consumo de água, propriamente dito. Algumas pequenas barragens construídas para a captação para os pivôs afogam as nascentes, o que pode vir a ocasionar a destruição do ambiente de Veredas¹³. Outra consequência para os cursos d'água (e para os próprios reservatórios construídos), facilmente observável, é o processo de assoreamento.

A escassez de água potável e o empobrecimento dos solos, em vista da exploração indiscriminada destes recursos, são fatos inquestionáveis. O modelo capitalista de produção, eivado de técnicas pouco preocupadas com a conservação do ambiente sobre o qual é agente modificador, tem provocado alterações nos ecossistemas, estas são evidenciadas, entre outros fatores, pelo rebaixamento do lençol freático, migração e extinção de nascentes, contaminação da rede hídrica e pela diminuição da fertilidade do solo, em consequência da erosão e compactação ou do uso dos insumos químicos aplicados. (MESQUITA, 1993)

Nessa conjuntura surge a preocupação com os efeitos das barragens, para fins de geração de energia elétrica, construídas nos rios do bioma do Cerrado. Vale lembrar que, a partir da década de 1950, o Brasil experimentou um crescente aumento de consumo de bens duráveis. Corroborando com essa situação, observou-se um rápido crescimento da urbanização, decorrente do processo de expropriação do campesinato pela modernização da agricultura, e uma ampla difusão de bens de consumo duráveis, como os eletrodomésticos em geral. Sendo que, até no final da década de 1980, foi fundamental a participação do Estado no planejamento e na produção de energia, entretanto a partir daí o processo neoliberal exigiu a desestatização/privatização de alguns setores, incluindo o setor energético.

3.2 A Privatização e produção de energia: uma interface para o não envolvimento

¹³ (...) as Veredas se constituem em um subsistema típico do Cerrado Brasileiro. Individualizam-se por possuírem solos hidromórficos, como brejos estacionais e/ou permanentes, quase sempre com a presença de bunitizais (*Mauritia vinifera* e *M. flexuosa*) e floresta estacional arbóreo-arbustiva e fauna variada, configuradas em terrenos depressionários dos chapadões e áreas periféricas. (FERREIRA, 2003, p.150).

A partir da década de 1990, no período governado pelo presidente Fernando Collor de Mello, deu-se início a um amplo processo de privatização no país, baseado na diminuição da participação do Estado no setor produtivo, por intermédio das privatizações de empresas estatais e concessão de exploração de infraestrutura (como rodovias, portos, ferrovias e hidrelétricas) á iniciativa privada. Ou seja, conforme o modelo da privatização, o Estado deixa de ter responsabilidade direta pelo desenvolvimento econômico e social e abandona o seu papel estratégico como produtor de bens e serviços. Sauer (2002), sobre o início do processo privatizador, diz:

O governo Collor lançou o Programa Nacional de Destatização - PND, que foi apresentado à sociedade como uma peça chave do ajuste fiscal pretendido. A estratégia foi alinhar o PND às demais medidas anunciadas pelo Ministério da Economia, associando-o a um programa mais amplo de saneamento financeiro do Estado. Assim, pela primeira vez, o governo adotou como estratégia atrelar seu programa de privatização à política macroeconômica, na qual o ajuste interno pareceu ser a preocupação central, dentro de uma opção, portanto, predominantemente fiscal. (SAUER, 2002, p.128).

Seguindo o caminho do Programa Nacional de Destatização¹⁴, outras ações foram importantes para inserir o Brasil na reforma do Estado, como: a abertura comercial, em 1990; a renegociação da dívida externa, em 1992; o Plano Real, em 1994; a quebra do monopólio e restrição ao capital estrangeiro, em 1995; e a lei de concessão de serviços públicos, de 1995. O Estado passaria a agir no reforço do modelo econômico capitalista neoliberal, retirando-se de certos setores da economia, porém agindo intensamente para que o novo modelo se concretizasse. Assim a participação do Estado na implantação do neoliberalismo foi fundamental como explica Foschiera (2009), que destaca às funções que o mesmo deveria exercer:

- a) quebrar a organização dos trabalhadores, por meio de modificação na legislação sindical e pela alteração dos direitos de greve, enfraquecendo-os para o embate com o capital;
- b) implantar uma política econômica fundada na estabilidade monetária, dando ao mercado o controle dos meios de pagamento, promovendo a desregulamentação do sistema econômico, incentivando a competição e retirando o Estado do setor privado;
- c) atuação no campo ideológico, intensificando sua ação em vários setores institucionais da sociedade – setor educacional, cultural etc. –

¹⁴ O Plano Nacional de Desestatização foi estruturado na Lei nº 8.031 de 12 de abril de 1990.

transformando-os em verdadeiros aparelhos ideológicos, com a finalidade de ampliarem o pensamento liberal. (FOSCHIERA, 2009 p.65).

O setor elétrico, por sua vez, não ficou imune às transformações em curso no país, arquitetou-se um modelo baseado na desverticalização do sistema, distinguindo-se os segmentos monopolistas (transmissão e distribuição) dos não-monopolistas (geração e comercialização), além de uma política de privatização colocada num ambiente de competição entre os agentes, em que a regulação técnica e econômica das atividades do Setor fica a cargo de uma agência independente (SAUER, 2002)..

As mazelas da reestruturação do setor elétrico baseado em privatizações iniciam-se na fase do processo de licenciamento ambiental que geralmente são feitos antes do leilão de concessão, reduzindo as responsabilidades do empreendedor. De acordo com Pinheiro (2006):

O processo de licenciamento ambiental foi subvertido, atualmente se inicia antes mesmo do leilão de concessão, sem que se saiba ainda quem será o empreendedor. Ao não participar do início do processo de licenciamento, o empreendedor inicia suas atividades sem ter se comprometido e se responsabilizado com as questões sociais e ambientais concernentes ao empreendimento. Não ficaram claras as atribuições do poder concedente e da ANEEL, agência que o representa, das empresas concessionárias e das agências ambientais criando uma zona de incertezas e improvisos. (PINHEIRO 2006, p. 11).

Após os leilões de concessão dos projetos hidrelétricos, os problemas advindos da privatização continuam, haja vista que geralmente as vencedoras dessas licitações são indústrias eletrointensivas que buscam a autoprodução de energia e pouco se preocupam com questões sócio-ambientais . Pinheiro (2006) diz

A reestruturação experimentada pelo setor elétrico na última década e o novo modelo implantado fez com que novas empresas passassem a atuar na construção e operação de usinas hidrelétricas. São, em geral, empresas privadas, de capital internacional ou não, com pouca ou nenhuma experiência no tratamento de questões sociais e ambientais necessário a atividades dessa natureza. O que se observa é uma mudança de foco das responsabilidades sobre os efeitos da implementação desses grandes empreendimentos.. (PINHEIRO, 2006, p.84)

Com esse modelo hegemônico de desenvolvimento, as políticas neoliberais favorecem a apropriação dos recursos naturais e ameaçam conquistas ambientais e sociais. Pinheiro (2006) descreve a dificuldade dos atingidos no ambiente de privatização.

No ambiente privatizado do setor elétrico é perceptível a dificuldade das populações atingidas e suas organizações de identificarem de forma clara seus interlocutores, aqueles aos quais devem dirigir suas reivindicações e com quais devem dialogar e negociar. Ora o empreendedor, ora o órgão

financiador, ora o órgão ambiental, ora a agência reguladora, ora órgãos governamentais. E se tantos são agentes, no “jogo de empurra” que acontece entre eles, nenhum é de fato o responsável por oferecer respostas às demandas da população atingida e por assumir a responsabilidade pelos problemas sociais e ambientais. Nesse território de incertezas, os movimentos de resistência forjam suas formas de atuação e buscam o envolvimento e comprometimento de todos os agentes envolvidos com a construção, operação, financiamento, fiscalização e regulação de barragens. (PINHEIRO, 2006 p.106)

Para Foschiera, a privatização do setor elétrico também afetou a relação capital – trabalho:

Alteração significativa também se deu na relação capital-trabalho com o processo de privatização. Percebe-se isto por meio da política de aposentadoria e demissão voluntária, colocada em prática pelo Plano Nacional de Desestatização, que diminuiu o número de trabalhadores no setor público e, também, pela ação do próprio governo federal de agir no desmonte da organização sindical dos servidores públicos, em um processo político de desmobilização dos trabalhadores. Posteriormente, com empresas já nas mãos do setor privado, e por meio da implantação das Parcerias Público-Privadas (PPP) e das Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs) o controle sobre os trabalhadores se intensificou. Noções de administração privada passaram a ser utilizadas, introduzindo a produção por metas, incentivando a concorrência entre os trabalhadores, desfocando o capital como elemento de exploração dos trabalhadores e destacando o indivíduo e sua ação no trabalho como responsável pelo valor a ser ganho em cada final de mês. Como resultado, vamos ter uma significativa diminuição do número de trabalhadores empregados no setor elétrico, que, em 1994, eram 188.208, passando para 106.409, no ano de 2004. (FOSCHIERA, 2009 p.124-125)

Por fim, pode-se notar que a privatização do Setor elétrico traz prejuízos exorbitantes a economia e a sociedade de modo geral. Segundo Naves (2010), a queda acentuada dos investimentos em expansão e manutenção dos sistemas de geração e distribuição de energia devido à privatização do Setor, bem como a falta de investimentos em pesquisas por fontes alternativas, reforçaram a concentração da geração de energia na fonte hídrica, o que arquitetou um cenário de “crise” no fornecimento de energia no Brasil, o chamado Apagão de 2001, gerando a situação oportuna de “conscientizar” a população sobre a impreterível necessidade de construir novas hidrelétricas.

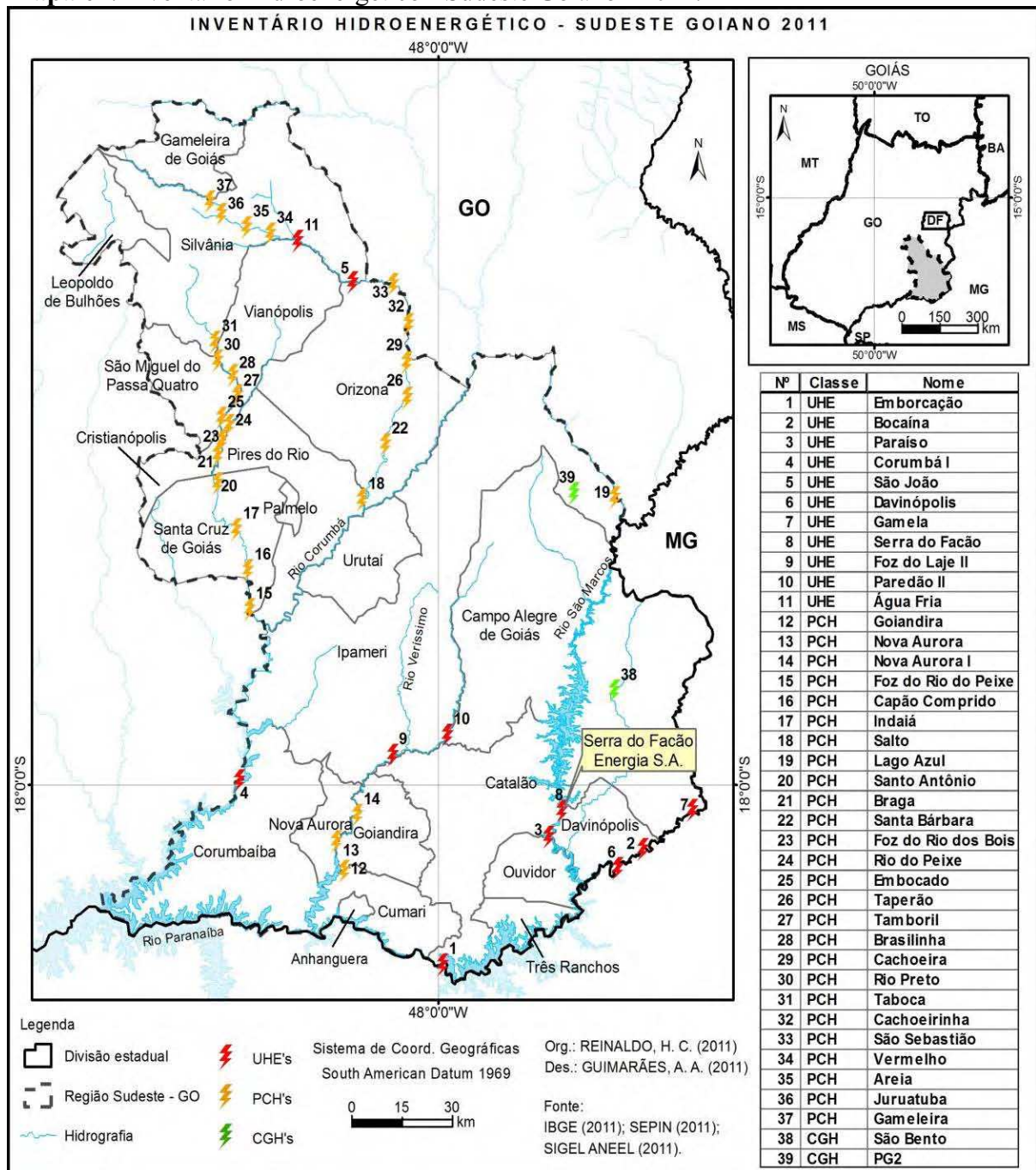
Com o objetivo de corrigir a situação e manter as condições necessárias ao “desenvolvimento” econômico brasileiro, foi “necessário” que o Estado, além de sair da condição de produtor, isto é, de privatizar as empresas públicas de geração, transmissão e comercialização de energia hidrelétrica, reformula-se a legislação sobre a exploração e

produção de energia elétrica no Brasil, o que veio dar, assim, a abertura necessária para a exploração dos recursos hídricos pelo capital.

Conseqüentemente, o governo libera diversas concessões baseadas em precários Estudos de Impacto Ambiental/Relatório Impacto Ambiental – EIA-RIMA, que consideram os empreendimentos isoladamente, como se não houvesse efeitos sinérgicos em toda bacia atingida. Para Rothman (2008, p. 26), “sob o paradigma da adequação os consultores contratados para a elaboração dos EIA-RIMAS – financeiramente dependentes dos empreendedores – tendem a elaborar estudos que concluem pela viabilidade ambiental dos projetos”.

O mapa 02 mostra os empreendimentos para aproveitamento hidrelétrico que estão em funcionamento ou em fase de implantação na microrregião do Sudeste Goiano ¹⁵, podemos identificar as seguintes Usinas Hidrelétricas (UHE's): Davinópolis (VB com aceite), Serra da Bocánia (PB aprovado), Paraíso (VB com registro), Serra do Paredão (VB com registro), Foz da Lage II (inventariado), Emborcação (operação), Corumbá I (operação), Serra do Facão (operação), Batalha (construção) e Água Fria (inventariado). Outra questão que tem chamado atenção é o aumento do número de Pequenas Centrais Elétricas (PCH's). Em operação já existem: Goiandira, Nova Aurora e Lago Azul, todavia há vinte e sete unidades em fase de Inventariado, são elas: Bocaína, Paraíso, Davinópolis, Gamela, Nova Aurora I, Foz do Rio do Peixe, Capão Comprido, Indaiá, Salto, Santo Antônio, Braga, Santa Bárbara, Foz do Rio dos Bois, Rio do Peixe, Embocado, Taperão, Tamboril, Brasilinha, Cachoeira, Rio Preto, Taboca, Cachoeirinha, São Sebastião, Vermelho, Areia, Juruatuba, Gameleira. Encontramos, também, duas Centrais de Geração Hídrica (CGH's), sendo elas: São Bento e PG2, ambas em operação.

¹⁵ Mendonça (2004, p. 162) diz que o “Sudeste Goiano caracteriza-se como uma região político-administrativa do Estado de Goiás, apresentando especificidades históricas e geográficas que possibilitaram regionalizações, construídas no processo de incorporação desses territórios aos interesses do capital”

Mapa 02: Inventário Hidroenergético - Sudeste Goiano - 2011.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação(2011).

A grande quantidade de projetos de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) apresentadas no mapa 02 pode ser explicada pelo discurso de que tais empreendimentos são uma opção ambientalmente viável às grandes barragens. Entretanto, o notório aumento de PCHs não tem cumprido o papel alternativo, ao contrário, exercem muitas vezes a função complementar, uma vez que são destinadas ao consumo durante o horário de pico. Além disso as PCH's também comprometem o curso do rio. Considera-se, ainda, que mais importante do

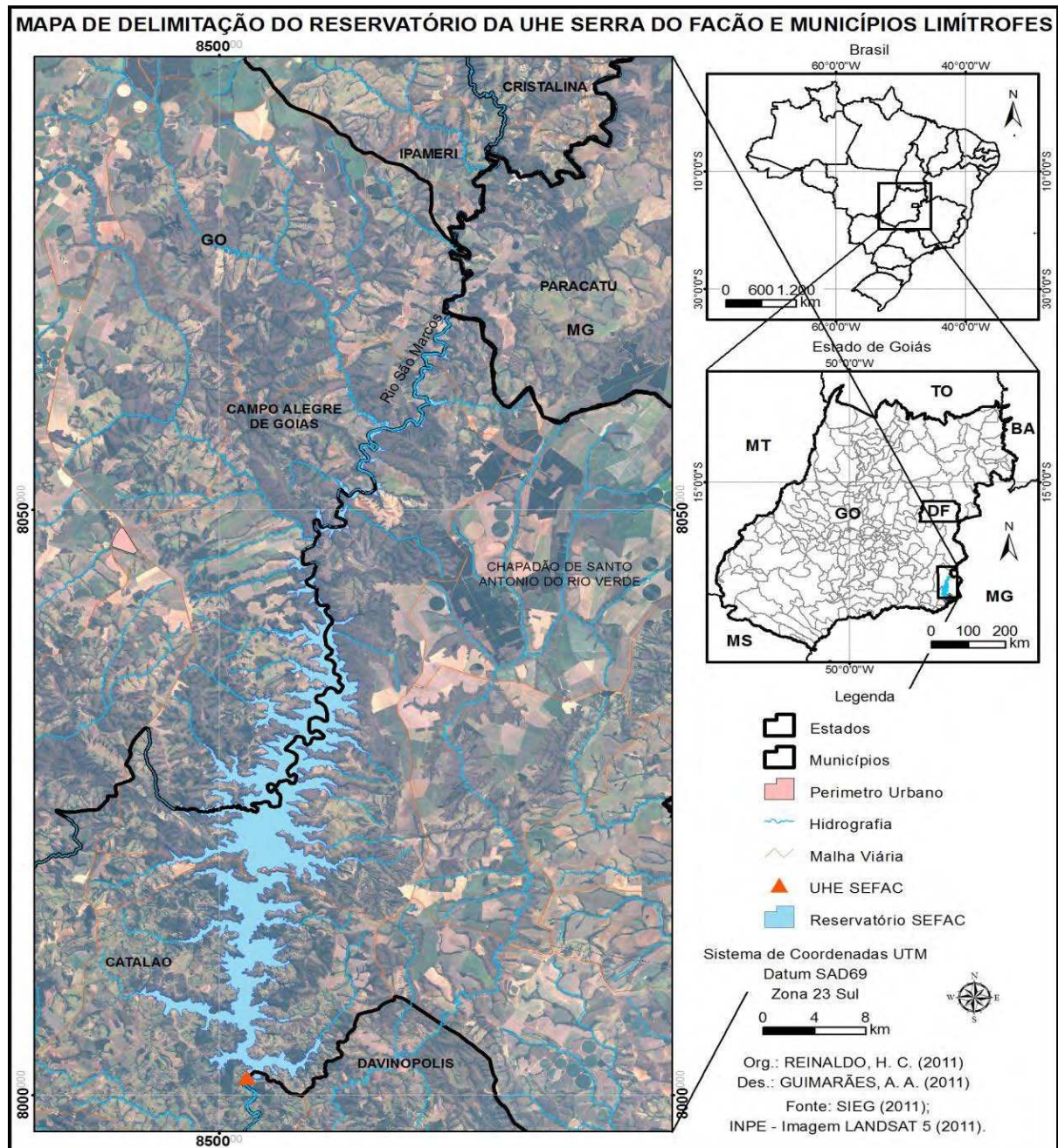
que perguntar pelo tamanho da barragem, ou onde está localizada, é saber para quê e a quem ela serve. (BERMANN, 2002).

Além das PCH's, podemos observar pelo mapa 02 a presença de onze Usinas Hidrelétricas em fase de Licenciamento ou Operação, enfocamos aqui o caso da Usina Hidrelétrica Serra do Facão, instalada no Rio São Marcos, na bacia do Alto Paraná.

3.3 A implantação do Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão

A Usina Hidrelétrica Serra do Facão foi construída no Rio São Marcos, na bacia do Alto Paraná. O lago inunda uma área de 214 Km², atingindo seis municípios: Catalão, **Davinópolis**, Cristalina, Campo Alegre de Goiás e Ipameri, no estado de Goiás, e Paracatu no estado de Minas Gerais. A energia programada é de 210 megawatts, no entanto a energia firme não passa de 150 megawatts, ou seja, muito impacto para pouca energia. (Ver mapa 03).

Mapa 03: Delimitação do reservatório da UHE Serra do Facão e municípios limítrofes - 2011.



Fonte: Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação de Goiás. (2011).

Segundo informações contidas no sítio eletrônico da empresa Serra do Facão Energia S/A, os primeiros estudos específicos voltados para avaliar o potencial hidrelétrico da bacia do rio São Marcos são de 1965. Na época, o trabalho foi desenvolvido pela CANANBRA Engineering Consultants Limited, com participação da CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais). Em 1987 – Furnas – Centrais Elétricas S.A. e MDK concluíram os estudos, apresentados no relatório intitulado “Aproveitamento Hidroelétrico de Serra do Facão – Estudos de Viabilidade – Volumes I a IV”. Uma década depois o – DNAEE

(Departamento Nacional de Energia Elétrica), através da portaria nº 383, autoriza Furnas – Centrais Elétricas S.A. a realizar estudos para atualização e complementação dos Estudos de Viabilidade do AHE Serra do Facão. Segundo um camponês expropriado pela hidrelétrica:

Tem uns trinta anos que a gente ouve falar da construção da barragem por esses lado, quando meu pai comprou a propriedade, já tinha essa preocupação, acho que até foi por isso que o antigo dono vendeu, depois o povo parou de falar nesse assunto, mas de vez em quando alguém aparecia lá em casa falando do lado bom da moeda, dos benefícios que a barragem iria trazer, acho que eles até se esquecia que a gente ia ser totalmente atingido [...] nem sei porque eles resolveu fazê isso agora, foi chegando esses maquinário aos pouco, e deu no que deu. (trabalho de campo, maio de 2011).

Na fala do atingido é perceptível que a construção da Hidrelétrica Serra do Facão foi motivo de preocupação por diversos anos. Entretanto, o empreendimento só foi leiloado em 2001. O leilão foi no “apagar das luzes” do governo de Fernando Henrique Cardoso e ganhou pelo Consórcio Grupo de Empresas Associadas de Serra do Facão (GEFAC), formado pelas: Alcoa Alumínio S.A.; Companhia Brasileira de Alumínio, DME Energética Ltda. e Votorantim Cimentos Ltda., posteriormente o consórcio incorporou a Companhia de Cimentos Itambé, e passou a se chamar Serra do Facão Energia S/A (SEFAC).

Segundo a Revista Furnas, Ano XXXIII, nº 339, Abril de 2007, o empreendimento envolve um investimento de 770 milhões de reais. Em 16 de outubro de 2001 elaborou-se o decreto que outorga a concessão para a exploração do potencial hidráulico, por meio da usina hidrelétrica Serra do Facão, no Rio São Marcos.

O consórcio GEFAC entrou com o pedido de Licença Prévia (LP) junto ao IBAMA em 02/11/2001, obtendo-a em 02/02/2002. A Agência Goiana de Meio Ambiente, que já tinha dado um parecer técnico favorável ao empreendimento em 15/11/2001, emitiu novo parecer técnico em 08/08/2002, em que se posicionou contra o empreendimento e propôs a elaboração de um parecer final juntamente com o IBAMA, o qual desconsiderou a solicitação.

Em 30/09/2002 o IBAMA autorizou a liberação da Licença de Instalação – L. I. – que autorizava o início das obras. A área onde se instalou o canteiro de obras foi declarada de utilidade pública para fins de desapropriação pela ANEEL, pela Ação Autorizativa n. 547, publicada no Diário Oficial da União do dia 08/10/2002. As atividades voltadas para a construção do empreendimento se iniciaram no final de 2002 com o a demarcação topográfica e colocação de marcos sinalizadores do nível máximo das águas e seguiu em 2003 com outras atividades como a retirada da vegetação, o acompanhamento da movimentação dos animais e

a realização de avaliação de terras e benfeitorias das propriedades que seriam afetadas pelo empreendimento.

Mediante a apresentação do EIA-RIMA - Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto no Meio Ambiente e do PBA - Plano Básico de Ação, professores vinculados à Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), seção Catalão, elaboraram um documento em que explicitam os principais problemas e apontam a farsa científica dos estudos realizados pelos empreendedores do AHE Serra do Facão com a conivência dos órgãos licenciadores. De acordo com Vainer (2008),

Os Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental, quase sempre se constituem em documentos de propaganda do empreendimento, afastando-se de seu objetivo de ser um levantamento dos impactos, a fim de que estes possam ser mitigados, ressarcidos, compensados ou reparados. Parte da responsabilidade cabe, enfim, às agências ambientais licenciadoras que, quase sempre, por pressões políticas, acabam licenciando projetos cujos impactos e grupos atingidos não foram corretamente identificados, e menos ainda equacionados. (VAINER, 2008, p.59).

De acordo com Silva e Mesquita (2007), o documento elaborado pelos professores contemplou as principais indagações dos atingidos e demais apoiadores, de forma que exprimiu as preocupações da sociedade regional, com os impactos sócio-ambientais que a hidrelétrica acarretaria, como também sugeriu que os novos licenciamentos fossem feitos mediante estudo por bacia hidrográfica e não por projetos individuais, na medida em que os efeitos ambientais são sinérgicos, não se restringindo aos limites da área inundada.

Já que os documentos apresentavam estudos de inventários hidroenergéticos para mais três barragens no mesmo rio, São Marcos, sendo duas, a montante, e uma, a jusante da Serra do Facão. O documento da AGB foi encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), ao Ministério das Minas e Energia (MME), à Agência Goiana do Meio Ambiente, ao Ministério Público Federal e Estadual e à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

Em 16 de janeiro de 2003, foi protocolado um documento solicitando audiência com os ministros do Meio Ambiente, das Minas e Energia e do Programa Fome Zero. Poucos dias depois, em 28/01, a comissão formada por professores, entidades de apoio e atingidos, foi recebida pela Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Na audiência foram destacadas as dificuldades encontradas pelas famílias atingidas quanto ao acesso às informações, assim como, as falhas e inconsistências de dados presentes na documentação apresentada pelo grupo de empresas construtoras, entre outros argumentos que subsidiavam a solicitação de suspensão imediata do referido barramento. A Ministra demonstrou sensibilidade, todavia

salientou que a produção de energia é uma política do governo, no entanto acreditava que era importante rever algumas questões, porém sem grandes alterações (MENDONÇA, 2004).

Em 23/05/2003, a comissão foi recebida para uma audiência com o Secretário Nacional de Energia Elétrica, o Sr. Ronaldo Schuck, o qual expressou preocupações diante dos fatos relatados pelos atingidos e pelas entidades que apóiam o movimento, mas manteve o discurso da necessidade da produção de energia a partir da água. Na oportunidade foi apresentado um extenso relatório contendo os argumentos que justificavam a suspensão do empreendimento. O representante do governo alegou que o processo estava em trâmite desde 2001 e que poderia fazer muito pouco, pois a responsabilidade pela decisão tomada era do governo anterior. (MENDONÇA, 2004).

Em 2004, os peritos da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR), vinculada ao Ministério Público Federal, visitaram grande parte do vale do rio São Marcos na área atingida pelo barramento e emitiram uma Informação Técnica (laudo) que comprova a validade das informações contidas no documento elaborado pelos professores que denunciavam as falhas contidas no EIA-RIMA. A Informação Técnica nº. 185/2004, conclui que:

Os aspectos levantados e discutidos nessa informação técnica, em especial a conspicuidade, da biodiversidade ictiofaunística da bacia do rio São Marcos, o desaparecimento de espécies endêmicas e desconhecidas da ciência decorrentes do barramento, a dificuldade na manutenção ou formação de corredores de fuga e dispersão da fauna, a forte tendência de estratificação e eutrofização da água do reservatório, o alagamento de terras agricultáveis e a retirada de famílias que mantém estreita relação com a ambiente natural, nos forçam a concluir que o aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão, tal como é locado, ocasionará grave dano socioambiental. (Informação Técnica nº. 185/2004, 74 p.).

Não apenas a conclusão da Informação Técnica denuncia o problema da barragem Serra do Facão, mas todo o documento mostra os graves efeitos que a construção causará ao ambiente e à sociedade e critica, contundentemente, a precariedade do EIA-RIMA. Por meio de ação civil pública, o Ministério Público Federal tornou suspensa a Licença de Instalação (LI)¹⁶, alegando deficiências de informações no EIA-RIMA, assim as atividades que envolviam a construção da barragem Serra do Facão foram paralisadas depois da segunda metade de 2004. Contudo, o AHE Serra do Facão foi inserido no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, o que representava a retomada da construção do

¹⁶ Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade e contempla a elaboração e apresentação do EIA/RIMA e a realização das audiências públicas. No atual modelo energético a LP é necessária para a licitação de concessão do aproveitamento hidrelétrico.

empreendimento depois da renovação da Licença de Instalação pelo IBAMA, em 29/03/2006, condicionada às adequações socioambientais de seu projeto original. O consórcio responsável pela construção passou por pequenas mudanças, com alterações nos seus componentes e no próprio nome. O novo consórcio passou a se denominar Serra do Facão Energia - SEFAC - formado pelas empresas: Furnas Centrais Elétricas, Alcoa Alumínio S.A., DME Energética e Camargo Corrêa Energia. O escritório do Consórcio foi reaberto em dezembro de 2006, na cidade de Catalão (GO). As obras foram reiniciadas em fevereiro de 2007 e concluídas em Novembro de 2009. Segundo Mendonça (2004), fica evidente a associação entre os interesses empresariais e o aparato estatal:

A construção de grandes barragens evidencia a associação direta entre a indústria metal-mecânica e o capital financeiro mundializados, não fazendo parte de uma democrática *opção brasileira*, pois atenderam e atendem, atualmente mais ainda, aos interesses dos grandes monopólios transnacionais. A construção de usinas hidrelétricas no Brasil expressou a opção do Estado, associada aos interesses do capital transnacional, ao efetivar políticas energéticas, centradas na produção de energia a partir d'água. Essa ação implicou em desconsiderar as fontes de energia alternativas que minimizam os impactos sociais e ambientais em relação às áreas atingidas pelos barramentos. (MENDONÇA, 2004, p. 382, grifo do autor).

Montenegro Gomés (2006, p. 27) corrobora com essa discussão ao dizer que as diretrizes das políticas públicas e os anseios da iniciativa privada orbitam ao redor de grandes projetos desenvolvimentistas, supostamente benéficos para toda a sociedade. No entanto, a ideia de desenvolvimento, habitualmente utilizada, se inscreve plenamente ao corpo ideológico do capital, servindo como instrumento dinamizador da sua expansão e da acumulação,

O desenvolvimento é uma estratégia completa e complexa de legitimação do capitalismo, seja na sua fase keynesiana (sua origem, dos anos 1940 até os anos 1970), seja na sua fase neoliberal (passageiramente em crise, nos anos 1970-1980) ou de globalização neoliberal (fortalecida como paladino contra a pobreza, a partir de 1990). O desenvolvimento como estratégia, ao mesmo tempo, de reprodução do capital e de controle social, que, segundo o discurso oficial, serviria para consertar os transtornos temporais provocados pela dinâmica natural do sistema, permitindo que os pobres (subdesenvolvidos) possam desfrutar, num futuro muito próximo, das benesses que os ricos (desenvolvidos) já desfrutam. Dessa maneira, as políticas de desenvolvimento seriam a preocupação e a consciência do sistema, saindo em ajuda dos mais necessitados (MONTENEGRO GOMÉS 2006, p. 27).

A Hidrelétrica Serra do Facão se inseriu nessa lógica desenvolvimentista descrita por Montenegro Gomés (2006), os efeitos do empreendimento começaram com o planejamento e anúncio da obra, aceleraram-se durante a sua construção e, certamente, se

prolongarão por gerações. Contraditoriamente, para os discursos formados pelo Estado e pela empresa empreendedora, os malefícios são apresentados como demandas menores perante a necessidade da produção de energia para subsidiar o crescimento nacional ou de corporações estrangeiras. As fotografias abaixo apresentam o canteiro de obras da hidrelétrica Serra do Facão em dois momentos distintos:

Foto 23: Canteiro de obras da hidrelétrica Serra do Facão - ago/2009.



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H. C. (2009).

Foto 24: Canteiro de obras da hidrelétrica Serra do Facão - mar/2011.



Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Reinaldo, M. A (2011).

Na foto 24 percebe-se a hidrelétrica já concluída, no lado direito da imagem vê-se o lago em formação. Considera-se que existe a necessidade de atentar à dimensão de todo o processo de implantação da hidrelétrica, pois há segmentos da população atingidos antes mesmo do início das obras, enquanto outros foram afetados após a sua conclusão, como também há aqueles que, durante todo o tempo, vêm sofrendo as implicações advindas do empreendimento.

O atual modelo ignora as consequências resultantes da inundação de vastas áreas, inclusive de terras férteis, e expropriação de milhares de camponeses, o que cria conflitos, gera inseguranças e desestruturas nas relações sociais, comunitárias e nas estruturas familiares. Segundo Rebouças (2000):

[...] mesmo que, tradicionalmente a mobilidade e a expropriação constituam parte do universo de experiências acumuladas pelos povos do campo, os processos que resultam da política energética, contudo, possuem características próprias, com ritmo e dinâmica associados no andamento da construção da usina e a subida das águas pelo barramento dos rios. A compulsoriedade significa a irremediável liberação das áreas a serem alagadas. Não existem, portanto qualquer possibilidade de permanência na beira dos rios, ou de recusa de abandono das residências, fato que torna o deslocamento irreversível. (REBOUÇAS, 2000 p. 27).

A expropriação compulsória acaba rompendo teias de relações sociais que jamais poderão se recompor, sejam em quais forem as condições (SILVA, 2007). Corroborando com essa análise, Santos (1998) destaca as consequências da expulsão dos moradores de suas áreas de origem.

Há tendência à “desculturalização” da área, na medida em que a substituição das pessoas, alteração dos equilíbrios sociais de poder a introdução de novas formas de fazer. Para os que saem, a situação é mais dramática porque são deslocados de uma posição social, política ou empregatícia cuja estabilidade se criou através do tempo (e até mesmo por herança) e cuja existência tinha uma certa comunhão com as condições da área a qual estavam intimamente ligados e de onde se vêm, de uma hora para outra, obrigados a um êxodo que os põe diante de um novo espaço, uma nova economia, uma nova sociedade, onde vão ter grande dificuldade para desempenhar um papel novo. (SANTOS, 1998 p. 46, grifo do autor).

Todos os atingidos por barragens têm seu modo de vida desestruturado, por isso ao receber a notícia da construção de um Aproveitamento Hidrelétrico no Rio São Marcos, a população ribeirinha ficou assustada, não possuía informações sobre a obra ou como ficaria sua situação a partir da implantação do empreendimento. Assim, o bispo da diocese de Ipameri, Dom Guilherme Antônio Werlang, ciente da realidade dos atingidos por barragens

no sul do país de onde veio, tomou algumas providências. O primeiro passo foi a efetivação de uma reunião para discutir os problemas que a barragem poderia trazer à população atingida e para a sociedade como um todo. Esta primeira iniciativa já integrou alguns atingidos, professores do curso de Geografia do CAC/UFG e representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da AGB, Seção Catalão. A partir dessa discussão, a população ribeirinha conheceu um pouco da realidade vivida pelos atingidos em outras regiões do país e iniciou, então, a organização do Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB Serra do Facão. Para Gohn 2002,

os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Como as mudanças estruturais e conjunturas da sociedade civil, e política, eles se transformam como uma galáxia, são estrelas que se ascendem, enquanto outras estão se apagando, depois de brilharem por muito tempo, são objetos de estudo permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão haverá lutas, haverá movimentos. (Gohn 2002, p. 20).

No dia 07 de novembro de 2002, foi realizada uma reunião com os atingidos, no município de Davinópolis, todavia houve pouca participação. A desmobilização presente no município davinopolino, em relação ao MAB, se deve ao discurso progressista difundido pelos empreendedores do AHE Serra do Facão, no qual diziam que a barragem traria empregos, novos investimentos e projeção da região no cenário nacional. Falácia rapidamente internalizada pelos agentes sociais e até pelos próprios atingidos. Para Sevá (2006):

“Nesta perspectiva ideológica do ‘progresso’ e da ‘razão técnica’, intensamente difundida pelos governos e pelas empresas interessadas, o fato é que as populações humanas das áreas que foram ou que seriam atingidas, passaram a ser vistas como um ‘entrave’, como um inevitável ‘problema’. E, mais que isto, se elas por acaso conseguem se organizar para obter melhores ressarcimentos ou ‘compensações’, ou até mesmo para resistir ao projeto, é certo que cai sobre estes cidadãos a pecha do comportamento ‘irracional’, das decisões ‘emocionais’, e enfim, de serem ‘contra o progresso’” (SEVÁ 2006, grifos do autor).

A análise de Sevá (2006) é pertinente com o que aconteceu em Davinópolis. Nos dias que antecederiam a reunião do MAB na cidade, os “buchichos” espalhados nas ruas, diziam que o *movimento era coisa de sem terra, coisa de quem não tem o que fazer, cambada de arruaceiros que promoviam a desordem*, então muitas pessoas, por falta de conhecimento, não participaram da reunião, mas alguns olharam de longe, *esperando pela ação da polícia, se caso acontecesse alguma manifestação*. Os poucos atingidos que compareceram foram criticados pela população, *acusados de anti-progressistas, que caíram na conversa mole desse*

povo esquisito (a coordenação do MAB). É interessante ressaltar o fato de que os alunos do Colégio Estadual “João Bernardes de Assunção” eram costumeiramente levados pela direção da escola às reuniões da SEFAC/SA, porém, quando aconteceu a reunião do Movimento dos Atingidos por Barragens, os estudantes não foram instruídos sobre a importância daquele encontro, além disso o tema movimentos sociais raramente é discutido nos ambientes escolares de Davinópolis.

Apesar da construção, o MAB - Serra do Facão obteve diversas conquistas, entre elas está o recadastramento do número de famílias atingidas e a construção da Nova Ponte dos Carapinas, responsável por ligar o distrito de Santo Antônio do Rio Verde ao município de Catalão. Estas conquistas serviram para provar que as lutas empreendidas pelos atingidos, cada uma a seu modo, não foram em vão. Serviram, para fazer crer que é possível sonhar com conquistas sociais, ao reverter um jogo cujas regras iniciais apontavam como inexoráveis e sobretudo inquestionáveis .

Pensar nas consequências do AHE Serra do Facão, durante seu processo de construção, é nosso objetivo nesse momento da pesquisa. O fascínio pelo novo tem sido acompanhado por novas formas de relacionamento.

Um dos primeiros efeitos causados pela construção do AHE Serra do Facão foi o estranhamento entre moradores antigos e trabalhadores “barrageiros” que chegaram em grande número, em relação ao tamanho da cidade.

3.4 Os efeitos durante a construção da hidrelétrica Serra do Facão na área urbana do município de Davinópolis (GO)

Com a construção da hidrelétrica Serra do Facão, a cidade de Davinópolis recebeu um considerável contingente de trabalhadores (cerca de 350 pessoas, segundo cadastro do programa Saúde da Família) vindos, em sua maioria, da região nordeste do país. Pela foto 07 pode-se observar que a perímetro urbano é pequeno, então a chegada dos migrantes não expandiu a área da cidade, entretanto adensou a malha urbana. A maioria dos chegantes eram homens e geralmente residiam juntos em casas alugadas, em algumas situações moraram até 50 pessoas na mesma residência (Informação recolhida durante trabalho de campo). Martins e Vanalli (1994) relacionam os processos migratórios com a territorialização do capital,

vários são os motivos que obrigam as pessoas a saírem dos seus lugares de origem. Entretanto o motivo que gera o maior número de migrações no mundo todo, é sem duvida econômico - as pessoas saindo a procura de seu sustento e sua melhoria de vida - migrações de populações empobrecidas,

que apostam na sobrevivência em outras regiões, iludidas com o sonho do emprego, de bom salário, de terra fértil para o plantio, da dignidade para viver. Percebe-se, então que as migrações seguem a mesma trilha do capital, ou seja, orientam-se para aquelas regiões onde o capital está mais concentrado. (MARTINS, D. VANALLI, S. 1994 p. 34 e 35).

No entanto, grandes partes das pessoas que migram em busca de melhores condições de vida não conseguem alcançar seus objetivos, poucos são absorvidos pelo mercado de trabalho local, conseqüentemente há aumento nos índices de desemprego e violência.

Essa conjuntura gera uma reação preconceituosa nos antigos moradores, como foi o caso de Davinópolis com a chegada dos migrantes em busca de empregos na Hidrelétrica Serra do Facão. Em entrevista, uma moradora diz:

Quando foi chegando aquele povo diferente, aqueles baiano, sabe? Eu preocupei, porque todo mundo fala que esses barrajero é tudo rodado no mundo, ninguém sabe a procedência, eu evitava sair de noite sozinha, por medo, né?! (pesquisa de campo, novembro de 2011).

A maioria das pessoas recém chegadas na cidade de Davinópolis era chamada de nordestinos, independente do sotaque ou costumes. Percebe-se que o uso do termo “nordestino” se popularizou para se referir de forma negativa às pessoas oriundas dessa região considerada como a mais pobre do país. (SILVA, 2004)

Corroborando com a discussão Hébette e Moreira (1999), ao pesquisarem fluxos imigratórios na região amazônica, comentam:

a população imigrante vem com suas características próprias e traz consigo sua cultura, suas práticas profissionais, suas aspirações, suas ambições, que vão imprimir sua marca naquele espaço novo, e até um certo ponto, estranho para eles; não significa que ela venha simplesmente reproduzir na fronteira os seus comportamentos da sua área de origem. Ela se incorpora a seu novo meio social ao mesmo tempo em que ela o modifica, o transforma; ela o violenta ao mesmo tempo em que o fecunda. (HÉBETTE & MOREIRA,1999).

Entender a relação entre os migrantes “barrageiros” e moradores de Davinópolis é o intuito nesse momento da pesquisa. Busca-se, agora, perceber como essas transformações estão relacionadas com o comportamento das pessoas, na tentativa de responder a pergunta: Como a execução de um grande projeto altera a organização socioespacial já solidificada num lugar? Nesse contexto a obra de Norbert Elias & John L. Scotson (2000), Os Estabelecidos e os Outsiders, constitui a principal referência.

Encontramos em Elias e Scotson (2000) um fato semelhante ao que ocorre em Davinópolis: em uma pequena comunidade da Inglaterra, denominada Winston Parva, a problemática da diferença se aflorou e fez com que o grupo mais antigo, em termos de residência, (os estabelecidos) estigmatizasse os moradores mais recentes (os *outsiders*). Nesse trabalho, os autores analisam a questão da autoimagem que os grupos têm de si próprios e como eles se organizam a partir da ideia que fazem de si. Também observaram que o conflito, enquanto, por um lado levava à discriminação, à estigmatização e à exclusão dos novos residentes (os *outsiders*), por outro lado funcionava como um reforço da identidade preservada pelos antigos residentes, ou os estabelecidos, servindo para afirmar a superioridade destes em relação aos primeiros.

Essa atitude de exclusão leva alguns grupos a serem estigmatizados como bons e outros como maus. Mas, nesse caso, questionamos sobre que tipo de risco pode oferecer um residente *outsider* a um residente estabelecido? Na visão do estabelecido, são vários riscos além de ser considerado desagradável o contato com eles:

Eles põem em risco as defesas profundamente arraigadas do grupo estabelecido contra o desrespeito às normas e tabus coletivos, de cuja observância depende o status de cada um dos seus semelhantes no grupo estabelecido e seu respeito próprio, seu orgulho e sua identidade como membro do grupo superior (ELIAS E SCOTSON, 2000, p.26).

Como notou Elias e Scotson (2000), os *outsiders* são vistos como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros, daí a utilização de termos pejorativos, que chegam a denegrir sua imagem de seres humanos, para se fazer referência a eles. Em outra entrevista, um morador de Davinópolis (GO) diz :

Antes a gente ficô cismado. A gente ouvia falar que barrageiro num tomava nem banho (risos), era tudo matadô, a gente achava que eles ia trazê era desgraça pra cá, então criô aquele clima de desconfiança, a gente evitava até de fazê amizade. (pesquisa de campo, novembro de 2011).

Os autores também já haviam observado o fato de que os grupos relacionados entre si, sob a forma de uma configuração de estabelecidos, são compostos por seres humanos tal qual o grupo supostamente rival. A questão, então, é saber: Por que, e como, se criam imagens de grupos opostos, conferindo a cada um deles uma aparente coesão ao se denominarem como nós (um grupo) e eles (outro grupo)?

Em Winston Parva, a relação entre os estabelecidos e os *outsiders*, da forma como se apresenta, se fundamenta na existência de dois grupos residentes e diferentes, mas a

diferença mais marcante é relativa ao tempo de residência de ambos naquele local, “os estabelecidos se vêem como pessoas melhores, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta nos outros” (ELIAS e STOCON, 2000, p.20).

As indicações de Elias e Scotson sobre Winston Parva são pertinentes para a reflexão acerca do caso estudado nesta pesquisa, ou seja, a situação de estranhamento entre os moradores e os chegantes que detectamos em Davinópolis. Para Silva (2004)

A instituição do conflito também representa uma forma de identificação e reconhecimento de um grupo já - enraizado no lugar, o grupo dos antigos moradores. Esses conflitos são renovados dia após dia, quando o menor gesto considerado negativo, praticado pelo novo morador, torna a todos vulneráveis às tensões: - *isso acontece por causa dessa gente de fora.* (SILVA, 2004, p.164, grifo do autor)

Alguns moradores, levados pela crença em melhores condições de vida, investiram em ramo diferente: a construção de pensões e restaurantes. A idéia de progresso da cidade, no auge da construção da hidrelétrica, contribuiu para que não se pensasse no caráter provisório daquele aumento de pessoas. Logo, com o término das obras toda essa infraestrutura ficou ociosa. Segundo uma dona de pensão:

Assim eu não posso reclamá, a barragem foi bom pra mim, assim no começo, né?! Porque agora foi a maioria embora e eu fiquei sem a clientela, eu pensei que os barrajero ia ficá mais tempo, mas assim o mesmo tempo foi bom... imagina aquele tanto de gente aqui, a prefeitura não ia dar conta de cuidá de todo mundo, pro resto da vida, né!? (pesquisa de campo, novembro de 2011).

A depoente atenta para o fato da responsabilidade da prefeitura municipal em relação aos trabalhadores migrantes, ou seja, embora a empresa responsável pelo empreendimento alegue compensar financeiramente os municípios atingidos, no caso de Davinópolis houve a necessidade de se articular uma refuncionalização dos serviços públicos, para atender ao contingente de barrageiros que vieram para trabalhar na construção do AHE Serra do Facão.

Ao fazer a pesquisa de campo na Câmara de Vereadores de Davinópolis, pude identificar o ofício nº 166/2008 emitido pela empresa Serra do Facão Energia/SA (SEFAC/SA) ao poder público municipal, o documento é datado de 06 de agosto de 2008, e relata ações realizadas em Davinópolis pelo Projeto Básico Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão.

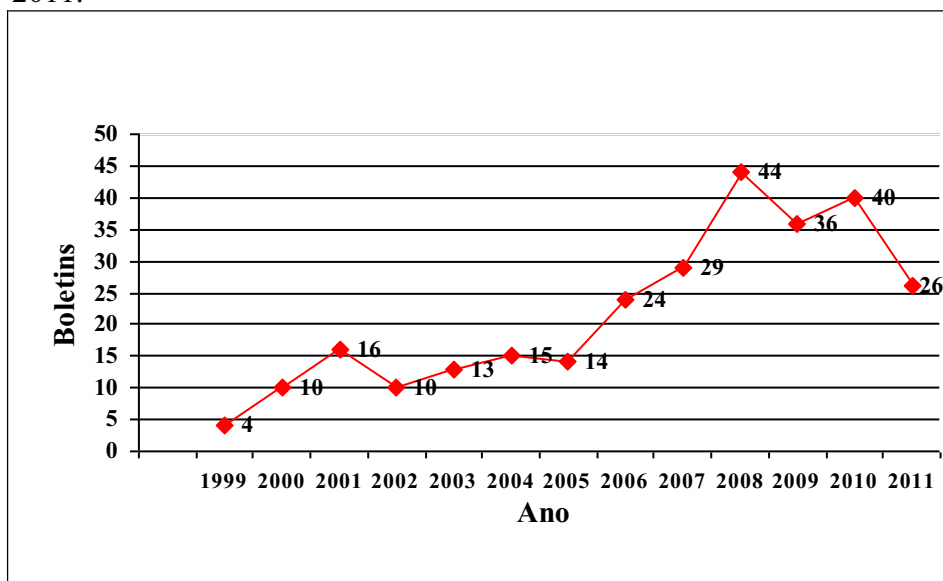
No entanto, a redação ambígua do ofício acima referido suscitou comentários de que todas as obras feitas pela prefeitura de Davinópolis eram, na verdade, subsidiadas pela SEFAC/SA, o que serviu para reforçar a idéia de que o empreendimento hidrelétrico seria o “redentor” do município davinopolino. Em contrapartida, o ofício nº 166/2008 foi alvo de diversas críticas feitas por Vereadores atuantes no período. No quarto livro de Atas das Reuniões Ordinárias da Câmara Municipal, página quatorze, lê-se:

O edil Elves relata que o ofício foi mal elaborado, sem uma planilha de valores em R\$ e que uma empresa do porte da SEFAC é muito pouco o que eles estão empregando em nosso município. O edil Kafino diz que o Ofício peca no sentido de não dizer valores em R\$, sobre as ações que foram feitas no nosso município.[...] Se os boatos existem é por falta de transparência e pela própria falta de divulgação dos dados que ninguém conhece [...] Por isso que gera esses boatos falando que tudo são ações da SEFAC, nem tudo, pois a prefeitura tem aplicado dinheiro no município [...] (IV Livro de Atas das Reuniões Ordinárias da Câmara Municipal , ano 2008, p.14).

Através das declarações contidas no IV Livro de Atas das Reuniões Ordinárias da Câmara Municipal, infere-se uma série de descontentamentos dos parlamentares vigentes, em relação às compensações sociais realizadas em Davinópolis pela SEFAC/SA, contradizendo, veementemente, as falácias antes pregadas de que a hidrelétrica seria sinônimo de progresso, crescimento e desenvolvimento socioeconômico para o município.

Além disso, é possível identificar a existência de dados empíricos que contestam a idéia de progresso que o AHE Serra do Facão proporcionaria a Davinópolis. Ao pesquisar na delegacia de policia Civil, com o intuito de divulgar a quantidade de Boletins de Ocorrência registrados ao longo dos últimos anos, percebemos que as ocorrências triplicaram a partir de 2007, justamente quando o AHE Serra do Facão estava no auge de sua construção e, por consequência, havia aumentado o número trabalhadores do empreendimento morando na cidade. (ver gráfico 01)

Gráfico 01: Boletins de Ocorrência registrados em Davinópolis (GO) – 2011.



Fonte: Pesquisa de campo. Org.: Reinaldo, H.C. (2011).

Vale ressaltar que os dados conseguidos são de caráter quantitativo, isto é, não foi possível saber o tipo de tais ocorrências. A justificativa apresentada é que essas informações são sigilosas, haja vista que as fichas cadastrais de BO's possuem nome e número de documentos pessoais, portanto o acesso a eles não foi permitido. Aproveitando a falácia de que os efeitos negativos da obra seriam recompensados ao município de Davinópolis (GO), a empresa construtora, SEFAC/SA, fez a doação de uma viatura, bem como reformou a estrutura física do prédio da Delegacia Civil (foto 25).

Foto 25: Reforma e Ampliação da Delegacia de Polícia Civil de Davinópolis (GO) - out/2011.



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H.C. (2011).

Essas benfeitorias foram inauguradas com “pompas e ostentações” e, na maior parte das vezes, com presença de autoridades locais, regionais e até estaduais. E, assim, eram tidas como sinônimo de progresso e desenvolvimento.

Também foram feitas doações por parte da SEFAC/SA à escola municipal “Balbino Antônio Ferreira”, como se vê na foto 26:

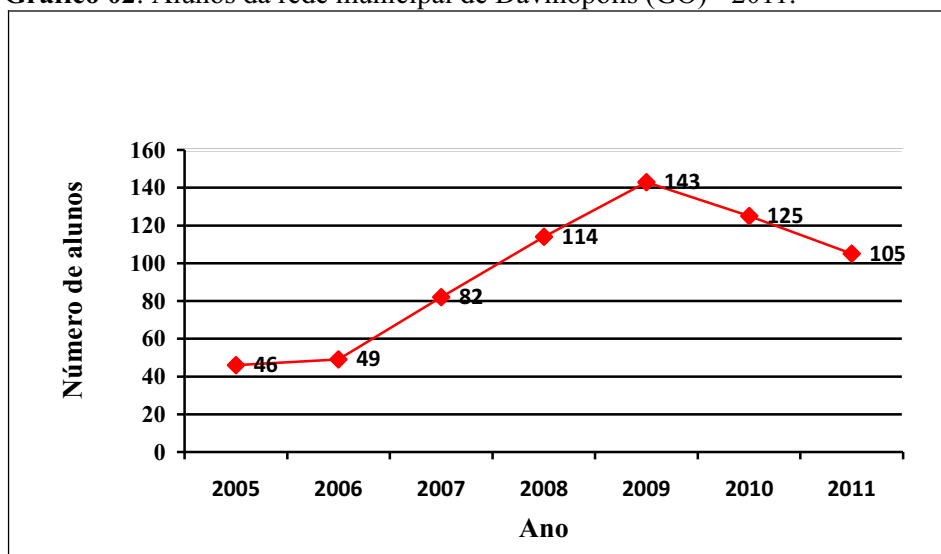
Foto 26: Placa indicando doação de mobiliário e equipamento para a escola municipal “Balbino Antônio Ferreira” – out/2011.



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H.C. (2011).

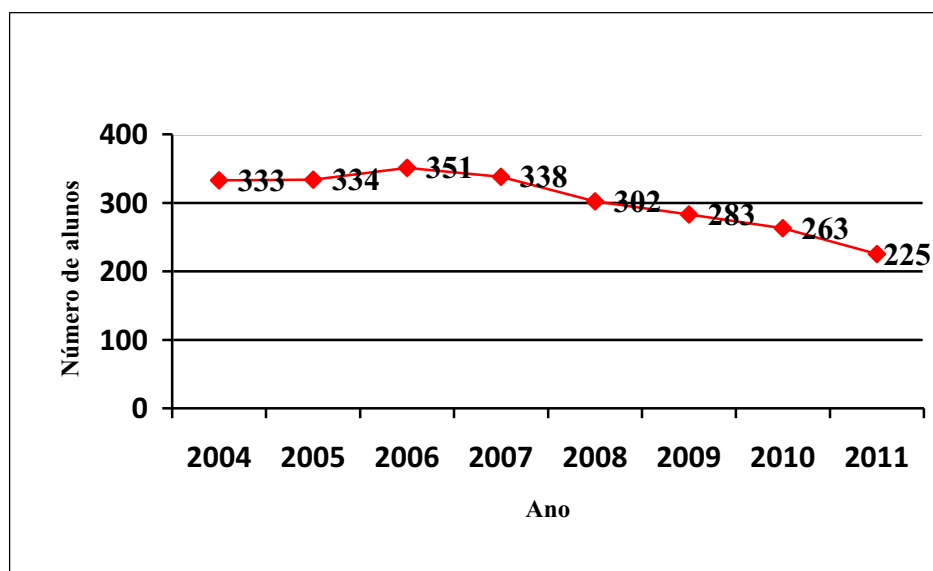
Todos esses benefícios são previstos nos termos de compensação social, mas são exibidos como se fossem bondade e generosidade da empresa. Corroborando com a situação, as autoridades políticas aproveitam a mesma como palanques eleitorais.

Ao pesquisar o número de alunos matriculados na escola municipal “Balbino Antônio Ferreira” (gráfico 02), observa-se a duplicação dos dados a partir do ano de 2007 (semelhante aos dados da delegacia de polícia Civil), o aumento das matrículas também se atribui ao aumento da população com a construção da AHE Serra do Facão.

Gráfico 02: Alunos da rede municipal de Davinópolis (GO) - 2011.

Fonte: Pesquisa de campo. Org.: Reinaldo, H.C. (2011).

A escola municipal “Balbino Antônio Ferreira” atende alunos do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, enquanto o Colégio Estadual “João Bernardes de Assunção” recebe alunos a partir do sexto ano do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio. (ver gráfico 03).

Gráfico 03: Alunos da rede estadual em Davinópolis (GO) - 2011

Fonte: Pesquisa de campo Org.: Reinaldo, H.C. (2011).

Percebe-se que, apesar da chegada do AHE Serra do Facão, os estudantes da segunda fase do ensino fundamental e médio, diminuem. Não foi possível detectar para onde estes jovens estão migrando ou se alguns deles conseguiram trabalho na obra da hidrelétrica. E se assim o for, possivelmente também migraram com o fim das obras, pois aqueles eram

empregos precários e temporários. De qualquer forma os dados são preocupantes, pois mostra a evasão de jovens do município.

Por outro lado, durante os anos de construção da barragem, a empresa SEFAC/SA desenvolveu um projeto junto aos alunos do Colégio Estadual “João Bernardes de Assunção”, chamado “OFINAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAIS: protetores ambientais”, no qual o objetivo proposto era qualificar grupos de jovens com iniciativas de proteção ao meio ambiente (pejorativamente chamados protetores), para agirem como interlocutores, fiscalizadores e multiplicadores de conhecimentos e cuidados com o mesmo.

O projeto foi dividido em duas oficinas, em que se discutiram conceitos de Meio Ambiente, Educação Ambiental e questões ambientais de âmbito global e local. É, no mínimo, contraditório que um dos maiores grupos empresariais destruidores do meio ambiente promova e desenvolva um projeto para protegê-lo. Nessa perspectiva, é logicamente inviável que protetores ambientais sejam formados pelos próprios algozes desse ambiente. Serão essas as ações que os empreendedores denominam de programas de minimizações de impactos?

Ao pesquisar na secretaria Municipal de Saúde, descobri que há um Arquivo do Programa Saúde da Família, sendo que um dos compartimentos é exclusivo para os cadastros dos funcionários da SEFAC, ao todo possui 323 cadastros de pessoas vindas da região Nordeste do Brasil, especificamente do estado do Piauí. Todos cadastrados receberam atendimento médico no posto de Saúde como qualquer outro morador da cidade.

Durante os trabalhos de campo, alguns moradores locais relataram as dificuldades ao serem atendidos no Posto de Saúde, devido o adensamento de pessoas que procuravam esses serviços:

Era assim, se a gente quisesse ser atendido, tinha que ficar esperto, porque o povo da SEFAC abafava mesmo, já aconteceu de eu chegar lá no posto e perguntá por alguma das enfermera e eles dize assim: - Ela tá lá na barragem, vacinando os peão de lá, e já aconteceu também da gente querê fazê exame, até de prevenção mesmo e chegá lá no posto e não ter mais vaga, aí a gente ia sabê, as vagas tinha sido preenchida por gente da SEFAC, assim na minha opinião a pior parte dessa barragem foi aqui na saúde, eu acho que cada barragem deveria ter uma posto de saúde e povo de lá, agora passô, mas eu acho que a prefeitura gastô muito com esse povo. (trabalho de campo, novembro de 2011).

É evidente, na fala da depoente, a saturação dos serviços públicos em Davinópolis durante a construção da hidrelétrica Serra do Facão, porém esses fatos não são divulgados pelos empreendedores ou pelos agentes midiáticos. Mais uma vez se revela a

tática perversa do Setor elétrico para justificar a construção de barragens: Exagerar nas necessidades e ocultar custos.

Os efeitos da implantação de um empreendimento hidrelétrico não cessam com o término da obra, grande parte deles se mostram após fechamento das comportas. Nesse momento começa-se a perceber os descontentamentos com as indenizações, as manobras para burlar o sentimento de perda do lugar, as lutas para manter o novo padrão de vida. É nesse sentido que, no capítulo III, entender os efeitos sociais dessas expressivas mudanças.

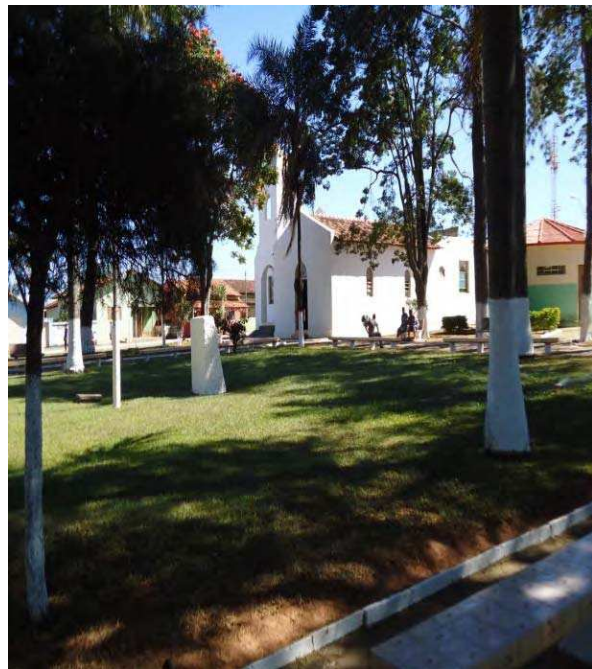
PERÍODO PÓS-OBRA DA HIDRELÉTRICA SERRA DO FACÃO: a banda passou! E agora Davinópolis?



*[...] Mas para meu desencanto
O que era doce acabou
Tudo tomou seu lugar
Depois que a banda passou
E cada qual no seu canto [...]*

*Em cada canto uma dor
depois da banda passar
cantando coisas de amor depois
da banda passar cantando
coisas de amor...*

*(Trecho de "A Banda" – Chico
Buarque de Holanda)*



4 PERÍODO PÓS-OBRA DA HIDRELÉTRICA SERRA DO FACÃO: a banda passou! E agora Davinópolis?

Em Davinópolis, depois que a “banda passou nem tudo tomou seu lugar, porque tudo era quase nada e o lugar já não era o mesmo. A implantação do AHE Serra do Facão, no rio São Marcos, foi permeada de promissões, as quais foram responsáveis pela inversão e camuflagem da realidade, sobretudo em Davinópolis, onde o empreendimento era considerado por autoridades como sinônimo de progresso e desenvolvimento.

Contrariamente, tal empreendimento trouxe à região uma série de efeitos negativos, tais como desapropriação, alagamento de terras férteis, alteração na dinâmica socioespacial e o desencadeamento de um processo litigioso por limites de município entre Davinópolis e Catalão (GO).

Este capítulo fala do conceito de atingido, tendo como principal esteio bibliográfico o texto de Vainer (2008) intitulado: Conceito de “Atingido” uma revisão para o debate e em seguida trata dos efeitos da hidrelétrica Serra do Facão sobre Davinópolis, após o término das obras. É necessário ressaltar, portanto, que somente alguns efeitos estão aqui registrados, visto que este é um processo contínuo e, provavelmente, as consequências da hidrelétrica se perpetuarão por gerações.

4.1 A construção do conceito de atingido

*Não sou poeta
Competência não tem pra ser
Algumas verdades tenho a dizer.*

*É das nossas casas brancas com matos verdes
Onde podemos plantar e colher
Pelas suas janelas apreciamos a beleza dos
rios.
E assistimos o sol nascer*

*Os terreiros floridos
São verdadeiros jardins
Eu falo que nossas vidas
São mais ou menos assim*

*Convivemos com todos
E também com as flores
Pena que projeto de barragem*

Nos provoca muitas dores.

*Não falo como sábio
São palavras tiradas bem do fundo
Eu falo é dali
Daquele pedacinho de mundo.
Se homens estranhos não dão valor
Por todos nós ele é amado
Difícil demais nos conformar
Pra ver aquilo inundado.
É só olhar nos atingidos
Vê o sinal de tristeza
Construir barragem destrói nossas vidas
“E enriquece a empresa”.*

(Geraldo Pinto Moreira, atingido pela barragem de Pilar no município de Guaraciaba, também Zona da Mata de Minas Gerais¹⁷)

No poema acima, o atingido deixa claro em suas palavras o sentimento de apreensão e desgosto ao perceber que o seu território, local de vida e de reprodução de sua existência, está sendo tomado pela ação do capital transnacional, escudado por políticas estatais que mascaram as consequências ambientais e sociais resultantes do atual modelo energético. Entendemos que não existe consenso entre a “virtude progressista” pregada pelos empreendedores e a desapropriação vivida pelas populações afetadas por barragens, “algumas vezes, o pressuposto inconfessado e inconfessável é o próprio aniquilamento das populações que possam representar algum estorvo para a implantação dos grandes projetos governamentais” (MARTINS, 1993 p.62). Mas afinal de contas, o quê e quem são os atingidos?

Vainer (2008) ao analisar o conceito de atingido se preocupou em revisar a literatura existente relacionada ao assunto, advertindo que estabelecer quem são os atingidos por determinado empreendimento hidrelétrico é somente uma das primícias para estabelecer uma política socialmente responsável. O autor lembra que o conceito de atingido normalmente aparece em documentos técnicos mas não remetem a profundidade do termo.

Ao abordar o conceito de atingido, é necessário deixar claro o contexto e o sentido do debate, de modo a explicitar o que é que está em jogo. Na verdade, embora o termo apareça em documentos técnicos e remeta a

¹⁷Poema citado no trabalho de Mariana Rodrigues dos Santos, intitulado “MULHERES E MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGEM: participação autorizada ou autônoma”. Fonte: <http://www.extensao-rural.ufv.br>. Acesso em 25 de fevereiro de 2011.

dimensões econômico-financeiras, a noção não é nem meramente técnica, nem estritamente econômica. Conceito em disputa, a noção de atingido diz respeito, de fato ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa. (VAINER, 2008, p.40).

Normalmente a empresa responsável pelo empreendimento hidrelétrico, ao projetar a obra, predetermina seu conceito de atingido, com essa conduta ignora-se que os termos utilizados para definirem os atingidos de um certo empreendimento nem sempre são cabíveis a outras situações. Ao se deliberar quem é atingido está se delimitando a área e as pessoas impactadas pelo empreendimento.

Para os empreendedores, o importante é ter um conceito que limite, ao mínimo, a área e o número de pessoas atingidas, por consequência é comum o conflito entre os atingidos e os responsáveis pelo empreendimento, no conhecimento/reconhecimento pelas populações envolvidas de direitos que extrapolam a legalidade e questionam o projeto de desenvolvimento que vem sendo colocado em prática.

Vainer (2008) apresenta uma série de conceitos de atingidos que foram delimitados, nos últimos anos. Uma primeira conceituação de atingido foi dada pelos empreendedores e estava voltada para uma “concepção territorial-patrimonialista”, nessa perspectiva a população atingida por um empreendimento hidrelétrico é somente os proprietários legítimos das terras que foram inundadas pela formação do lago, dessa forma não se indeniza posseiros, meeiros, agregados ou empregados. Segundo Vainer (2008), na concepção territorial-patrimonialista”,

não se reconhecia a existência de qualquer impacto social ou ambiental. E o único problema era, por assim dizer, um problema patrimonial fundiário. O tratamento era o de negociação dos valores da desapropriação. Embora durante muito tempo o termo não fosse utilizado, é evidente que esta abordagem apenas reconhecia como atingidos os proprietários de terras. Assim, a perspectiva territorial-patrimonialista era, quase sempre, indenizatória. A expressão mais evidente da predominância desta estratégia nas empresas do Setor Elétrico pode ser lida no fato de que o tratamento da questão era competência – e, em algumas empresas, ainda é – dos departamentos de patrimônio imobiliário. Em poucas palavras, nesta concepção, não há propriamente impactos, nem *atingidos*, e menos ainda qualquer coisa que possa ser entendida como direitos dos *atingidos*; o que há é o direito de desapropriação por *utilidade pública* exercido pelo empreendedor, cujo departamento de patrimônio imobiliário negociará com os proprietários o valor justo de suas propriedades. Em face deste direito do empreendedor, o único outro direito reconhecido é o direito de propriedade

e, nesse caso, um direito de propriedade restringido pela “utilidade pública” que lhe antepõe. (VAINER, 2008, p.42, grifos do autor).

Na concepção territorial-patrimonialista fica evidente a precariedade dos direitos dos atingidos, a centralidade do debate é o direito da propriedade, seguido pela falácia que “é preciso o sacrifício de alguns por um bem maior a todos”. Dessa forma, o conceito de atingido numa perspectiva social é negado, predominando o direito à desapropriação.

Uma segunda conceituação, ainda centralizada no empreendedor, porém levando em conta algumas demandas colocadas pelos atingidos, é a “concepção hídrica”, onde o atingido é o inundado, abarcando tanto proprietários como não proprietários (parceiros, meeiros, ocupantes, garimpeiros, etc.) que serão obrigados a migrar em função do enchimento do lago. Para Vainer (2008) a concepção hídrica continua favorecendo a implantação do projeto em uma determinada área

A concepção hídrica foi fortalecida pela legislação referente a compensações financeiras, uma vez que esta considera que os municípios a serem compensados são aqueles que têm parte de seus territórios inundados. Ora, em muitas ocasiões tem ficado evidente que municípios sem qualquer área inundada podem sofrer mais severamente as conseqüências da implantação de uma hidrelétrica que municípios com áreas tomadas pelas águas do reservatório, mas isso não é contemplado pela legislação, em virtude da *concepção hídrica*. Na prática, a conseqüência da concepção hídrica tem sido a sistemática omissão diante dos efeitos do empreendimento na vida de populações não atingidas pelas águas, efeitos que podem ser, e em muitos casos têm sido, dramáticos. Na verdade, a concepção hídrica não é senão uma reformulação da concepção territorial-patrimonialista, uma vez que continua prevalecendo a estratégia exclusiva de assumir o domínio da área a ser ocupada pelo projeto, e não a responsabilidade social e ambiental do empreendedor. (VAINER, 2008, p.42, grifos do autor).

Na concepção hídrica, o impacto reconhecido é o impacto econômico, assim ignora-se os efeitos do empreendimento na vida de populações não atingidas pelas águas. Durante uma entrevista¹⁸ um morador da comunidade Olhos d'Água, município de Catalão (GO) (localizada nas proximidades da Hidrelétrica Serra do Facão), deu o seguinte depoimento:

Alguns dos pequenos proprietários obrigados a sair das terras compraram casa na cidade. Lá, na periferia, ficaram expostos a toda sorte de novidades. Minha antiga vizinha desapropriada mudou pra Catalão, e agora os netos agridem ela para obterem meios de comprar drogas. Mora em casa boa na cidade, mas sofre. Enquanto morava na roça tinha os compadres, os vizinhos, as rezas. A barragem desmonta tudo. Com efeito, já não se percebe com facilidade as práticas antigas nem os mesmos usos da terra. Há muitas

¹⁸ Entrevista concedida durante trabalho de campo da disciplina Geografia e Ordenamento do Território, ministrada pelo Professor Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.

casas para finais de semana na beira do lago, mas que ficam a maior parte do tempo vazias, sozinhas, sem vida. Mataram o São Marcos. Tem gente que acha bonito, pára, tira retrato; eu não. É um deserto de água! Não tem bicho, não tem árvore, é muito triste... (o narrador chora!) O São Marcos não é mais o que era, a gente não é dono de nada mais. Mudou tudo. Eles falam que é o progresso, mas progresso pra quem? (depoimento recolhido no dia 30 de outubro de 2010).

Percebemos pelo depoimento os efeitos sociais trazidos pela barragem as populações circunvizinhas ao lago. As pequenas propriedades familiares, além das dificuldades pertinentes à atividade, enfrentam constantemente o assédio provocado pela concentração fundiária e a implantação de usinas hidrelétricas.

Segundo Mesquita (2009), a história brasileira mostra que o campesinato não é uma classe destinada ao desaparecimento, pelo contrário, mostra que há capacidade do camponês de reexistir, apesar da pressão do capital como nos movimentos de Trombas e Formoso, Contestado, Canudos e, atualmente podemos usar como exemplos o MCP (Movimento Camponês Popular), o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e tanto outros que lutam pelo acesso e permanência na terra de trabalho.

São as evidências de que o campesinato brasileiro existe porque resiste. Se os camponeses sempre enfrentaram o latifúndio, hoje ainda precisam lutar contra os conglomerados econômicos que se apropriam dos rios. As hidrelétricas consistem em novas mazelas, que ao se juntarem aos latifúndios, expropriam veementemente o campesinato.

Vainer (2008) fala, ainda, do conceito de atingido para as agências multilaterais como a International Financial Corporation e Banco Mundial, ressaltando a inovação conceitual que tais órgãos trazem ao debate ao considerar o deslocamento físico e econômico das populações atingidas. Para Vainer (2008)

Em primeiro lugar, o *deslocamento físico* não se restringe ao resultante da inundação, mas inclui aquele resultante da perda de acesso a recursos produtivos. Assim, por exemplo, pescadores que perdem ou vêem reduzida a possibilidade de pescar, agricultores que deixam de ter acesso à agricultura de vazante, encontram-se na condição de *deslocados econômicos*. No caso de pequenos proprietários, às vezes suas terras não são inundadas, mas sim florestas e outros recursos comuns, onde obtêm, por exemplo, lenha ou caça. Como destaca a IFC, o empreendimento pode restringir o acesso de uma comunidade a recursos comumente assegurados como pastagens, plantas medicinais, combustível, peixes. O *deslocamento econômico* é aquele resultante da interrupção de atividades econômicas mesmo sem qualquer conotação físico-territorial. Apenas como ilustração se poderia citar também o pequeno comerciante que perde sua clientela, ou o caminhoneiro que recolhia o leite de produtores que não existem mais. (VAINER, 2008, p.43, grifos do autor).

Há que se considerar também, que o Manual International Financial Corporation fala dos efeitos dos deslocamentos nas populações e comunidades anfitriãs dos deslocados, isto é, aquelas comunidades que serão impactadas pelo reassentamento das populações deslocadas. Entretanto Vainer (2008, p. 43) critica a posição das agências multilaterais, dizendo que “não existe, em nenhum caso, qualquer definição a priori de circunscrições territoriais afetadas ou de influência, cabendo aos estudos e ao diálogo com as populações interessadas a identificação dos impactos e daqueles que são negativamente atingidos.”

Por fim, Vainer (2008) fala do “atingido comunidade” e dá destaque à inserção dos atingidos na comunidade onde residem, formando uma rede de sociabilidade. Segundo o autor as famílias que não se encontram na Área Diretamente Afetada (ADA) deveriam ter o direito de escolher por migrarem junto com as demais famílias da comunidade para o reassentamento, no qual poderiam ser mantidos os laços comunitários existentes, todavia em diversos casos, os atingidos por empreendimentos hidrelétricos se espalham por diversos municípios, (como no caso AHE Serra do Facão), impossibilitando a continuidade da sociabilidade comunitária.

Vainer (2008) utiliza McCully (2004) para questionar as limitações da concepção hídrica, e chama a atenção para aqueles que, de uma forma ou de outra, perdem o acesso à diversos recursos.

A maioria das estatísticas sobre deslocamento incluem apenas aqueles deslocados pelo reservatório – porém, esse número é largamente ultrapassado por aqueles que são privados de sua terra e modos de vida em função de outras partes do projeto ou pelos efeitos ecológicos de longo prazo[...] Igualmente, famílias que perdem parte ou toda sua terra, mas não as suas casas, não são consideradas como ‘deslocadas’, ainda que a perda de uma pequena parcela de terra faça uma grande diferença entre subsistência e inanição. Populações que criam seu gado no vale dos rios sem um título legal de propriedade, como é o caso dos índios e camponeses na maior parte do mundo, raramente recebem compensação pela perda destas terras. Aqueles que utilizam o vale para caçar, colher frutas, vegetais e madeira têm menos chance de serem reconhecidos como atingidos. Famílias podem ainda ficar encalhadas nas novas ilhas ou penínsulas formadas pelo reservatório, tendo seu caminho de passagem para a vizinhança, escolas e mercados alagados pelo reservatório [...] Alguns dos efeitos sociais de longo prazo mais graves são sentidos pelas populações que vivem a jusante da barragem (MCCULLY, 2004 apud VAINER, 2008, p. 67 grifo dos autores).

No dia 26 de outubro de 2010, foi publicado no Diário Oficial da União o decreto nº 7.342 em que fica instituído o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia

hidrelétrica. É criado o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, estabelecendo que,

Art. 1º Fica instituído o cadastro socioeconômico, como instrumento de identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica.

Parágrafo único. Deverá ser assegurada ampla publicidade ao cadastro de que trata este Decreto.

Art. 2º O cadastro socioeconômico previsto no art. 1º deverá contemplar os integrantes de populações sujeitos aos seguintes impactos:

I - perda de propriedade ou da posse de imóvel localizado no polígono do empreendimento;

II - perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel que faça limite com o polígono do empreendimento e por ele tenha sido parcialmente atingido;

III - perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;

IV - perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento;

V - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento;

VI - inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros localizados nas áreas do polígono do empreendimento, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações; e

VII - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações. (Diário Oficial da União, Decreto nº 7.342).

Ao analisar o decreto, nota-se que o mesmo se centra em regulamentar os efeitos econômicos advindos de empreendimentos hidrelétricos, entretanto nos cabe mencionar a incorporação dos termos: *montante*, *jusante* e *modo de vida*. Para Vainer (2008, p.58) “seria difícil exagerar a importância desse tipo de posicionamento, no momento em que as empresas do setor elétrico insistem em dar sobrevida às concepções territorial-patrimonialista e hídrica”.

Considerando o debate apresentado, a seguir analisa-se o município de Davinópolis após o término das obras da hidrelétrica Serra do Facão.

4.2 Os atingidos diretamente pela barragem Serra do Facão, moradores do município de Davinópolis (GO)

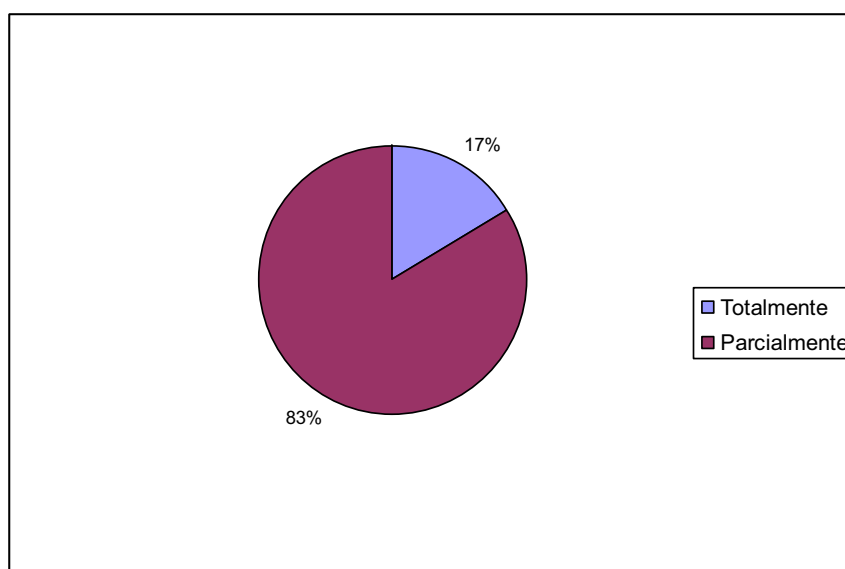
Para compreender a realidade dos atingidos pelo AHE Serra do Facão, no município de Davinópolis, propus-me realizar um trabalho de campo. O fato de conhecer quase todos moradores, e ter relações de parentesco com alguns deles, facilitou o processo,

posto que percebi certa confiança e, também, a vontade de serem ouvidos e exporem suas queixas, principalmente, no tocante aos baixos preços recebidos nas indenizações.

Ao todo foram efetuadas 51 entrevistas com autoridades, funcionários públicos e com a população diretamente ou indiretamente atingida. Foram entrevistados: a) o prefeito municipal de Davinópolis, b) a Agente Comunitária de Saúde, c) vinte e oito pessoas residentes na área Urbana de Davinópolis (GO), d) o ex - prefeito (eleito sucessivamente 2000-2004/2005-2008), e) o Secretário Municipal de Saúde; f) a Secretária Municipal de Educação, g) e três ex-funcionários da SEFAC nascidos em Davinópolis, h) quinze pessoas atingidas diretamente pelo AHE Serra do Facão, sendo doze proprietários e três empregados, todos pertencentes à Comunidade São João da Cruz ¹⁹

Foi realizada uma pesquisa semelhante durante meu Trabalho Final de Curso em 2009, embora tenham se passado dois anos, a maioria dos dados obtidos na presente pesquisa são semelhantes aos dados da pesquisa do TCC.. De acordo com a pesquisa feita durante a elaboração da dissertação dentre os proprietários atingidos, 10 pessoas declararam que suas terras foram parcialmente alagadas, alguns reclamaram que as áreas restantes ficaram ilhadas ou tiveram acesso dificultado, outros pretendem criar áreas de lazer e pontos de comércio a fim de atender à possível demanda turística em volta do lago. Três atingidos tiveram as terras totalmente alagadas. Ver gráfico 04:

Gráfico 04: Área da propriedade atingida pelo AHE Serra do Facão na Comunidade São João da Cruz.

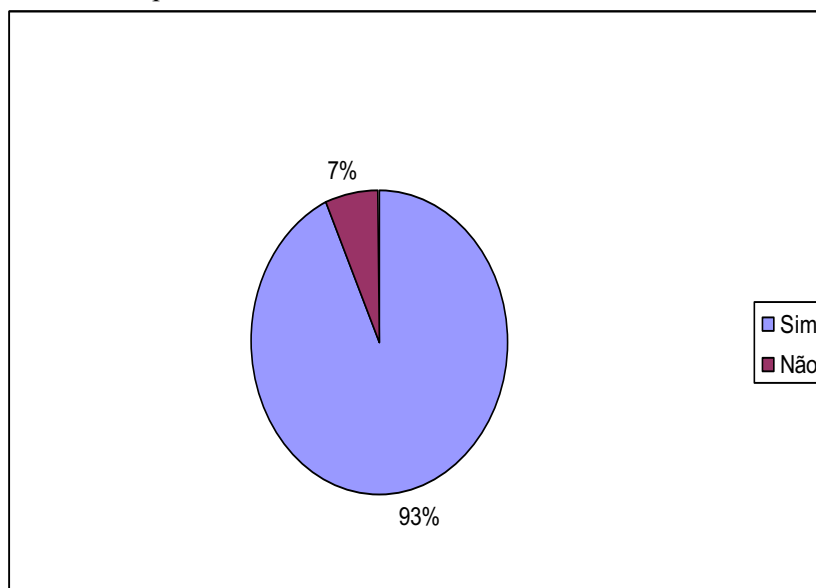


Fonte: Pesquisa de campo. Org.: Reinaldo, H.C. (2011).

¹⁹ Única Comunidade no município de Davinópolis diretamente atingida pelo AHE Serra do Facão, portanto os proprietários diretamente atingidos pertencem a essa comunidade.

O gráfico 05 mostra a porcentagem de atingidos que já receberam as indenizações. Pode-se perceber que 93% dos entrevistados já foram indenizados, porém todos questionam os valores pagos.

Gráfico 05: Atingidos da Comunidade São João da Cruz que foram indenizados pela AHE Serra do Facão - 2011.



Fonte: pesquisa de campo Org.: Reinaldo, H.C. (2011).

Um morador disse:

[...] eu sou um dos primeiros atingidos dessa barragem, pois fui desapropriado logo depois da implantação do canteiro de obras, minha propriedade ficava muito próxima do local, eu não podia fazer nada lá por questão de segurança, então pagaram pra mim o preço que eles *queria*, fiquei apreensivo e entreguei as minhas terras que era tudo de *primera* a "preço de banana". (atingido AHE Serra do Facão, entrevista realizada no dia 23 de outubro de 2011).

Cerca de 7% dos entrevistados ainda não haviam recebido indenização até a data da entrevista, estes pleiteiam, junto a empresa SEFAC/SA, o pagamento de terras onde foram construídas as estradas de acesso ao canteiro de obras. Eles não aceitaram as propostas que haviam sido feitas, pois consideravam os valores absurdamente baixos, estas pessoas colocaram a disputa em questão no poder judiciário e ainda aguardam pagamento, ou seja, estão na mesma situação de 2009.

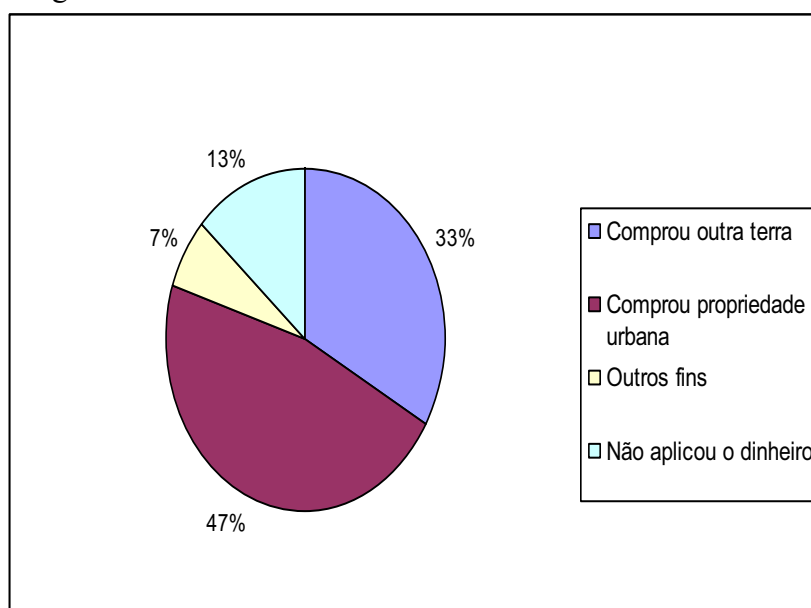
Para os já indenizados, foi questionado a respeito da aplicação do dinheiro recebido, o resultado desta pesquisa foi:

- 33% compraram outra terra, alegando que as novas propriedades, na maioria das vezes, são menores que as anteriores, isto se explica pela especulação imobiliária na

região, surgida com a implantação da Serra do Facão/ S.A.

- Os empregados indenizados, que compraram terra, justificaram a escolha dizendo que esta foi uma oportunidade de terem o seu próprio pedaço de chão;
- 47% adquiriram propriedades urbanas, alguns disseram que optaram por esta alternativa por não terem conseguido comprar novas propriedades compatíveis com as anteriores, outros fizeram tal investimento devido a valorização crescente dos imóveis urbanos, grande parte destes imóveis estão na cidade de Catalão;
- 7% empregaram a indenização em fins diversos;
- 13% dos indenizados disseram que ainda não empregaram o dinheiro e estão a procura da melhor forma de investi-lo. Veja o gráfico 06:

Gráfico 06: Como foi aplicada a indenização recebida pelos atingidos da comunidade São João da Cruz - 2011.



Fonte: pesquisa de campo Org.: Reinaldo, H.C. (2011).

Durante os meses que antecederam o início do enchimento do lago do AHE Serra do Facão, diversos proprietários retiraram materiais aproveitáveis, especialmente madeira (cercas, porteiras, currais, etc.) das áreas que seriam alagadas. Segundo eles, este trabalho foi realizado com o intuito de amenizar os prejuízos causados pela desapropriação (foto 27). Os moradores também procuraram aproveitar ao máximo o material (telhas, madeiramento, tijolos, etc.) das casas demolidas.

Foto 27: Aproveitamento de infraestrutura da região alagada – out/2009.



Fonte: Pesquisa de campo. Autora REINALDO, H. C. (2009).

Quando os atingidos foram questionados a respeito das modificações ocorridas no cotidiano das famílias com a implantação do canteiro de obras, vários responderam que a vida deles mudou totalmente. Alguns reclamaram do prostíbulo instalado na comunidade, pois o reconhecem como algo maléfico que interfere nos padrões morais das famílias do local. Ver foto 28:

Foto 28: Prostíbulo instalado próximo ao canteiro de obras do AHE Serra do Facão, na comunidade São João da Cruz - out /2009.



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H.C. (2009).

Outros moradores da Comunidade reclamaram do barulho das máquinas e bombas usadas para a extração de pedras no local, visto que algumas casas se localizam a menos de um quilômetro dessa área.

Foto 29: Extração de pedras, próximo ao canteiro de obras do AHE Serra do Facão, na comunidade São João da Cruz - out /2009.



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H.C. (2009).

Em depoimento, uma moradora local diz:

Vou te falar um negócio, as bomba lá na pedrera era triste, num tinha hora pra soltá não, era de manhã, de tarde e até de madrugada, era cada bomba de chegar tremer o chão, na minha casa chegô a aparecer rachadura, era desse jeito, aí graças a Deus acabô aquele fuzuê, mas mesmo assim voltá do jeito que era, acho que não volta mais não. (trabalho de campo, maio de 2011).

Entre as reclamações, também se constatam: proliferação de insetos, barulho, insegurança e, principalmente, o aparecimento de animais peçonhentos (cobras, aranhas e escorpiões). Na Comunidade São João da Cruz, 13 atingidos tiveram as terras parcialmente alagadas e continuaram com a residência no mesmo local. Com a formação do lago, as residências ficaram muito próximas à água, uma das grandes complicações desse processo foi o aumento de insetos, já que diversas espécies usam o espelho d'água para se reproduzirem. Nas respostas dadas, cerca de 46% dos entrevistados ressaltam esse problema.

A vista aqui fico bonita, o lago tá logo ali, isso a gente num pode negá, mais por outro lado, tudo o que num presta apareceu depois dessa barragem, só de Cascavel eu já matei uns dez, mosquito então nem fala, quando é de tarde a gente vê é nuvem de mosquito. (trabalho de campo, maio de 2011).

Outro morador reclama:

Eu moro aqui há mais de vinte anos, eu saía e deixava as portas abertas, se fosse preciso minha esposa dormia sozinha, era sossego porque todo mundo era conhecido, mas depois que começou a obra parece que eu tava vivendo em uma cidade grande, um barulhão, acabou o sossego, agora o movimento diminuiu o barulho parou, mas ninguém aguenta os mosquitos, então a gente vê que a obra terminou mas as consequências não, né!?

(trabalho de campo, maio de 2011).

A fala do entrevistado é pertinente ao atentar que os efeitos da construção de um empreendimento hidrelétrico continuam existindo mesmo com o término da obra. As fotos 30 e 31 mostram a comunidade São João da Cruz após o término do AHE Serra do Facão.

Foto 30: Área do lago da hidrelétrica Serra do Facão, na comunidade São João da Cruz - out/2011.



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H.C. (2011).

A foto 30 mostra a área do lago da hidrelétrica Serra do Facão, na comunidade São João da Cruz. Devido ao reduzido índice pluviométrico as águas baixaram e deixaram a vegetação degenerada à mostra.

Foto 31: Enchimento do lago do AHE Serra do Facão, na comunidade São João da Cruz – maio (2011).

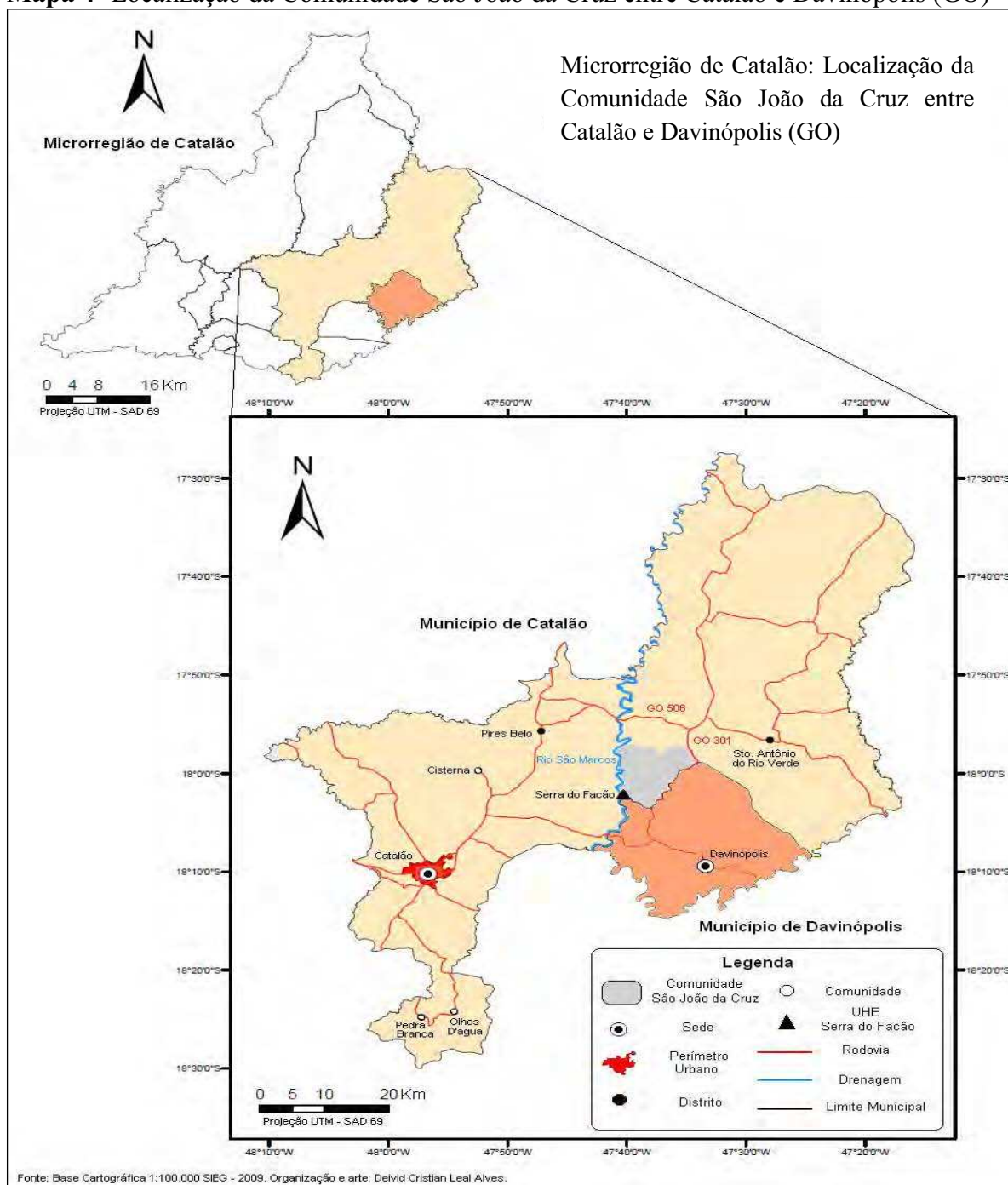


Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H.C. (2011)

A foto 31 mostra o lago do AHE Serra do Facão parcialmente cheio, a existência da barragem represando o rio e formando o reservatório faz parte da natureza do projeto. Qualquer hidrelétrica, por menor que seja sempre irá alagar uma significativa quantidade de terra. No entanto, existem consequências que decorrem do modo como as empresas constroem esses empreendimentos, se a área inundada não foi desmatada (como se vê na foto 31), a água certamente ficará mais poluída.

Concomitantemente ao conflito com a população atingida, a construção da Usina Hidrelétrica Serra do Facão traz à tona dúvidas acerca da localização do limite entre os municípios de Catalão e Davinópolis à margem esquerda do rio São Marcos (local onde está localizada a Comunidade São João da Cruz (mapa 4), o que implica na distribuição dos *royalties* de área inundada e no recebimento de imposto - ICMS - pelo município no qual está assentado o sistema gerador.

Mapa 4- Localização da Comunidade São João da Cruz entre Catalão e Davinópolis (GO)



Fonte: Sistema Estadual de Estatística e de Informações Geográficas de Goiás (2009).

Pelo mapa 4 percebe-se que a comunidade São João da Cruz está à esquerda do rio São Marcos, bem como está junto ao dique da hidrelétrica Serra do Facão. Como mencionei na introdução, o litígio foi abordado durante o Trabalho de Conclusão de Curso que fiz em 2009, todavia o litígio ainda não foi resolvido e aparece como um dos efeitos do

barramento do Rio São Marcos, então considero pertinente retornar ainda que brevemente essa discussão.

4.3 O processo de litígio, por limites municipais, desencadeado pela hidrelétrica Serra do Facão

O conflito de interesses se configura a partir da redação e interpretação da Lei nº 8111, de 14 de maio de 1976, criada sob a fundamentação da necessidade de delimitar o município,

começa na barra do Córrego Buruti Grande, no rio Paranaíba; sobe por este córrego até a sua cabeceira; daí segue em rumo certo a estrada boiadeira que vai pra Santo Antônio do Rio Verde; segue por esta estrada até a cabeceira do Córrego Pouso Alegre, na serra do Córrego Grande; daí segue por esta serra até o ponto mais próximo do Rio São Bento, ponto confrontante com o Morro Escôncio; daí segue em rumo certo, atravessando o Rio São Bento até o referido morro; daí segue pelo espigão de águas vertentes da margem esquerda do Córrego São João da Cruz de Baixo, até o ponto confrontante com o Rio São Marcos; daí segue em rumo certo no referido rio; desce por este rio até a barra do Córrego Fundo. (Lei Estadual n.º 8111, de 14 de maio de 1976).

A Lei n.º 8111, de 14 de maio de 76, coloca pontos confusos de delimitação, por exemplo: "... na serra do Córrego Grande; daí segue por esta serra até o ponto mais próximo do Rio São Bento, ponto confrontante com o Morro Escôncio; daí segue em rumo certo, atravessando o Rio São Bento até o referido morro; daí segue pelo espigão de águas vertentes da margem esquerda do Córrego São João da Cruz de Baixo, até o ponto confrontante com o Rio São Marcos; daí segue em rumo certo no referido rio; desce por este rio até a barra do Córrego” Fundo. Indagações: será *no* ou *ao* rio? Rumo certo em que sentido? Pela vertente ou não?

Esta Lei gerou diversos problemas, pois sua redação redundante e com palavras supérfluas, tenta delimitar o município, tal tarefa foi feita, mas com sérios problemas causados a Davinópolis. Por ter sido feito por pessoas que desconheciam a realidade, resolvendo um problema (definição dos limites) e criando outros, posto que a delimitação equivocada tirou do município davinopolino uma porção territorial que, desde a sua emancipação, é assistida e mantida como sendo propriedades registradas em Davinópolis e historicamente pertencentes a este município.

Pode-se exemplificar esta realidade com a ponte sobre o ribeirão São João da Cruz (observe a foto 32), construída na administração de Osmar Rodovalho, ex-prefeito do município de Davinópolis, a obra foi concluída em Junho de 1981 e liga diversas

propriedades locais à GO-301. Porém, de acordo com a Lei nº 8111, de 14 de maio de 1976, este local (lado esquerdo e direito) pertenceria ao município de Catalão.

Foto 32: Ponte sobre o ribeirão São João da Cruz - out/ 2009.



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo, H.C.(2009).

A foto 33 mostra a entrada da propriedade do senhor Edmundo Martins Borges, área que segundo a Lei Estadual n.º 8111, de 14 de maio de 1976, pertence ao município de Catalão, porém estas terras são escrituradas no cartório de Davinópolis, com registro no livro 2 - RG, às fls. 182 vº, em 29/04/97 e 20/08/01. De acordo com o proprietário, todos os impostos sempre foram pagos no município davinopolino e, como a maioria dos moradores da comunidade, ele não tinha consciência da demarcação feita em 1976.

A administração pública de Catalão (GO), só veio averiguar o caso da limitação municipal em 2002 por conta da possibilidade de receberem os royalties da Hidrelétrica Serra do Facão

Foto 33: Propriedade parcialmente atingida pelo AHE Serra do Facão, que segundo a Lei n.º 8111, de 14 de maio de 1976, pertence ao município de Catalão - out/ 2009.



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: REINALDO, H.C. (2009).

Se o município de Davinópolis for desprovido de sua pretensão de manter a comunidade São João da Cruz como seu território, o mesmo terá perdas econômicas, uma vez que deixará de arrecadar os impostos da referida área; e não obterá, com a implantação da barragem da Serra do Facão, os Royalties, pois as turbinas e a casa de força da hidrelétrica continuarão localizadas no município de Catalão. Sobre o assunto, o prefeito municipal de Davinópolis, Sr. Darci Rosa de Jesus, comenta:

[...] Com a divisão estabelecida em 1976, Davinópolis perde muito em área territorial, entretanto nós da atual administração pegamos uma cópia da escritura de cada um desses proprietários, onde todas são registradas no cartório de Davinópolis, montamos um processo, com um mapa da real divisa e protocolei no fórum, estamos esperando um parecer judicial, a prefeitura sempre garantiu toda a infraestrutura da região disputada, como pontes, escolas, patrolamento das estradas de acesso, e agora não teremos nenhuma arrecadação de impostos da Usina Serra do Facão, que se localiza nessa área, o dinheiro irá para Catalão, enfim essa é uma situação agravante para o nosso município. (Darci Rosa de Jesus - Prefeito Municipal. Entrevista 10/2009).

Com base no desenvolvimento econômico dos municípios envolvidos, não há que se discutir a diferença em arrecadação e poder aquisitivo do município de Catalão. A constituição federal de 1988 diz:

Art.3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; Art.18, § 4º diz: "a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma de lei". (Constituição Federal de 1988).

A Constituição Federal deixa claro que a fusão ou desmembramento de um município só deve ser feito mediante o esclarecimento e participação dos habitantes dos municípios envolvidos, no entanto, no caso Davinópolis, o limite municipal foi estabelecido sem a anuência da população e das autoridades locais, desse modo a comunidade São João da Cruz se caracteriza como uma área de conflito de interesses. Interesses estes, à revelia dos moradores da área.

Passaram-se dois anos da entrevista com o prefeito Darci Rosa de Jesus, todavia a situação atual não é diferente, o litígio continua em primeira instância. O município davinopolino ainda não recebeu nenhum tipo de compensação monetária da hidrelétrica e, como agravo, a prefeitura vem arcando com gastos referentes às adaptações de infraestrutura, demandadas pela Serra do Facão Energia S/A desde o início do canteiro de obras em 2002.

Por outro lado, sabe-se que os efeitos pós-construção da hidrelétrica Serra do Facão vão além da comunidade diretamente atingida. A partir desse momento o texto centra-se em identificar alguns desses efeitos, embora sejam difusos e não seja possível determinar a escala de duração ou intensidade dos mesmos.

4.4 Os efeitos pós-construção da hidrelétrica Serra do Facão além da perspectiva hídrica

O lago de uma hidrelétrica funciona em termos do conjunto da bacia hidrográfica, como um depósito concentrado de impurezas. O processo é ocasionado pelo regime de águas calmas do reservatório, esse fato também traz como o enchimento do reservatório com terra transportada pela água, o que encurta sua vida útil e causa mudanças no fluxo de material sólido transportado pelas águas correntes. Essas mudanças juntamente com as variações na vazão, determinadas pela operação da usina, causam modificações no leito do rio. Sevá (2006) diz,

um rio barrado não é mais um rio, é um conjunto de ecossistemas parcialmente gerenciados, esses que o povo chama de “lagos” por causa de seu aspecto, mas que são de fato açudes, reservatórios que são obrigatoriamente evaporatórios, e que são também infiltratórios. Sabemos que com as represas e barragens, trata-se de alteração quase irreversível do relevo, e das camadas da crosta, fazendo sumir a água de onde ela circulava, fazendo-a surgir onde não havia. Trata-se de rupturas e violações: a destruição dos monumentos fluviais mais maravilhosos do planeta, a acumulação primitiva de capital, fundada na expropriação dos pobres e dos nativos; a especulação e a concentração fundiária de milhares de hectares a cada represa. Por isso mesmo qualificamos os “projetos energéticos e minerais como destruição de monumentos naturais e como expressão de poderio antiecológico e antidemocrático” da parte dos investidores e das autoridades que os apóiam e acobertam. (SEVÁ, 2006, p. 22. Grifo do autor, grifo do autor).

A análise de Sevá (2006) é coerente com os acontecimentos presenciados a jusante do rio São Marcos. A foto 34 expõe o rio após o fechamento do AHE Serra do Facão.

Foto 34: Leito do rio São Marcos após o fechamento da AHE Serra do Facão - nov/2009.



Fonte: Pesquisa de campo. Autor: REINALDO. M. A. (2009).

Pela foto vê-se o leito do rio praticamente seco e, ainda, é possível perceber nas margens uma mata ciliar bem preservada, o que comprova o dito na Informação Técnica nº. 185/2004, elaborada pelos peritos da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) vinculados ao Ministério Público Federal.

Além da qualidade da água, a forma do rio modifica. Curvas surgem e desaparecem, praias deixam de existir, o conhecimento dos moradores ribeirinhos é perdido. Com a Serra do Facão, o rio São Marcos não é mais regido pelas forças da natureza que a população aprendeu a conhecer, e sim pela lógica da necessidade de geração de energia elétrica. A foto 35 mostra uma placa que chama a atenção para o risco de elevação das águas do rio.

Foto 35: Placa indicando risco de elevação rápida da água do Rio São Marcos - nov/2011.



Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Reinaldo. H. C. (2011).

Esta placa se localiza na comunidade Bacuri, município de Davinópolis (GO), embora essas terras não tenham sido alagadas, os moradores locais também se consideram atingidos, pois eles já não fazem o mesmo uso das águas do rio. Junto a essa problemática é muito comum a morte de peixes à jusante e, também, no lago da hidrelétrica, causada pela estratificação e eutrofização da água do reservatório (fotos 36 e 37).

Foto 36: Morte de peixes no rio São Marcos a jusante do AHE Serra do Facão - nov/ 2009.



Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Reinaldo. M. A. (2009).

Foto 37: Morte de peixes no lago do AHE Serra do Facão - abril/ 2010



Acervo pessoal do professor Laurindo Elias Pedrosa.

Estas imagens denunciam a falácia do discurso de que barragens são para usos

múltiplos, como se referir ao lazer e à pesca com água mau-cheirosa e sem oxigênio?

Embora algumas consequências da implantação de hidrelétricas possam ser previstas antecipadamente, os danos sócio-ambientais são imensuráveis. A seguir o trabalho analisa determinados aspectos que se revelaram na cidade de Davinópolis após o fechamento das comportas da hidrelétrica Serra do Facão.

4.5 A cidade de Davinópolis após a construção da hidrelétrica: o progresso não chegou

Mais uma vez ressalto que a expectativa da população davinopolina, das autoridades municipais e de líderes comunitários, em relação à conclusão do AHE Serra do Facão era de que a usina traria progresso e desenvolvimento para região. Segundo o discurso oficial, a energia elétrica viabilizaria a implantação de indústrias e fábricas, criando novas vagas de trabalho e melhorando a renda dos moradores. As notícias e ponderações veiculadas na mídia local e nacional embasavam esse contexto de entusiasmo. Vainer e Araújo (1992) identificam essa situação afirmando que

Depois de escolhida a localização e os grandes projetos a serem implementados, o discurso oficial vai embalar suas decisões na teoria dos pólos de desenvolvimento, na promessa de redução das desigualdades regionais, na propaganda de uma ilusória interiorização do crescimento. Quem sustenta esse discurso é o Estado. O dono da obra, geralmente o governo federal ou estadual através de suas empresas concessionárias de energia elétrica, elabora o projeto ou contratam profissionais e firmas de consultoria para este serviço. (VAINER e ARAÚJO 1992, p. 49).

A construção do AHE Serra do Facão representava, para muitos, o rompimento da relação coronelística ainda presente em Davinópolis. Mesmo antes da implantação da hidrelétrica tinha-se a noção do incremento populacional que o empreendimento traria para a sede municipal, tal efeito foi visto como benéfico na medida em que os novos moradores colocariam em discussão alguns posicionamentos arraigados na população local. Como analisamos no capítulo II, o que ocorreu na prática foi um estranhamento, sem precedentes, entre davinopolinos e imigrantes. Outro efeito percebido foi a elevação nos valores de compra e locação de imóveis, visto que, durante esse período, diversas casas foram alugadas, inclusive alguns moradores se mudaram para propriedades rurais e locaram seus imóveis urbanos. Com o término das obras em 2009, grande parte dos migrantes deixou a cidade. Uma moradora diz:

Eu tinha uma casa pra alugar e ela ficou de porta fechada muito tempo, porque a cidade é pequena, né? Pôcas pessoas aluga. Quando o povo da barragem

veio, eu aluguei na hora, foi um dinheiro extra que entrô, num posso reclamá porque eles pagô todo mês, mas a barrage acabô, o povo foi embora e eu fiquei com a casa vazia e com algumas coisa pra consertá nela, então foi um benefício bão, mas curto né? (trabalho de campo, novembro de 2011).

Por outro lado, as pessoas que já moravam em Davinópolis, antes da implantação da hidrelétrica Serra do Facão, sentiram-se prejudicados com a elevação dos valores de aluguéis:

Eu morava de inquilino, antes da barrage chegá, era um preço, mas quando ela chegô, o aluguel foi lá em cima, porque todo mundo aproveitô que ia ter muita procura de casa pra alugá e os preço subiu, vô te falá um negócio, meu aluguel subiu quase o dobro, mas agora ele caiu de novo, quem tava com casa alugada cara, agora tá com casa tudo vazia, procurando quem aluga e não acha nem pra alugá barato. (trabalho de campo, novembro de 2011).

Entrevistei também um morador que ainda está com inquilinos (ex-barrageiros) no seu imóvel:

Em questão de aluguel, eu dei sorte porque muito vizinho alugô e foi embora, eu aluguei pra uma família, eles ficô uns 5 mês e mudaram e ai eu aluguei pra outra e eles ficô aí, a barrage cabô, mais eles ficô apesar que tens uns 15 dias que a casa tá fechada, mas as coisa estão lá dentro, acho que foram visitar algum parente [...] mas eu acho que eles vão querer alguma casa da prefeitura, eu acho que se eles ficá por aqui (trabalho de campo, novembro de 2011).

Instigada pela fala do depoente, quando o mesmo comenta sobre a doação de casas, entrei em contato com o presidente da Câmara Municipal de Vereadores, o senhor Wender Dian Machado Rodrigues, acerca do assunto ele diz:

não ficaram muitas pessoas, pra falar a verdade a grande maioria deles acompanhou a empresa, mas na minha opinião a SEFAC pecou em não construir casas aqui em Davinópolis, construíram apenas uma, e ficou mais de uma família para traz, acaba que quem cuida agora é a prefeitura, geralmente são pessoas sem recursos financeiros, então não tem outra saída, a SEFAC poderia ter feito mais por Davinópolis, pelo menos se a gente ganhar o litígio, mas por enquanto Davinópolis ganhou muito pouco com a chegada da hidrelétrica (Wender Dian Rodrigues – Vereador Municipal, novembro de 2011).

Fica evidente, na fala do vereador, o desapontamento com a perspectiva da ascensão econômica de Davinópolis comentada antes da barragem, ou seja, a preocupação do Setor elétrico no Brasil centra-se em produzir energia, pouco se importando com os municípios onde as hidrelétricas se instalam.

Por outro lado, percebo que, mesmo com o fechamento das comportas da usina e

surgimento dos efeitos socioambientais, o discurso progressista continua enraizado na concepção de alguns cidadãos davinopolinos, a charge abaixo foi adaptada de uma aluna do Colégio Estadual “João Bernardes de Assunção”, município de Davinópolis (GO) e colocada no periódico *ENERGIA*, escrito pela SEFAC/SA.

Foto 38: Charge: É importante construir hidrelétricas?



Fonte: **Energia**. Gráfica e Editora Pires do Rio, 2010.

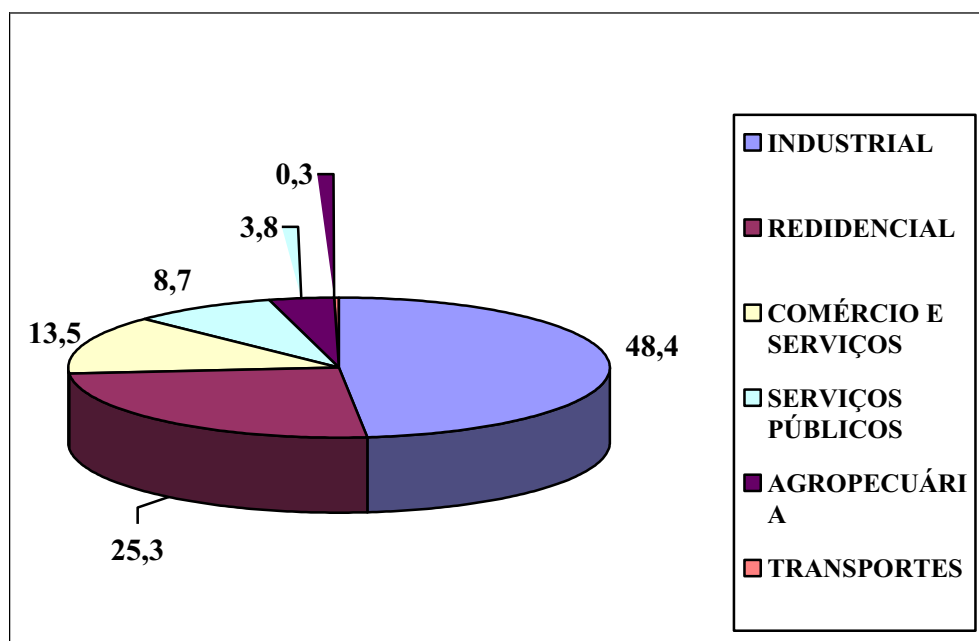
A autora escreveu a charge durante uma atividade do projeto “OFINAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAIS: protetores ambientais”, desenvolvido pela SEFAC/SA junto aos alunos do Colégio Estadual “João Bernardes de Assunção”. Pelo teor pouco reflexivo da discussão apresentada no desenho, pode-se concluir que o verdadeiro objetivo do projeto era ocultar os efeitos do AHE Serra do Facão em Davinópolis, e demais áreas atingidas, além disso, priorizar a necessidade da produção de energia elétrica é uma das principais armas utilizadas pelo Setor para justificar a construção de novas usinas. Em entrevista, um jovem de 19 anos diz:

Eu achei interessante o projeto, eles ensinava pra gente o porquê da construção de barragem, que seria para o abastecimento das casas, bem estar e desenvolvimento do Brasil, ensinava muita coisa sobre a preservação do meio ambiente, ensinava a reciclar, eles explicô a função do IBAMA, e também falô das leis ambientais, então eu aprendi muita coisa e valeu ter participado (trabalho de campo, novembro de 2011)

Pela declaração dada durante a entrevista se percebe a discussão enviesada que os projetos de Programas de Educação Ambiental, patrocinados por empresas barrajeiras, desenvolvem. Mas a pergunta é: Será mesmo que a hidrelétrica Serra do Facão está produzindo energia para iluminar as casas e estabelecimentos, e, fazendo funcionar os microfones (como se vê na charge) de Davinópolis e de outros municípios atingidos?

Os megawatts gerados pela hidrelétrica Serra do Facão estão sendo levados por uma linha de transmissão de 32,5 Km (www.sefac.com.br) até a subestação da Companhia Elétrica de Goiás (CELG), no município de Catalão, onde são incorporados ao Sistema Interligado Nacional. Através desse sistema, a energia se torna uma mercadoria que pode ser produzida em uma região do país e consumida em qualquer outra. Em relação ao consumo de energia, dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) mostram que aproximadamente 50% de toda a energia produzida no país é consumida no setor industrial. (gráfico 7):

Gráfico 07: Consumo de energia por categoria no Brasil - 2011.



Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) Org.: Reinaldo, H.C.(2011).

A demanda por eletricidade deve ser analisada dentro de um modelo econômico exportador, enquanto o ônus da construção de barragens tem recaído sobre a população diretamente e indiretamente atingida, o Setor Elétrico fornece grande parte da energia produzida de forma subsidiada às indústrias eletrointensivas. Contrariamente, a população brasileira paga taxas exorbitantes pelo consumo de eletricidade e geralmente são incentivados

“a economizar, para não faltar”, como aconteceu na crise energética de 2001. Mendonça (2004), ao falar a respeito da produção e distribuição de energia, diz:

A energia elétrica gerada no Brasil aumentou significativamente, mas, é distribuída de forma muito desigual. Em sua maioria está destinada as indústrias e para os consumidores residenciais que podem pagar. Ainda é grande o número de famílias que não podem pagar e/ou porque residem em lugares onde não há infra-estrutura para a distribuição de energia. Existem atualmente, mais de 20 milhões de brasileiros sem energia elétrica, o que denuncia o caráter concentrador e excludente do modelo energético brasileiro. Assim a expansão de bens de consumo modernos que garantem ações corriqueiras da vida cotidiana, como ter lâmpadas em casa, televisão, geladeira, ferro elétrico, chuveiro elétrico, não fazem parte do cotidiano de milhares de famílias pelo o país afora, caracterizando uma exclusão do consumo que, aliás, faz parte do acordo firmado com o FMI- Fundo Monetário Internacional - para formação de divisas superávits primários que garante o pagamento da dívida externa e o nome do Brasil fora de SPC- Serviço de Proteção ao Crédito Internacional. (MENDONÇA, 2004. p.382-383).

Entretanto, a lógica capitalista da produção de energia, comentada por Mendonça (2004), não foi esclarecida à população davinopolina nem antes, nem durante e nem após a construção da hidrelétrica Serra do Facão. Embora os efeitos apareçam e a promessa de progresso não seja alcançada, parte dos moradores persistem em reproduzir o discurso desenvolvimentista gerado em torno da implantação de hidrelétricas. Um entrevistado diz:

Construí barrage é necessidade, assim no meu modo de pensá é preciso, porque todo mundo que vê o progresso, mais barragé, mais energia e mais emprego, é o que precisa pro Brasil ir pra frente, agora toda moeda tem seus dois lado, barragé pode prejudicá o meio ambiente, ainda eu penso que é precisa sim. (trabalho de campo, novembro de 2011),

Percebemos, pela declaração acima, que o morador continua atrelado ao discurso desenvolvimentista construído pelo Setor elétrico e propagado pelos recursos midiáticos.

Outro morador relaciona a construção de hidrelétricas ao o crescimento econômico do Brasil:

Eu acho que barrage é para o país crescer, eu falo desse jeito, mas eu não tenho terra lá, né? Embaixo d'agua, então eu também não posso falar que é bão, mas acho que é importante, infelizmente até achá outro jeito de fazê energia as barrage vai aumentá. (trabalho de campo, novembro de 2011).

A instalação de hidrelétricas deve ser visto “como um processo social, resultante de iniciativas complexas e multidimensionais, que compreendem aspectos econômicos,

técnicos, políticos, socioculturais e ecológicos” (SANTOS e NACKE, 2001, p.73). Nessa perspectiva, a ciência geográfica encontra um campo de atuação, tendo como possibilidade analisar a conjuntura espacial dos empreendimentos hidrelétricos e, conseqüentemente, desmitificar o caráter progressista criado em torno deles.

No entanto, no caso do Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão, foram criados “rachas” de opiniões até mesmo no meio acadêmico, a situação tem como palco principal o próprio curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. A questão se inicia em 2002 quando alguns professores criaram o Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CAC), com o objetivo de acompanhar o processo de implantação do AHE Serra do Facão e a trajetória de lutas dos moradores do vale do Rio São Marcos. Com o crescimento do grupo e o aumento na demanda de pesquisas, cria-se o Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM), no qual professores e alunos vinculados possuem diversas trabalhos que dialogam com movimentos sociais e as questões referentes à reestruturação produtiva do capital e às mutações no mundo do trabalho.

Entretanto em 2009 o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sócio-Ambientais (NEPSA/CAC), consolidado anteriormente em uma perspectiva política dotado de condições de analisar criticamente o Setor Elétrico Brasileiro, passa a desenvolver contraditoriamente o projeto intitulado “Monitoramento da qualidade de vida da população remanejada pela formação do reservatório da UHE Serra do Facão”, projeto esse financiado pela própria Serra do Facão Energia /SA, empresa construtora da barragem. Cabe-nos lembrar um outro projeto antes desenvolvido pela SEFAC/SA, chamado “OFINAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAIS: protetores ambientais” junto aos alunos do Colégio Estadual João Bernardes de Assunção, percebemos que os dois projetos possuem na verdade o mesmo objetivo que se centra em justificar a implantação da hidrelétrica Serra do Facão e encobrir seus efeitos. Por outro lado o próprio título do projeto desenvolvido pelo NEPSA quando faz uso do termo famílias remanejadas está na verdade ocultando a profundidade da problemática, pois antes de serem remanejadas, tais famílias foram atingidas, expropriadas e violentamente desterritorializadas

Enfim, interpretar os efeitos da usina hidrelétrica Serra do Facão sobre Davinópolis me exigiu cuidado e ousadia. Cuidado para que a sedução dos discursos desenvolvimentistas não viessem substituir a realidade perceptível nos trabalhos de campo e no cotidiano da população, e ousadia para afirmar que os efeitos provocados pela construção de hidrelétricas já são velhos conhecidos por aqueles que, antes da obra, banalizam as

consequências desse tipo de empreendimento. Enquanto isso, os efeitos da hidrelétrica Serra do Facão se perpetuam em Davinópolis, abrindo possibilidades para novas investigações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De tudo ficaram três coisas:

A certeza de que estamos sempre começando...

A certeza de que é preciso continuar...

A certeza de que fomos interrompidos antes de terminar...

Portanto devemos

Fazer da interrupção um caminho novo...

Da queda, um passo de dança...

Do medo, uma escada...

Do sonho, uma ponte

Da procura, um encontro

(Fernando Sabino)

Concordo com as três certezas de Fernando Sabino. Nesse sentido, ao pesquisar o município de Davinópolis (GO), aprendi um pouco mais sobre a minha terra e, por conseguinte, um pouco mais de mim, fato que me oferece uma quarta certeza: as recompensas de ter desenvolvido este trabalho ultrapassaram a titulação acadêmica que através dele poderei receber.

Saber da dinâmica socioespacial de Davinópolis, em tempos remotos, foi também descobrir como viveram meus familiares paternos, há anos residentes na região, e, como já disse, por onde quer que eu tenha iniciado uma entrevista a respeito da história do município, sempre encontrei respostas que começavam com “um tempo antigo” e “dias de hoje”. As repostas vinham sempre marcadas, também, por explicações de modos de relacionamentos passados e atuais entre os moradores. Onde é que tudo isso vai parar? Eis uma pergunta que fazem com frequência quando terminam uma descrição pessoal das dificuldades atuais, advindas com o “progresso”.

O município davinopolino ou Fazenda da Barra, como era conhecido, se caracterizava como uma área latifundiária pertencente à família David, os quais mantinham um amplo contingente de agregados. Durante o texto aparece a seguinte afirmação de um depoente: *mas antigamente tinha agregado por aqui* [se referindo a Davinópolis], *acho que a*

maioria do povo era agregado. As propriedades em torno eram pequenas e geralmente pertenciam à famílias camponesas. Predominava na região a agricultura baseada no trabalho familiar e a pecuária extensiva.

A construção da Escola Isolada “Fazenda da Barra”, no final da década de 1950, a formação do povoado e a emancipação de Davinópolis em 1963 não foram suficientes para desfazer o coronelismo ainda presente. Daí a Hidrelétrica Serra do Facão, foi para o imaginário da população local, a grande redentora, ou seja, o empreendimento seria responsável por trazer ao município desenvolvimento e ascensão econômica. O início das obras em 2002 foi celebrado pela maioria dos davinopolinos. Os detentores do poder acreditaram que seriam fortalecidos na esteira da hidrelétrica, por outro lado os opositores viam uma possibilidade de mudanças políticas com a chegada de algo novo.

Ao final de contas parece que todos se frustram pois os efeitos não tardaram a surgir: não foram ofertadas vagas de emprego como se esperava; os impostos da obra não foram pagos, devido ao processo de litígio da Comunidade São João da Cruz; os trabalhadores migrantes (conhecidos como barrageiros) abarrotaram os serviços públicos, que já eram precários para atender a população local, conseqüentemente surgiram choques culturais entre antigos e novos moradores; aumento dos preços de bens e serviços; expropriação de pequenos e médios proprietários; desorganização do mercado de terras e imóveis; alagamento de propriedades; desequilíbrio ambiental, etc.

A partir desses efeitos percebidos em Davinópolis, pude identificar algumas falácias, muito comuns, que são difundidas pela mídia e “empreendedores”, e facilmente internalizadas pelos agentes sociais e formadores de opinião e população em geral. Por exemplo, existe a idéia de que os empreendimentos hidrelétricos geram postos de trabalho. No entanto a maioria dos trabalhadores barrageiros são migrantes, que geralmente acompanham o deslocamento do grupo empresarial responsável pela obra.

No caso da hidrelétrica Serra do Facão os poucos empregos oferecidos aos davinopolinos foram temporários e com salários precários. Em contrapartida os trabalhadores que prestavam serviços nas áreas alagadas perderam o trabalho definitivamente. Diversos “atingidos – proprietários” da região praticavam a agricultura para consumo próprio e geralmente comercializavam os excedentes, com a desapropriação deixaram a condição de produtores e se transformaram em consumidores desempregados.

Outro discurso questionável é quando se diz que o lago de um empreendimento hidrelétrico serve para uso múltiplo, pois através dele pode - se criar áreas de lazer, irrigação, etc. Na realidade existem leis que restringem o uso da água do reservatório sob a justificativa

que a utilização de tal recurso coloca em risco o bom funcionamento da usina. Ainda há que se considerar que a estratificação e eutrofização da água represada impedem seu aproveitamento para usos domésticos ou irrigação. No caso da AHE Serra do Facão, toneladas de peixes morreram, diversas nascentes foram afogadas e o uso d'água do rio São Marcos a jusante da hidrelétrica está seriamente comprometido.

Também é dito, que alguns devem se sacrificar para o bem de todos, pois a construção de barragens para a geração de energia elétrica é uma utilidade pública. Mediante a uma política de compensação social tenta-se esconder a real dimensão da problemática, pois no contexto de privatização atual, a energia, antes um bem público, tornou-se mercadoria cujo acesso é dado segundo as lógicas do mercado. Ao mesmo tempo que se constroem inúmeros aproveitamentos hidrelétricos no país, milhões de brasileiros continuam às escuras.

Fala-se ainda que hidrelétricas são consideradas fontes de energia renovável, entretanto as barragens possuem vida útil delimitada, com o passar dos anos, o lago não será mais usado para a geração de energia. Há que se considerar também que área inundada fica permanentemente comprometida, o que impossibilita seu uso para outros fins, causando, dessa forma, problemas sociais e ambientais irreversíveis.

Outro ponto a ser questionado é a afirmação de que PCH's são uma alternativa ambientalmente viável em relação às grandes barragens. Na maioria dos casos os empreendedores tem usado essa modalidade para aumentarem os lucros, e ainda mantém um discurso de socialmente responsáveis. No entanto o efeito cumulativo de dezenas de pequenas hidrelétricas na mesma bacia hidrográfica pode trazer conseqüências desastrosas, há que se considerar também que as PCH's estrangulam o curso dos rios. Vimos no mapa 03 desse trabalho que somente na região sudeste de Goiás há três PCH's em fase de operação e vinte e sete projetos em fase de inventariado.

Também é comum que os recursos midiáticos propaguem a noção de que o Brasil precisa de novas hidrelétricas para enfrentar as crises energéticas no futuro. A última crise energética no Brasil, em 2001, serviu para justificar a necessidade de construção de novas barragens, tornando o país cada vez mais dependente da energia de fonte hidráulica. Os órgãos ambientais passam a liberar diversas concessões baseadas em precários Estudos de Impacto Ambiental /Relatório Impacto Ambiental – EIA-RIMA, que consideram os empreendimentos isoladamente, como se não houvesse efeitos em toda bacia atingida.

Por outro lado, existem várias propostas para a diversificação da matriz energética baseadas na energia eólica, solar e da biomassa, etc., entretanto é preciso maiores

investimentos em pesquisa, no desenvolvimento e na implantação a partir de um planejamento complementar, considerando as possibilidades de cada região.

Para justificar a falta de investimentos em fontes alternativas o poder público juntamente com a iniciativa privada afirmam que as barragens são mais baratas em comparação com outras fontes de energia, contudo a maioria dos projetos não incorpora, os danos sociais e ambientais provocados pelos empreendimentos. As indenizações e programas diversos de mitigação e compensação desconsideram os modos de vida e padrões culturais das comunidades ameaçadas.

Ainda é necessário considerar que os custos relativamente baixos das barragens no Brasil, resulta de uma política de subsídios e financiamentos oferecidos pelo Estado que dispensam investimentos maiores por parte das empresas e tornam possíveis os empreendimentos que, em sua concepção, eram economicamente inviáveis. Dessa forma a energia elétrica “barata” produzida no país serve em primeiro lugar para atender as exigências das multinacionais eletrointensivas e não a população.

É irrefutável que o governo brasileiro necessita formular uma política energética que contemple a participação da população em seu planejamento, e que priorize as questões sociais e ambientais. Outra ação necessária é a correção das distorções existentes no Setor elétrico, para acabar com os desperdícios na transmissão, distribuição e consumo de energia, bem como com o fim dos subsídios aos grandes consumidores que, na sua grande maioria, consistem em indústrias transnacionais.

E, por fim, é preciso investir em pesquisas na busca das chamadas fontes alternativas de energia, para diversificação do setor elétrico, haja vista que essa seria uma das principais soluções a curto, médio e longo prazo. Contudo, a efetivação de uma política que contribua para a disseminação de fontes alternativas exige uma mudança cultural no Brasil, a qual deve decorrer da conscientização, informação e investimento.

No entanto, as diretrizes de ação do Setor Elétrico estão estabelecidas no Plano Nacional de Energia Elétrica 1990/2015 (vulgarmente conhecido como Plano 2015), o mesmo prevê o aproveitamento do potencial energético de todas as Bacias hidrográficas do país, através da construção de aproximadamente 500 novas barragens (ELETROBRÁS, 2011). Em síntese, a história prenuncia a reprodução pautada em desequilíbrios, entre os interesses econômicos e as consequências socioambientais. Enquanto isso, como já aconteceu em Davinópolis, diversas *moças feias* (regiões onde as hidrelétricas serão instaladas) *debruçam na janela* (esperam ansiosamente) que a *banda* passe (que as hidrelétricas sejam construídas) *cantando coisas de amor* (discursos desenvolvimentistas reproduzidos por agentes sociais), e

quando continuo a parafrasear Chico Buarque, o futuro se torna previsível: *Depois da banda passar em cada canto uma dor* (os efeitos são irreversíveis).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.
- ALVES, J. M. **Processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal: retrospectiva e análise dos problemas políticos e sociais na era da privatização.** 288 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia. Campinas, 2005.
- BARREIRA, C. C. M. A. **Vão do Paraná: a estruturação de um território regional.** 1997. 320 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- BERMANN, C. **Energia no Brasil: para quê? Para quem? Crise e Alternativas para um país sustentável.** São Paulo, Livraria da Física/FASE, 2002.
- BITOUN, J. Oportunidades e limites da gestão municipal do território: reflexões a partir do caso do Recife. In : CASTRO, I. E. et al. **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois.** Rio de Janeiro (RJ) Bertrand Brasil, 1999, p.195-207.
- BORGES, B. G. **O Despertar dos Dormentes.** Goiânia: Cegraf, 1990.
- BORGES, B. G. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960.** Goiânia: UFG, 2000.
- BRANCO, A. M (org.). **Política energética e crise de desenvolvimento.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BRANCO, C. **Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil.** São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- BRASIL - MINISTÉRIO Público Federal. **Análise do EIA/ RIMA do empreendimento AHE Serra do Facão no Rio São Marcos (GO/MG).** (185/2004 4ª CCR).
- BOLETIM INFORMATIVO Movimento dos Atingidos por Barragens da Serra do Facão nº 01, novembro de 2002.
- CACHAPUZ, P. B *et. al.* **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade, 2006.
- CARNEIRO, R. **Estado, mercado e o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro.** 2000. 400 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2000.
- CARVALHO, J. M. Privatização das empresas de eletricidade. In: BRANCO, A. M. **Política energética e crise de desenvolvimento.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CARVALHO, M. C. (org.). **Construindo o saber - Metodologia Científica: Fundamentos e Técnicas.** 2ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

CHAVES, M. R. **Descentralização da política de meio ambiente no Brasil e gestão dos recursos naturais no Cerrado goiano**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. 2009, 288f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2009.

CORSI, L. F. Política econômica e nacionalismo no estado novo. In: **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. Szmrecányi, T.; Suzigan, W. (Org). São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Edusp, 2002, 2ªEd. 299 p.

COSTA H. B. Um depoimento histórico de Catullo Branco. In: BRANCO, A. M. **Política energética e crise de desenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

COUTINHO, L. M. O conceito de Bioma. **Acta Botânica Brasílica**. v. 20 nº. 1. São Paulo. Jan./Mar. 2006. Pag. 13-26.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Revista Científica Cidades**. Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 119-146, 2004.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2.ed. rev. atual. Guaíba: Agropecuária, 1999. p. 45-46

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000. 224 p.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia. Ed. Estevam, 1998.

FERREIRA, A. P. de M.; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. O trabalho como re-existência nas áreas de Cerrado: um estudo de caso no vale do Rio São Marcos – Catalão (GO).. In: EREGEO. ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA, X, 2007, Catalão. **Anais**: Catalão: UFG/CAC/ Departamento de geografia, 2007.1CD-ROM.

FERREIRA, I. M. **O afogar das Veredas: uma análise comparativa espacial e temporal das veredas do Chapadão de Catalão (GO)**. 2003. 242 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

FIALHO MARTINS, R. D. **O setor elétrico pós-privatização: novas configurações institucionais e espaciais**. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

FONTES ORAIS: entrevistas com os atingidos pela hidrelétrica Serra do Facão no município de Davinópolis (GO), 2011.

FOSCHIERA, A. A. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. 2009.

344 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1998.

FROTA, I. O setor elétrico e seus conflitos: Os novos e os velhos desafios. In: **A difícil sustentabilidade**. Rio de Janeiro. Ed. Garamond, 2001.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo. 21ª ed. Nacional. 1986.

FURTADO, C. **O Mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GEFAC. Informativo Ano 1, Número – Abril de 2003.

GEFAC. Informativo. Ano 1, Número 2 – Maio de 2003.

GERMANI, G. I. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: ULBRA, 2003, 278 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991. 207 p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 653 p.

GOHN, M. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola. 2001.

GONÇALVES JUNIOR, D. **Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas “fontes” e o controle dos excedentes**. 2007. Tese (Doutorado em Energia) - Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Vozes, 1990.

HAESBAERT, R **O mito da desterritorialização**. São Paulo. Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HÉBETTE J.;MOREIRA E. M. **Situação Social das Áreas rurais Amazônicas**. Belém (PA) Belém, 1995.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 5ª. Ed. Prefácio de Antônio Cândido. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio. (Coleção Documentos Brasileiros). 1969.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IV LIVRO DE ATAS. Reuniões ordinárias da câmara municipal de Davinópolis (GO), ano 2008

LACOSTE, Y. Pesquisa e trabalho de campo. **Seleção de textos**. São Paulo, n. 11, p. 1-23, ago.1985.

LANDI, M. **A energia elétrica e as políticas públicas**: a experiência do setor elétrico brasileiro de 1934-2005. 2006, 219f. Tese (Doutorado em Energia) Faculdade de Economia e Administração / Instituto de Eletrotécnica e Energia / Instituto de Física. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

LAVILLE, C; D, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. 1ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340p.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho 6ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LIMA, V. B. de. **Os caminhos da urbanização/mineração em Goiás**: o estudo de Catalão - 1970/2000. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia. 2003

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2005. 108p. (Série Trilhas).

MARANGONI, A. M. C. Questionários e entrevistas - algumas considerações. In: VENTURINI, L. A. B. (Org.) **Praticando a geografia**: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2005. p. 167-174.

MARTINS, D; VANALLI, S; **Migrantes**. São Paulo: Contexto, 1994.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec. São Paulo, 1993.

MCCULLY, P **Ríos silenciados**. Ecología y política de las grandes represas. Argentina: Proteger Ediciones. 2004.

MELO, M. N. A. de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO)**: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. 527 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2008.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais em Catalão. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDONÇA, M. R. **A questão regional e o campesinato**: a alhicultura em Catalão-GO. 1998. 223f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998

MENDONÇA, M. R. **A urdidura do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, M. R. Experiências agroecológicas no Cerrado em Goiás: o cultivo de sementes crioulas como estratégia de reprodução camponesa. In: EREGEO. ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA, X, 2007, Catalão. **Anais**: Catalão: UFG/CAC/ Departamento de geografia, 2007.1CD-ROM.

MESQUITA, H. A. **Corumbiara**: o massacre dos camponeses. Rondônia, 1995. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

MESQUITA, H. A; MENDONÇA M. R.. O AGRO-HIDRO-NEGÓCIO NO CERRADO GOIANO: a construção das (re)existências. In: I Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas e **II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens, 2007, Salvador (BA)**. Anais em CD-Room do I Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas e II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens. Salvador (BA), 2007.

MESQUITA, H. A. A trajetória de incertezas da população atingida por barragens: o exemplo da barragem de Serra do Facão – rio São Marcos Sudeste de Goiás. In: X Encontro Regional de Geografia – EREGEO, 2007, Catalão (GO). Anais em CD-Rom do X Encontro Regional de Geografia: Abordagens Geográficas do Cerrado: paisagem e diversidades, 2007, 06-09 de setembro, 2007.

MESQUITA, H. A. de **A modernização da agricultura**: um caso em Catalão – Goiás. Dissertação de Mestrado, 1993, 145f. (Mestrado em História) Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MESQUITA, H. A. de. As barragens para aproveitamento hidrelétrico (AHE): a mais recente ameaça ao Bioma Cerrado. In: **Revista da UFG**: Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura. Universidade Federal de Goiás. Tema Brasil Rural. Ano VII, n. 1. Goiânia: UFG, junho de 2005 (semestral).

MESQUITA, H. A. de Espaço agrário brasileiro: exclusão e inclusão social. In: **Boletim Goiano de Geografia**. v. 28 n. 1 p. 127-142. Goiânia (GO). 2008.

MESQUITA, H. A. de Onde estão as flores, as cores, os odores, os saberes e os sabores do cerrado brasileiro? O agro/hidronegócio comeu! In: **Terra Livre**: São Paulo/SP Ano 25, V.2, n. 33 p. 17-30. 2009

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 440 f. Tese (doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2006.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo-SP: Pioneira Thomson, 2002. 152 p.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **A Organização do Movimento dos Atingidos por Barragens**. MAB. Cadernos de Formação N°. 5 s/d.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **A Crise do Modelo Energético.** Construir outro modelo é possível. Cadernos de Formação N° 6 s/d.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Uma história de lutas, desafios e conquistas.** Cadernos de formação N° 7. s/d.

NAVES J. de C. **A questionável energia do desenvolvimento:** a construção do parque gerador hidrelétrico brasileiro e a expropriação camponesa. 2010. 172f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão (GO). 2010.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MYNAYO, M. C. S. de (Org.). **Pesquisa social:** Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, A. U **Agricultura Camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo.** São Paulo: contexto. 1997.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, IEA/USP São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In **Terra Livre n° 21** AGB, 2003, p.13 a 156.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária.** 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. 184 p.

PÁDUA, E. M. **Metodologia da Pesquisa:** Abordagem teórico-prático. 6ª ed. Campinas-SP: Papyrus, 2000.

PEREIRA, D. B.; PENIDO, M. O. Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades e impossibilidades do (des)envolvimento social. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K; (org). **Desenvolvimento e conflitos socioambientais.** Belo Horizonte: UFMG. 2010.

PEREIRA, M. H. **As ONGS como mediação político-jurídica socioambiental ante o processo emancipatório das comunidades.** 319f. Tese (Doutorado em Política Social) Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Brasília.

PINHEIRO, D. C. **Reestruturação do setor elétrico no Brasil e suas conseqüências no tratamento de questões sociais e ambientais:** O Caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, GO. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Da geografia às geo-grafias:** um mundo em busca de novas territorialidades. 2003. Disponível em: <www.cibergeoagbnacional.com.br>. – Acesso em Julho de 2011.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

REBOUÇAS, L. M. **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Annablume; FAPESP, 2000.

REINALDO, H. C. **A implantação da barragem Serra do Facão - Rio São Marcos: os efeitos sobre a comunidade São João da Cruz, área pleiteada pelos municípios de Catalão e Davinópolis (GO).** 2009.72 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2009.

RODRIGUES DA SILVA, R. L. B. **Patrimônios: Espaços e lugar Estudos das vilas de Cibele e Caiçara e seus conteúdos.** São Paulo, 2008. 234f Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

RODRIGUES DA SILVA, R. L. B. **Sobre o camponês do Sertão: produção do Espaço e Identidade Camponesa em Assentamentos no Município de Goiás.** Presidente Prudente, 2003. 189f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista, 2003.

ROSA, L. P. et al. **A reforma do setor elétrico no Brasil e no mundo: uma visão crítica.** Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1998.

ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (coord.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais.** São Paulo: AIE/COPPE, Marco Zero e CNPq, 1988.

ROTHMAN, F. D. **Vidas alagadas: conflitos socioambientais licenciamento e barragens.** Viçosa: UFV, 2008.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento.** 6ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências.** 2 ed. Porto: Edições Afrontamento, 1988.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo, Hucitec. 1998.

SANTOS, M. R. **Mulheres e movimento de atingidos por barragem: participação autorizada ou autônoma.** Fonte: <http://www.extensao-rural.ufv.br>. Acesso em 25 de fevereiro de 2011.

SANTOS, R. J. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, n.21 e 22, p. 111-125, jan./dez. 1999.

SANTOS, S. C.; NACKE, A. A implantação da UHE Machadinho num cenário privatizado: um caso para a reflexão. In: REIS, M. J.; BLOEMER, N. M. S. (Org.). **Hidrelétricas e populações locais.** Florianópolis. Ed da UFSC, 2001.

SAUER, I. L. Energia elétrica no Brasil contemporâneo: a reestruturação do setor, questões e alternativas. In: BRANCO, A. M. (Org.). **Política energética e crise de desenvolvimento: a**

antevisão de Catullo Branco. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SEVÁ F. O. **A era final das grandes represas e transposições entre bacias fluviais:** assumir e aliviar os passivos existentes, restringir e cancelar projetos. Fortaleza, 2006.

SEVÁ, A. Oswaldo (org.). **Tenotã-Mô:** alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005

SILVA, J. V.; MESQUITA, H. A. AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA CONTRA A EXPROPRIAÇÃO: o caso dos atingidos pela barragem serra do facão- rio São Marcos, sudeste goiano In: I Encontro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas e II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens, 2007, Salavador (BA). **Anais em CD-Room do I Encontro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas e II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens.** Salvador (BA), 2007.

SILVA JUNIOR, V. F. da. **Construindo identidades** – Memória e Cotidiano de Migrantes Mineiros no Vale do São Patrício 1940/1950. (dissertação de mestrado) Universidade de Brasília, 2002.

SILVA, V. de P. da. **Efeitos Sócio-espaciais de Grandes Projetos em Nova Ponte – MG:** Reorganização do Espaço Urbano e Reconstrução da Vida Cotidiana. 2004. 220 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

SPOSITO, E. S. A questão do método e a crítica do conhecimento. In: _____. **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Unesp, 2004. P. 23-72.

THOMAZ JÚNIOR, A . Se camponês, se operário! limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora. In: Antonio Thomaz Júnior; Marcelo Dornelis Carvalho; Terezinha Brumatti Carvalho. (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI.** 1ª ed. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2006, v. 2, p. 130-167.

THOMAZ JÚNIOR, A . Trabalho e territórios em disputa: algumas considerações. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 327-352.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI.** (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B.. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional.** Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VAINER, C. **O conceito de Atingido:** uma revisão do debate e diretrizes. IPPUR/ UFRJ.P. 01-23. Julho de 2008.

VAINER, C. B.; NUTI, M. **A integração energética sul-americana:** subsídios para uma agenda socioambiental. Brasília: INESC, 2008.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. (org.). **A insustentável leveza da política ambiental**. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

WOORTMANN, E. **Herdeiros Parentes e Compadres**: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
CURSO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA *STRICTO SENSU*
LINHA DE PESQUISA TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS
 Pesquisa de Mestrado - Davinópolis (GO) - Ano 2011.

ANEXO A - Roteiro de entrevista com as famílias expropriadas pela Hidrelétrica Serra do Facão no município de Davinópolis (GO).

Org. REINALDO, H. C.

Nº _____

Data: ___/___/2010

1- Nome do expropriado (optativo):

Idade:

2- Situação civil:

3- Nome do cônjuge:

Nº de filhos:

Nome da comunidade onde residia:

4- Onde reside atualmente?

5- Onde morava antes?

6- Na época da implantação da hidrelétrica, quanto tempo tinha que o senhor(a) morava em sua propriedade?

7- Como foi que adquiriu suas terras?

8- Qual o (a) produzia em suas terras?

11- Onde vendia o que produzia?

12- O que o senhor não produzia em suas terras era comprado onde?

13- Como era sua vida antes da implantação da hidrelétrica. Melhorou ou não? Por quê?

14- Participaram do Movimento dos Atingidos por Barragens? Por quê?

15- Quanto a desocupação, a retirada do senhor e da sua e de sua família desta terra, como o senhor(a) percebe esse processo?

16- Alguma questão que gostaria de comentar?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
CURSO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA *STRICTO SENSU*
LINHA DE PESQUISA TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS
 Pesquisa de Mestrado - Davinópolis (GO) - Ano 2011.

ANEXO B - Roteiro de entrevista com os moradores da Área Urbana de Davinópolis (GO)

Org. REINALDO, H.C.

Nº _____

Data: ___/___/2010

1- Nome do morador (optativo):

Idade:

2- Situação civil:

3- Quanto tempo reside em Davinópolis (GO)?

4- Qual é ascendência de sua família?

5- Quando e como ouviu falar da hidrelétrica Serra do Facão?

6- Quais mudanças o Sr.(a) percebeu na cidade de Davinópolis, durante a implantação da hidrelétrica?

7- O que mudou na vida de sua família?

8- Para o Sr(a). a Implantação da Hidrelétrica Serra do Facão foi importante para o município de Davinópolis? Por quê?

9- O Sr(a). participou de alguma reunião promovida pelo empreendimento Serra do Facão S/A?

10- Alguém de sua família trabalha ou trabalhou na obra?

11- Quais eram suas perspectivas em relação ao desenvolvimento do município promovido pela construção da hidrelétrica?

12- Participou de alguma ação realizada pelo Movimento de Atingido por Barragens?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
CURSO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA *STRICTO SENSU*
LINHA DE PESQUISA TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS
 Pesquisa de Mestrado – Davinópolis (GO) - Ano 2011.

ANEXO C - Roteiro de Entrevista com o atual prefeito municipal, vereadores e outras autoridades do município de Davinópolis (GO)

Org. REINALDO, H.C.

Data: ___/___/2011

1-Nome:

2-Cargo

Mandato:

3- Qual é a situação econômica do município atualmente?

4- Quais foram as principais influências do empreendimento na economia municipal?

5- Como o poder municipal lidou com o grande número de imigrantes em relação à moradia, escola, saúde e lazer?

6- O poder municipal sempre apoiou economicamente e politicamente o empreendimento. Quais foram os argumentos para tal decisão?

7- As expectativas para o desenvolvimento econômico do município foram concretizadas?

8- O empreendimento forneceu benefícios de infraestrutura para o município?

10-A prefeitura tem arrecadado impostos e/ou Royalties da Hidrelétrica?

11- Fale sobre os efeitos da Hidrelétrica Serra do Facão sobre o município de Davinópolis percebidos pelo poder público?

12- O processo de implantação da barragem foi positivo? Apoiaria de novo, nas mesmas condições? Por quê?

13 - Alguma outra consideração?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
CURSO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA *STRICTO SENSU*
LINHA DE PESQUISA TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS
 Pesquisa de Mestrado – Davinópolis (GO) - Ano 2011

ANEXO D - Roteiro de Entrevista com o ex-prefeito (eleito sucessivamente 2000-2004/2005-2008), e ex-vereadores do município de Davinópolis (GO)

Org. REINALDO, H.C.

Nº _____

Data: ___/___/2011

1- Nome:

2- Cargo:

Mandato:

3- Como foram feitas as primeiras intermediações entre a prefeitura municipal e os empreendedores da Hidrelétrica Serra do Facão?

4-Foram firmados acordos contratuais ou outros tipos de documentos?

5-Quais eram as responsabilidades/compromissos do poder público, frente à implantação da Hidrelétrica na região?

6-Quais eram as responsabilidades/compromissos dos empreendedores?

7- A prefeitura outorgou apoios fiscais para a implantação do empreendimento?

8- Houve intermediações entre os governos: Estadual e Municipal, durante a fase de implantação da obra?

9- Tinha-se ciência dos efeitos sócio-espaciais que a implantação da Hidrelétrica traria para o município? A população foi conscientizada?

10- Foram alcançados os objetivos de desenvolvimento e progresso almejados pelo poder municipal?

11-Aporia novamente o empreendimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
CURSO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA *STRICTO SENSU*
LINHA DE PESQUISA TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS
Pesquisa de Mestrado – Davinópolis (GO) - Ano 2011

ANEXO E - Roteiro de Entrevista com funcionários da Secretaria de Saúde (Secretário Municipal de Saúde, agentes de saúde, técnicas de enfermagem) do município de Davinópolis (GO).

Org. REINALDO, H.C.

Nº _____

Data: ___/___/2011

1 Nome:

2- Cargo:

3- Quais são os procedimentos realizados atualmente na Unidade de Saúde de Davinópolis?

4- Quantos atendimentos são realizados mensalmente?

5- Quais foram as mudanças percebidas pela Secretaria Municipal de Saúde com o início das obras da Hidrelétrica Serra do Facão?

6- Houve aumento na demanda de atendimentos (consultas, exames, etc.)?

7-Foram contratados alguns profissionais (dentistas, médicos) para atenderem especificamente os funcionários da Hidrelétrica. Quem se responsabilizou com o pagamento de tais?

8- Foi doada uma ambulância pelo empreendimento Serra do Facão à Secretaria de Saúde. Este veículo é suficiente para atender a demanda?

9- Aconteceram outras doações. Quais?

10-Alguns funcionários (técnicas de enfermagem, agentes de saúde, etc.) eram periodicamente deslocados para o canteiro de obras. Tal conduta interferia no atendimento aos moradores do município?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
CURSO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA *STRICTO SENSU*
LINHA DE PESQUISA TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS
 Pesquisa de Mestrado – Davinópolis (GO) - Ano 2011

ANEXO F - Roteiro de Entrevista com professores do município de Davinópolis (GO).

Org. REINALDO, H.C.

Nº _____

Data: ___/___/2011

1. Nome:

2. Formação: () 2º grau () Licenc. curta () Licenc. plena () Pós-graduação
 Lato sensu () Mestrado

Área:

3. Atuação: () alfabetização () 2º ao 5º ano () 6º ao 9º ano () ensino Médio

Disciplina que ministra:

Escola:

4. Tempo de trabalho como professor nessa escola:

5-Quais foram as mudanças percebidas na escola com o início da construção da Hidrelétrica Serra do Facão?

6- Houve aumento no número de alunos?

7- Como você tem abordado a construção da Hidrelétrica com seus alunos?

8- O empreendimento Serra Facão S/A auxiliou financeiramente com a construção da Escola Municipal “Antônio Balbino Ferreira”. Em sua opinião esta unidade de ensino tem sido suficiente para atender a demanda?

9- Quais são os principais problemas da escola atualmente?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
CURSO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA *STRICTO SENSU*
LINHA DE PESQUISA TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS
Pesquisa de Mestrado – Davinópolis (GO) - Ano 2011

ANEXO G - Roteiro de Entrevista com alunos participantes do projeto: Oficinas de educação ambientais: protetores ambientais, desenvolvido pela SEFAC/SA no município de Davinópolis (GO).

Org. REINALDO, H.C.

Nº _____

Data: ___/___/2011

Nome:

- 1- Qual série você cursava quando o projeto foi desenvolvido?
- 2- Quais eram os assuntos discutidos durante as Oficinas do projeto?
- 3- O que você aprendeu sobre a preservação do meio ambiente ao participar do projeto?
- 4- O que você aprendeu sobre a construção de Aproveitamentos Hidrelétricos?
- 5- Em sua opinião, a construção da hidrelétrica Serra do Facão foi importante para o município de Davinópolis (GO)?
- 6- Os conhecimentos adquiridos durante a participação no projeto foram discutidos em sala de aula?
- 7- Você considera importante o desenvolvimento de projetos como esse, em outras instituições de ensino. Por quê?



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



Goiânia, 06/02/2012

PARECER CONSUBSTANCIADO REFERENTE AO PROJETO DE PESQUISA, PROTOCOLADO NESTE COMITÊ SOB O Nº: 001/12

I – Identificação

- Título do projeto: Hidrelétrica Serra do Facão no Rio São Marcos: tramas e dramas sobre Davinópolis (GO)
- Pesquisador(a) Responsável: Helen Cássia Reinaldo
- Data de apresentação ao CEP/UFG: 06/01/2012

II - PARECER do CEP

- Após análise dos documentos anexados, pelo pesquisador, em atenção aos itens pendentes, constata-se o atendimento aos requisitos solicitados e por sua vez à resolução CNS 196/96, portanto o parecer, S.M.J deste comitê, é pela **APROVAÇÃO**.

III – Data da reunião: 02/04/2012

Assinatura do(a) Coordenador(a)/ CEP/UFG:

José S. Souza
Prof. João Batista de Souza
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFG